

Revista Teórica da Liga Internacional dos
Trabalhadores - IV Internacional | Novembro 2016

MARXISMO

NOVA ÉPOCA **VIVO**

08

Do-ssi-ê Processos do Leste Europeu · Restauração capitalista
nos estados operários | **Do-ssi-ê** Os revolucionários e as eleições
| **Li-te-ra-tu-ra** 400 anos da morte de Shakespeare | **Re-se-nha**
Gênero e Classe

MARXISMO

NOVA ÉPOCA

08 VIVO

Revista a serviço da investigação, elaboração e debate da teoria revolucionária
O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos seus autores. Os artigos assinados são
de responsabilidade de seus autores.

Todos os artigos, citando a fonte, podem ser reproduzidos.
Disponível também em: <https://archivoleonTrotsky.org/revista.php>

São Paulo
Novembro de 2016

Editora Sundermann
Av. Nove de Julho, 925
CEP: 01313-000
Bela Vista – São Paulo – SP
Tel: (11) 4304-5801
vendas@editorasundermann.com.br
www.editorasundermann.com.br

Editora Lorca S.A
Rua Paulo Dias, 53
04109-060
Aclimação – São Paulo – SP

Jornalista Responsável: Mariúcha Fontana (MTb: 14.555)

Editor geral: Martín Hernández

Alicia Sagra
(Argentina – asagra2@yahoo.com.ar)
Felipe Alegria
(Estado Espanhol – fealegria1@gmail.com)
Florence Oppen
(Estados Unidos – petitmercure@yahoo.fr)
Francesco Ricci
(Itália – ricci.francesco2@gmail.com)
Henrique Canary
(Brasil – henriquecanary@yahoo.com.br)
João Pascoal
(Portugal – jcpascoal@netcabo.pt)
José Welmowicki
(Brasil – josweil@ig.com.br)

Marcos Margarido
(Brasil – margarido7@gmail.com)
Martín Hernández
(Brasil – martinhernandez@terra.com.br)
Nazareno Godeiro
(Brasil – jpotuguar@terra.com.br)
Óscar Iván Ángel
(Colômbia – arqangelo2703@gmail.com)
Paulo Aguenta
(Brasil – catatao2007@hotmail.com)
Ricardo Ayala
(Brasil – rayala361@gmail.com)
Ronald León Núñez
(Paraguai – ronald.leon.nunez@gmail.com)

Projeto gráfico: Ana Clara Ferrari
Diagramação e capa: Romerito Pontes

Revisão técnica:
Luciana Candido

Traduções: Érika Andreassy, Gabriela Hipólito, Leonardo Gilly, Márcio Palmares, Rosângela Botelho

Notas da edição brasileira e revisão final:
Mariúcha Fontana e Luciana Candido

Responsáveis pela edição em português:
Mariúcha Fontana e Luciana Candido

Marxismo Vivo: Nova Época. v. 7, n° 8, outubro, 2016. São Paulo: Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional - LIT-QI, 2016.

Semestral
ISSN: 1806-1591

Nota: circulou no período de setembro de 2000 até setembro de 2009 com o título Marxismo Vivo 1. Marxismo – teoria revolucionária

Assinaturas e pedidos de números avulsos:
editoralorca@gmail.com ou vendas@editorasundermann.com.br

ÍNDICE

- 06** Dossiê: Conclusões sobre os processos do Leste Europeu
- 07 A União Soviética e os problemas da época de transição
Leon Trotsky
- 13 A decadência do antigo Secretariado Unificado a partir de sua
visão sobre os processos do Leste
José Welmowicki
- 29 A restauração capitalista nos estados operários – Uma derrota
da classe trabalhadora mundial
Oscar Ángel
- 39 Alguns elementos para uma visão sobre a IV etapa
Henrique Canary
- 49 Stalinismo e trotskismo frente aos processos do Leste Europeu
Martín Hernández
- 58** Dossiê: Os revolucionários frente aos processos eleitorais
- 59 O Partido Comunista e o parlamentarismo
(Teses da III Internacional – Segundo Congresso, 1920)
- 68 A socialdemocracia e os acordos eleitorais
Vladimir Ilich Lenin
- 88 Nossa campanha eleitoral
Nahuel Moreno
- 104 A relação dos revolucionários com as correntes burguesas,
reformistas e oportunistas nas eleições
Martín Hernández
- 115 Sobre a participação dos revolucionários nas eleições
Paulo Aguena
- 129 A participação eleitoral dos partidos da III Internacional depois
do seu Segundo Congresso
Marcos Margarido

142 Literatura e Revolução

- 143** O direito ao pão, o direito à poesia
Aos 400 anos da morte de William Shakespeare
Roberto Herrera Zúñiga

168 Resenha

- 169** Livro: *Gênero e Classe*, de Cecília Toledo
Alicia Sagra

Aos nossos leitores

Grande parte desta nova edição de nossa revista está dedicada a socializar os debates programáticos que aconteceram no 12º Congresso Internacional da LIT-QI, realizado em junho deste ano.

Este congresso da LIT-QI deu início à tarefa de elaborar o programa da nossa Internacional, que deverá ser concluído no prazo de dois ou três anos.

A tarefa de elaborar o programa é a grande tarefa do momento, porque só com um programa e a partir de uma compreensão do que acontece no mundo é possível determinar o que fazer frente à realidade.

Não é que a LIT-QI não tenha um programa. Nossa compreensão do mundo e as tarefas que se desprendem desta compreensão estão expressas em dezenas de resoluções, documentos e artigos. Porém não existe um material que sistematize essas conclusões. E, o mais importante, não existe uma atualização acabada do programa a partir das grandes mudanças ocorridas no mundo nas últimas décadas, fundamentalmente a partir dos processos de restauração do capitalismo e de destruição dos regimes dos partidos comunistas no Leste Europeu.

Para iniciar a batalha pela construção do programa, nos oito meses do pré-congresso e no próprio congresso mundial, foram debatidos três grandes temas: o caráter do programa, as conclusões sobre os processos do Leste Europeu e os revolucionários frente às eleições e ao parlamento.

Neste período, foram produzidos dezenas de textos sobre esses temas que, por sua vez, provocaram profundos e inúmeros debates.

A revista *Marxismo Vivo – Nova Época* é uma ferramenta a serviço da elaboração e da socialização das elaborações programáticas. Neste sentido, não poderia estar ausente da divulgação deste rico processo que está se desenvolvendo no interior da LIT-QI. Entretanto, seria impossível que nela se reproduzissem o conjunto dos textos que foram produzidos pelos militantes da LIT-QI. Por isso, o Conselho Editorial da revista optou por pedir a vários dos principais protagonistas desses debates que apresentassem, cada um deles, um artigo com sua visão polêmica sobre alguns dos grandes temas debatidos, à exceção do primeiro tema, caráter do programa, que já tratamos na edição anterior. Este é o conteúdo central desta edição de *Marxismo Vivo*.

Dos os siê

CONCLUSÕES SOBRE OS PROCESSOS
DO LESTE EUROPEU

A União Soviética e os problemas da época de transição¹

Leon Trotsky

A URSS saiu da Revolução de Outubro como um Estado operário. A estatização dos meios de produção, condição necessária ao desenvolvimento socialista, abriu a possibilidade de um crescimento rápido das forças produtivas. Mas, ao mesmo tempo, o aparelho de Estado soviético sofreu uma completa degeneração, transformando-se de instrumento da classe operária num instrumento de violência burocrática contra a classe operária e, cada vez mais, em instrumento de sabotagem da economia. A burocratização de um Estado operário atrasado e isolado e a transformação da burocracia em casta privilegiada todo-poderosa é a refutação mais convincente – não somente teórica, agora também prática – da teoria do socialismo num só país.

Assim, o regime da URSS traz em si contradições terríveis. Mas permanece ainda como um Estado operário degenerado. Tal é o diagnóstico social. O prognóstico político tem um caráter alternativo: ou a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial no Estado operário, derrubará as novas formas de propriedade e lançará o país de volta ao capitalismo, ou a classe operária destruirá a burocracia e abrirá uma saída em direção ao socialismo.

Para as seções da IV Internacional, os processos de Moscou não foram uma surpresa, nem resultado da demência pessoal do ditador do Kremlin, mas produto legítimo do Termidor². Nasceram das fric-

1 TROTSKY, Leon. *Programa de Transição*. In: Documentos de fundação da IV Internacional. São Paulo: Ed. Sundermann, 2008, pp. 75-79.

2 O termo é utilizado aqui numa analogia entre a Revolução Francesa anti-feudal e a Revolução Russa. No dia 9 de termidor de 1794 (27 de julho no calendário gregoriano), os jacobinos, setor pequeno burguês radical encabeçado por Robespierre, que havia adquirido maioria na convenção depois da derrota dos girondinos, foi derrubado por um golpe da alta burguesia para tentar deter o avanço do processo revolucionário na França. Termidor é o 11º mês do calendário revolucionário francês. Correspondente ao período de 19 de julho a 17 de agosto do calendário gregoriano. Significa golpe, traição, reação. (Nota da edição brasileira)

ções intoleráveis no seio da própria burocracia soviética que, por sua vez, refletem as contradições entre a burocracia e o povo e também os antagonismos que se aprofundam no interior do próprio “povo”. A fantástica natureza sangrenta dos processos de Moscou mostra qual é a força da intensidade das contradições e anuncia, assim, a aproximação do desfecho.

As declarações públicas de antigos agentes do Kremlin no estrangeiro, que se recusaram a voltar a Moscou, confirmaram, irrefutavelmente, à sua maneira, que no seio da burocracia existem todas as gamas de pensamento político: desde o verdadeiro bolchevismo (Ignace Reiss), até o fascismo declarado (F. Butenko).³ Os elementos revolucionários da burocracia, que constituem uma ínfima minoria, refletem, na verdade, passivamente, os interesses socialistas do proletariado. Os elementos fascistas contrarrevolucionários, cujo número aumenta sem cessar, exprimem cada vez mais conseqüentemente os interesses do imperialismo mundial. Estes candidatos ao papel de “compradores” pensam, não sem razão, que a nova camada dirigente só pode assegurar suas posições privilegiadas renunciando à nacionalização, à coletivização e ao monopólio do comércio exterior, em nome da assimilação com a “civilização ocidental”, isto é, com o capitalismo. Entre esses dois polos, dividem-se as tendências intermediárias e fluidas, de caráter menchevique, socialista-revolucionário ou liberal, que gravitam em direção à democracia burguesa.

Nos vários segmentos da sociedade dita “sem classes”, há, sem dúvida alguma, os mesmos agrupamentos que existem na burocracia. Mas com uma expressão menos clara e numa proporção inversa: as tendências capitalistas conscientes destacam-se, sobretudo, nas partes prósperas das fazendas coletivas (*kolkhosi*) e representam apenas uma ínfima minoria da população. Mas encontram uma base ampla nas tendências pequeno-burguesas de acumulação de riqueza pessoal à custa da miséria geral, e são conscientemente encorajadas pela burocracia.

No topo desse sistema de antagonismos crescentes, que destroem cada vez mais o equilíbrio social, mantém-se, por métodos de terror, uma oligarquia termidoriana que agora se reduz, sobretudo,

3 Ignace Reiss foi um agente da GPU (polícia secreta soviética) que rompeu com Stalin no verão de 1937 e juntou-se à IV Internacional. Foi assassinado por agentes da GPU em setembro de 1937. F. Butenko foi um diplomata stalinista que tendeu para o fascismo, proclamando em Roma que ele representava o amplo sentimento fascista existente na URSS. (Nota da edição brasileira)

à camarilha bonapartista de Stalin. Os últimos processos foram um golpe contra a esquerda. Isto é verdade também quanto à repressão contra os chefes da oposição de direita, pois, do ponto de vista dos interesses e das tendências da burocracia, o grupo de direita do velho partido bolchevique representava um perigo de esquerda. O fato de a camarilha bonapartista – que também teme seus aliados de direita do tipo de Butenko – ter sido obrigada a recorrer ao extermínio, quase até o último homem, da geração dos velhos bolcheviques, a fim de assegurar seu poder, é a prova indiscutível da vitalidade das tradições revolucionárias entre as massas, como de seu descontentamento crescente.

Os democratas pequeno-burgueses do Ocidente, que ainda ontem aceitavam os processos de Moscou tal como eram vendidos, hoje repetem com insistência, que “na URSS não existe nem Trotskismo, nem trotskistas”. Entretanto, não explicam por que todo o expurgo se realizou sob o signo da luta contra esse perigo. Se tomamos “o Trotskismo” como um programa acabado e sobretudo como uma organização, sem dúvida ele é extremamente fraco na URSS. Entretanto, sua força invencível advém do fato de exprimir não apenas a tradição revolucionária, mas também a atual oposição da própria classe operária russa. O ódio social dos operários pela burocracia – eis precisamente o que, aos olhos do Kremlin – constitui o “Trotskismo”. Ela teme mortalmente, e com razão, a junção da indignação profunda, mas inarticulada, dos operários com a organização da IV Internacional.

O extermínio da geração dos velhos bolcheviques e dos representantes revolucionários da geração intermediária e da jovem geração destruiu ainda mais o equilíbrio político em favor da ala direita burguesa da burocracia e de seus aliados no país. É de lá, isto é, da direita, que podemos esperar, no próximo período, tentativas cada vez mais resolutas de revisar o regime social da URSS, aproximando-o da “civilização ocidental” e, antes de tudo, de sua forma fascista.

Esta perspectiva torna bastante concreta a “defesa da URSS”. Se amanhã a tendência burguesa-fascista, isto é, “fração Butenko”, entrar em luta pela conquista do poder, a “fração Reiss” tomará, inevitavelmente, lugar no outro lado da barricada. Embora possa se encontrar momentaneamente como aliada, defenderá, é claro, não a camarilha bonapartista deste, mas as bases sociais da URSS, isto é, a propriedade arrancada dos capitalistas e transformada em propriedade do Estado. Se a “fração Butenko” se achar em aliança militar com Hitler, a “fração Reiss” defenderá a URSS contra a intervenção militar, tanto no interior do país, quanto em nível internacional. Qualquer outro

comportamento seria uma traição.

Assim, se não é possível negar antecipadamente a possibilidade, em casos estritamente determinados, de uma frente única com a parte termidoriana da burocracia contra a ofensiva aberta da contrarrevolução capitalista, a principal tarefa política na URSS continua sendo, apesar de tudo, a *derrubada da própria burocracia termidoriana*. O prolongamento de seu domínio abala, cada dia mais, os elementos socialistas da economia e aumenta as chances de restauração capitalista. É nesse sentido que se movimenta a Internacional Comunista, agente e cúmplice da camarilha stalinista no estrangulamento da Revolução Espanhola e na desmoralização do proletariado internacional.

Assim como nos países fascistas, a principal força da burocracia não reside em si mesma, mas na desilusão das massas, na falta de uma perspectiva. Do mesmo modo que nos países fascistas, a respeito dos quais o aparelho *político* de Stalin em nada se diferencia, senão por um maior frenesi, somente um trabalho preparatório de propaganda é possível na URSS. Do mesmo modo que nos países fascistas, serão acontecimentos exteriores que provavelmente darão um arranque ao movimento revolucionário dos operários soviéticos. A luta contra a Internacional Comunista na arena mundial é atualmente a parte mais importante da luta contra a ditadura stalinista. Muitos sintomas permitem acreditar que a desagregação da Internacional Comunista, pois ela não tem apoio *direto* da GPU, precederá a queda da camarilha bonapartista e do conjunto da burocracia termidoriana.

O novo ascenso da revolução na URSS começará, sem dúvida alguma, sob a bandeira da *luta contra a desigualdade e a opressão política*. Abaixo os privilégios da burocracia! Abaixo o stakhanovismo⁴! Abaixo a aristocracia soviética com sua hierarquia e suas condecorações! Maior igualdade no salário em todas as formas de trabalho!

A luta pela liberdade dos comitês de fábrica e dos sindicatos, pela liberdade de reunião e de imprensa, transformar-se-á em luta pelo renascimento e pelo desenvolvimento da democracia soviética.

4 Stakhanovismo era um sistema de estímulo individual para aumento da produtividade, modelo de organização de trabalho introduzido na URSS em 1935 pelo mineiro Alekséi Stakhanov, que levou a grandes disparidades salariais (pois era mais usado para estancar os salários dos que não atingiam as altíssimas metas e disseminou descontentamento entre os trabalhadores). Baseava-se na divisão do trabalho, produção em massa, tarefas repetitivas e redução do tempo de inatividade. (Nota da edição brasileira)

A burocracia substituiu os soviets, como órgãos de classe, pela ficção do sufrágio universal à maneira de Hitler-Goebbels. É necessário devolver aos soviets não apenas sua livre forma democrática, mas também seu conteúdo de classe. Assim como, antigamente, a burguesia e os kulaks (camponeses ricos) não eram admitidos nos soviets, também agora *a burocracia e a nova aristocracia devem ser expulsas dos soviets*. Nos soviets, só existe lugar para os representantes dos operários, dos trabalhadores das fazendas coletivas, dos camponeses e dos soldados do Exército Vermelho.

A democratização dos soviets é inconcebível sem a *legalização dos partidos soviéticos*. Os próprios operários e camponeses, mediante votação livre, mostrarão quais partidos são soviéticos.

Revisão da economia planificada de alto a baixo de acordo com os interesses dos produtores e dos consumidores! Os comitês de fábrica devem retomar o direito de controle sobre a produção. As cooperativas de consumo, democraticamente organizadas, devem controlar a qualidade dos produtos e seus preços.

Reorganização das fazendas coletivas de acordo com a vontade e interesse dos trabalhadores deste setor.

A *política internacional* reacionária da burocracia deve ceder lugar à política do internacionalismo proletário. Toda a correspondência diplomática do Kremlin deve ser publicada. *Abaixo a diplomacia secreta!*

Todos os processos políticos montados pela burocracia termidoriana devem ser revistos mediante ampla publicidade e livre exame. Somente o levante revolucionário vitorioso das massas oprimidas pode regenerar o regime soviético e assegurar seu futuro desenvolvimento em direção ao socialismo. Apenas o partido da IV Internacional é capaz de conduzir as massas soviéticas à insurreição.

Abaixo a camarilha bonapartista de Caim-Stalin!

Viva a democracia soviética!

Viva a revolução socialista internacional!

A decadência do antigo Secretariado Unificado a partir de sua visão sobre os processos do Leste

José Welmowicki

O morenismo⁵ surgiu da luta frontal contra as revisões programáticas do pablismo⁶ na década de 1950 e, em seguida, na luta contra a corrente majoritária do antigo Secretariado Unificado (SU), liderada por Ernest Mandel⁷. Livros como *O Partido e a revolução* e *A Ditadura revolucionária do proletariado*, ambos de Nahuel Moreno, são expressões dessas polêmicas.

Contudo, após a morte de Moreno, nossa corrente acompanhou a evolução teórica e política do ex-SU apenas superficialmente. Isso ocorreu apesar de o próprio Moreno ter consolidado a Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI) contra a corrente revisionista e liquidacionista organizada, então, no SU, que Moreno caracterizava como “o centro do revisionismo”⁸ no seio do Trotskismo.

Há muitos anos o ex-SU deu o salto de uma organização revisionista para o reformismo puro e simples: removeu explicitamente de seu programa a estratégia da ditadura do proletariado; abandonou a concepção de centralidade da classe operária no processo revolucionário⁹; seus dirigentes estiveram entre os principais ideólogos e

5 Referente à corrente política fundada pelo argentino Nahuel Moreno, um dos mais importantes dirigentes trotskistas. (Nota da edição brasileira)

6 Referente ao dirigente trotskista do SU Michel Pablo, pseudônimo do grego Michel Raptis. (Nota da edição brasileira)

7 Ernest Mandel (1923-1995): foi um importante dirigente trotskista, economista e político alemão. Passou a maior parte de sua vida e militou na Bélgica. Também era conhecido pelos pseudônimos Ernest Germain, Pierre Gousset, Henri Vallin, Walter entre outros.

8 LIT-CI. *Conferencia de fundación*. Resoluciones y documentos. São Paulo: Ediciones Marxismo Vivo, 2012, p. 150.

9 Bensaïd afirmou em 2004: “Na realidade, os grandes sujeitos da mudança revolucionária – sobretudo os três Ps maiúsculos: Povo, Proletariado e Partido

apoiadores dos partidos amplos e anticapitalistas, principalmente na Europa; dissolveram sua seção mais importante, a Liga Comunista Revolucionária francesa, para fundar o Novo Partido Anticapitalista (NPA) com um programa reformista; não só **apoiaram** distintos governos burgueses que chamavam de progressistas, como o de Chávez¹⁰, promovendo a ideologia do “socialismo do século 21”, como **participaram** diretamente de governos burgueses de colaboração de classes como o de Lula, no Brasil.

Em nossa opinião, o SU, hoje Comitê Internacional (CI), é a corrente internacional, que ainda mantém alguma influência, com origem no Trotskismo, que reflete de maneira mais nítida, teórica e politicamente, os efeitos do que temos chamamos de “vendaval oportunista”. Não é por acaso que seja atualmente um polo de atração para setores de diferentes origens, como o Movimento Esquerda Socialista (MES) brasileiro (MST argentino) ou o Socialist Workers Party (SWP, Partido Socialista dos Trabalhadores) britânico. Embora funcionem como uma federação frouxa de partidos e movimentos e, apesar de terem perdido força nas últimas décadas (como consequência de suas mudanças políticas que se refletem no declínio do NPA francês), suas elaborações têm alcance internacional e servem para justificar teoricamente a capitulação da esquerda à democracia burguesa e ao reformismo.

Por essa razão, é importante retomar um estudo mais profundo sobre o conteúdo da elaboração do ex-SU no marco de nossa reelaboração programática. Demos um passo em relação à questão de seu programa e da ditadura do proletariado, sua concepção de Estado, a estratégia dos partidos anticapitalistas e sua visão sobre a Europa e o imperialismo. Porém estamos atrasados no estudo rigoroso das **premissas teóricas e das transformações de fundo** em que se apoiaram para chegar à sua atual visão de mundo.

– foram fantasmas como grandes sujeitos coletivos. [...] O problema hoje deveria ser colocado de outro modo: como, a partir de uma multiplicidade de protagonistas que são capazes de se unir por um interesse negativo – de resistência à mercantilização e privatização do mundo – conseguir uma força estratégica de transformação sem recorrer a esta duvidosa metafísica do sujeito [...]”. BENSÁID, Daniel. *Entrevista inédita*. Disponível em: <http://www.vientosur.info/spip.php?article8797>

10 Referente a Hugo Chávez (1954-2013), presidente da Venezuela entre 1999 e 2013. (Nota da edição brasileira)

Do revisionismo ao reformismo

Nossa corrente sempre definiu o SU de Mandel como uma corrente revisionista e liquidacionista. Ao caracterizá-los como revisionistas, dizíamos que seus desvios, ziguezagues e capitulações não eram resultado deste ou daquele erro político circunstancial. Pelo contrário, deviam-se ao fato de que o SU cristalizara-se como uma corrente que negava **os pilares fundamentais** do marxismo e do Trotskismo.

As Teses de Fundação da LIT-QI definem claramente as características do que chamamos de revisionismo:

No decorrer desta longa marcha, todos os principais acontecimentos da luta de classes (especialmente cada grande vitória revolucionária de dimensões globais) motivaram, em algum setor de nosso movimento, uma tendência à **adaptação** à direção burocrática ou nacionalista dessas vitórias.

A luta pela **construção** de uma direção revolucionária internacional implica a luta pela destruição de todas as direções burocráticas ou nacionalistas que concorrem conosco no seio do movimento de massas. O processo de construção de uma direção revolucionária significa, ao mesmo tempo, uma “*guerra implacável*” (como diz com razão o *Programa de Transição*) contra todas as outras correntes burocráticas e/ou pequeno-burguesas do movimento de massas.¹¹

Nesse sentido, as teses definem qual é a **característica comum** de todas as diferentes tendências revisionistas: “o fato de que propõem não a guerra implacável, mas sim **algum tipo de bloco** com alguma tendência burocrática e/ou nacionalista, porque esta supostamente desempenha um papel progressivo e até mesmo revolucionário”¹².

A consequência não foi outra senão a **liquidação** do partido revolucionário e da IV Internacional. O revisionismo havia sido “o principal obstáculo subjetivo na longa marcha rumo à construção de uma direção revolucionária internacional”¹³.

Desde a década de 1950, Pablo e Mandel, impactados pelo forta-

11 LIT-CI. *Conferencia de fundación*. Resoluciones y documentos. São Paulo: Ediciones Marxismo Vivo, 2012, p. 65.

12 *Ibid*, p. 65.

13 *Ibid*, p. 66.

lecimento relativo do stalinismo no segundo pós-guerra e pelo surgimento dos primeiros estados operários deformados, imprimiram um giro à IV Internacional, a partir da direção do então Secretariado Internacional (SI), orientando todos os seus partidos a realizarem o “entrismo *sui generis*” nos Partidos Comunistas ou em movimentos nacionalistas burgueses, porque, segundo eles, o stalinismo seria obrigado a dirigir revoluções no marco de uma terceira guerra mundial iminente. Isso levou à crise e inclusive à dissolução de quase todos os partidos que seguiram essa orientação. Em 1963, em torno à defesa da revolução cubana, nasceu o SU como tal, e Mandel encabeçou sua ala majoritária. Essa ala não fez o balanço dos graves erros do período anterior e continuou com a mesma linha impressionista, capitulando a qualquer fenômeno dito progressivo que aparecesse e impactasse a vanguarda. Foi então a vez de capitular à direção castrista¹⁴ e aos movimentos guerrilheiros, novamente com resultados desastrosos para o Trotskismo internacional. O mesmo aconteceu diante do Movimento das Forças Armadas (MFA) de Portugal e, em seguida, com o chamado eurocomunismo. Na Nicarágua, o SU apoiou o governo de unidade nacional composto pelos sandinistas¹⁵ e por Violeta Chamorro¹⁶, defendendo-o como um “governo operário e camponês”.

A trajetória do revisionismo ao reformismo foi concluída a partir dos processos do Leste Europeu, aos quais caracterizam como uma profunda derrota do movimento de massas, que abriu uma crise no projeto socialista. Essa premissa e as conclusões dela derivadas levaram o SU a uma adaptação completa aos novos aparatos eleitorais surgidos da crise dos PCs e da socialdemocracia clássica, como SYRIZA (Grécia), Podemos (Espanha) etc. A tese do ex-SU é a de que os limites dessas novas direções obedecem às características de uma nova época, marcada pelo retrocesso da consciência das massas, que, por sua vez, resultaria da suposta derrota histórica no Leste Euro-

14 Referente a Fidel Castro (1926-), líder da revolução cubana, primeiro-ministro e presidente de Cuba entre 1959 e 2008. (Nota da edição brasileira)

15 Referente aos seguidores das ideias e políticas de Augusto César Sandino (1895-1934), que dirigiu a revolta contra a presença militar dos Estados Unidos na Nicarágua, iniciada em 1927. (Nota da edição brasileira)

16 Violeta Chamorro (1929-): política nicaraguense que se integrou à Junta de Governo de Reconstrução Nacional, assumindo o controle do país por um breve período após a revolução de 1979. A junta levou a revolução à derrota. (Nota da edição brasileira)

peu. A partir daí, concluíram que não haveria outra saída a não ser apoiar ou ser parte dessas organizações.

“Uma mudança de época”

Os processos do leste significaram, para a grande maioria da esquerda, o início ou o agravamento de sua bancarrota teórica, programática e política. Influenciada pelo stalinismo e suas variantes – para o qual, como aparato, o fim da URSS significou, evidentemente, uma derrota histórica – em diferentes graus e com diferentes tons, a quase totalidade da esquerda chorou o suposto “fim do socialismo real”, a falência do “bloco socialista” etc. O caso do ex-SU não foi diferente. Pelo contrário, o ex-SU foi a vanguarda desse processo.

Para eles, a queda do Muro de Berlim produziu nada menos do que “uma mudança de época”. Daniel Bensaïd, principal teórico dessa corrente depois de Mandel, intitula, dessa maneira, um informe escrito que foi apresentado no XIV Congresso do SU, em julho de 1995. Nesse texto, Bensaïd define o caráter das transformações decorrentes do fim da URSS como uma “grande transformação mundial”, especificamente como uma “**mudança de época**”. Note-se que Bensaïd não fala de período, ou etapa, mas de época. Concretamente, para o ex-SU, estava encerrada a época histórica definida por Lenin como de “guerras, crises e revoluções”, aberta com a Primeira Guerra Mundial e o Outubro Russo – que o marxismo entendia como uma época revolucionária, a época imperialista –, dando lugar a outra diferente: “não estamos mais no período político de 1968, não saímos ainda da onda longa depressiva e *estamos no final de uma época, aberta pela Primeira Guerra Mundial e pela Revolução Russa*”¹⁷.

A nova época não só colocava tudo em questão, como, para Bensaïd, implicava um retrocesso para o movimento operário de quase um século ao identificar o ponto de partida dos marxistas numa coordenada anterior a 1914:

[...] o laboratório que se abre é de uma amplitude comparável à do início do século, onde a cultura teórica e política do movimento operário foi forjada: análise do debate sobre o imperialismo, sobre a questão nacional, debate estratégico sobre a reforma e a revolução, batalha sobre as formas de

17 BENSAÏD, Daniel. *Una nueva época histórica*, julho de 1995. Disponível em: <http://www.danielbensaid.org/Una-nueva-epoca-historica?lang=fr>

organização política, social, parlamentar.¹⁸

Esta nova época seria, essencialmente, **defensiva**, pois, de acordo com Bensaïd, inaugurava-se com uma profunda derrota do movimento operário: o “desmantelamento da União Soviética sem culminar numa revolução política”¹⁹. Assim, Bensaïd estabeleceu como características de **toda uma época** “o enfraquecimento social dos trabalhadores” e a “crise do projeto socialista”²⁰.

Bensaïd atribuía essas “relações de força mundiais” desfavoráveis não a fatores objetivos, mas a elementos subjetivos, como o retrocesso ideológico do movimento operário, devido aos “profundos efeitos da crise do socialismo real”²¹. Destacamos este argumento desse informe para que não haja confusão: Bensaïd não está afirmando que teria surgido um período de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo e que, portanto, estaria prevendo a possibilidade de conquistar reformas que trouxessem melhorias ao nível vida das massas (como se fosse o período da livre concorrência anterior ao advento da época imperialista). Não é por isso que ele opina que estaríamos numa nova época. Ele acredita que ocorreu uma mudança reacionária da época histórica **devido ao retrocesso da consciência** e à “**crise do movimento operário**”, ou seja, devido a elementos **subjetivos**.

Bensaïd diz:

As mudanças nas relações políticas mundiais após a queda do Muro de Berlim, o desmantelamento da União Soviética e a Guerra do Golfo deram o **golpe final**, causando uma **crise aberta, não conjuntural**, nas formas do anti-imperialismo radical da fase precedente. [...] **Neste momento, a tendência dominante em escala internacional é o enfraquecimento do movimento social (começando pelo sindical)**. [...] **A esquerda revolucionária está hoje mais pulverizada e enfraquecida que há cinco anos** [...] **Para a reconstrução de um projeto revolucionário e de uma Internacional, partimos de condições significativamente deterioradas.**²²

18 *Ibid.*

19 *Ibid.*

20 *Ibid.*

21 *Ibid.*

22 *Ibid.*

Em nenhum momento destaca não só a importância, mas o próprio fato da **destruição do aparato contrarrevolucionário mundial do stalinismo** pelas mãos das massas soviéticas. Ou seja, o ex-SU respondeu ao problema crucial de saber quem, quando e como o capitalismo foi restaurado fazendo coro com as viúvas do stalinismo: culpando os limites das massas trabalhadoras e não a burocracia termidoriana e totalitária do Kremlin.

Para nós, a restauração do capitalismo foi obra daquela burocracia, que, para garantir a continuidade de seus enormes privilégios, decidiu, em completo acordo com o imperialismo, transformar-se em proprietários capitalistas no marco do retorno da economia de mercado e do desmonte dos estados operários. No entanto, alguns anos mais tarde, as massas soviéticas fizeram o stalinismo pagar caro por essa traição e, com a sua mobilização revolucionária, destruíram, um por um, em menos de dois anos, os terríveis regimes totalitários de partido único da URSS e da Europa Oriental. É verdade que a perda dos estados operários significou uma derrota e a perda de uma conquista enorme da classe trabalhadora. A questão, no entanto, é que o processo não parou por aí. As massas soviéticas, embora não tenham conseguido reverter o processo de restauração, liquidaram o maior aparato contrarrevolucionário da história, impondo a ele uma derrota histórica. Ao destruir o aparato stalinista, os povos soviéticos libertaram forças gigantescas antes aprisionadas pelo stalinismo. Essa não é apenas uma imensa vitória, mas o principal fato da luta de classes mundial após a Revolução Russa.

A tendência histórica do ex-SU à capitulação aos grandes aparatos e à opinião geral da esquerda, num momento decisivo da história, levou-os a um novo e fatal seguidismo: somaram-se ao triste coro de lamentações daqueles que sentem saudades do stalinismo.

O programa da nova época

A nova época exigia, nas palavras de Bensaïd, uma “redefinição programática”, “construir um novo programa”²³. Por si só, isso não é um problema. Qualquer mudança importante na realidade exige uma atualização programática. O problema foram as premissas teóricas das quais Bensaïd partiu para elaborar esse novo programa e o método usado para construí-lo.

Bensaïd e o ex-SU partiram da hipótese de que a queda da União

23 *Ibid.*

Soviética significou um “**eclipse da razão estratégica**”²⁴. Tudo estava questionado e, por isso, tinham o caminho livre para deixar para trás qualquer legado trotskista. Assim, abandonaram o método trotskista de elaborar o programa a partir das **necessidades objetivas** da classe operária para absolutizar o elemento **subjetivo**: a consciência das massas e, por essa via, subordinar o programa à correlação de forças que, por sua vez, expressaria esse atraso da consciência das massas.

Coerentes com a caracterização de que a época de crises e revoluções que se abriu em 1914 estava encerrada e com a suposição de que a nova época estaria marcada pelo retrocesso, o problema do poder foi relegado para um futuro incerto, porque as massas **não o veem**.

Nesse marco, a conclusão a que chegaram foi a de adaptar o programa a essa nova época, desprovida de possibilidades revolucionárias. Bensaïd chegou a propor em seu texto as novas coordenadas programáticas pós-leste. Sobre a Europa, o centro histórico do SU, o objetivo estratégico, passou a ser a luta por “uma Europa social e solidária”, “uma Europa pacífica e solidária” em oposição à “Europa financeira e não democrática”²⁵.

Após descrever o fim da URSS, as novas instituições da globalização, o problema da reestruturação produtiva, Bensaïd propôs uma visão e um programa completamente reformistas, nos moldes do conceito liberal de cidadania universal e da utópica democratização e humanização do capitalismo, ideias que, pouco depois, foram amplamente difundidas em espaços como os Fóruns Sociais Mundiais:

Pode-se conceber outra forma de cooperação e de crescimento do planeta: organismos reguladores internacionais substituindo o BM/FMI/OMC/G-7; organismos que promovam o comércio internacional entre países de produtividade similar; transferência planejada de riqueza dos países que a acumularam durante séculos em detrimento dos países pobres; novos dispositivos para regular as trocas que permitam projetos de desenvolvimento diferenciados, desconexão parcial e controlada do mercado mundial e uma política de preços correta; uma política migratória negociada neste contexto.²⁶

Como parte da ideia de um mundo regulado e negociado, no momento de “reformular os primeiros contornos de uma proposta que

24 *Ibid.*

25 *Ibid.*

26 *Ibid.*

conduza a uma contestação de conjunto da ordem estabelecida”, Bensaïd continua enunciando os pontos centrais do que ele chama de “*programa de transição*”. No entanto, o leitor rapidamente percebe que o conteúdo de tal programa não passa de um programa mínimo socialdemocrata, marcado pela completa ausência de qualquer medida anticapitalista. A citação, embora extensa, é importante por sua clareza:

a) Cidadania/democracia (política e social): em relação à universalidade dos direitos humanos proclamados, direitos civis e igualdade de direitos (imigrantes, mulheres, jovens), direitos civis e direitos sociais (igualdade homens/mulheres); direitos sociais e serviços públicos;

b) Contra a ditadura do mercado, suas consequências a curto prazo, sua lógica de desigualdades; direito à vida, a começar pelo direito ao emprego e à garantia de renda mínima; reinvestimento de lucros de produtividade (serviços de educação, saúde, habitação) com a expansão da gratuidade e ingerência no direito de propriedade privada. Direito de cidadãos/cidadãs à propriedade social das grandes empresas cujas opções e decisões tenham um impacto maior sobre suas condições de vida presentes e futuras. Esse direito não implica necessariamente uma nacionalização, mas uma socialização efetiva (direito ao uso autoadministrado, descentralização, planificação);

c) Solidariedade entre gerações (proteção social, ecologia);

d) Solidariedade sem fronteiras: desarmamento, dívida, constituição de espaços políticos regionais, internacionalização dos direitos sociais.²⁷

Bensaïd chega a falar sobre a tarefa de reelaborar o programa de transição. No entanto, evidentemente, a partir do que lemos acima, sua proposta não tem nada a ver com o objetivo estratégico nem com o método usado por Trotsky. Bensaïd afirma estar disposto a encontrar as novas pontes entre as reivindicações imediatas e a conquista do poder. Entretanto, apressa-se a dizer: “mas essas pontes e passa-

relas são, por enquanto, muito precárias”²⁸. O problema central não é que as pontes sejam precárias, mas que o ex-SU, como Trotsky dizia, não tem “o objetivo de chegar à outra margem”²⁹. Isso se demonstra no fato de que, após os processos do leste, abandonaram a concepção marxista de Estado e a estratégia da luta pelo poder operário, a ditadura do proletariado, nada menos do que o centro do programa marxista. Sobre este assunto, dando uma piscadela para teorias como as de Toni Negri ou Holloway, Bensaïd chega inclusive a perguntar:

Onde está o poder? Ainda concentrado nos aparatos do Estado, mas também delegado a instituições regionais e internacionais. [...] Hoje, a dissociação dos poderes políticos e econômicos, a dispersão dos centros de decisão e dos atributos de soberania (em nível local, nacional, regional, mundial) fazem com que as *passarelas* projetadas a partir das reivindicações imediatas partam em direções diferentes.³⁰

A questão de se saber se os processos do leste foram ou não uma derrota histórica é um debate aceitável entre marxistas. É uma discussão sobre correlação de forças. Para nós, não houve tal derrota histórica. Essa não é, contudo, a discussão. **O nó principal é que, mesmo que o ex-SU tivesse razão e houvesse ocorrido tal catástrofe, o seu abandono do programa revolucionário e da construção de partidos leninistas não se justificaria de forma alguma.** Seu critério, diante de uma possível derrota ou situação muito desfavorável, é oposto, uma vez mais, ao de Lenin e Trotsky. Analisemos dois exemplos disso:

a) Existe consenso quanto ao fato de que a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, foi uma grande derrota do proletariado europeu e mundial. A II Internacional e os principais partidos socialdemocratas, a direção inquestionável da classe operária, destruíram-se nessa ocasião como organizações marxistas. A classe operária europeia, traída por essa direção, se dividiu e entrou na guerra imperialista, servindo como bucha de canhão para suas burguesias. O “retrocesso” no nível de consciência das massas chegou

28 *Ibid.*

29 TROTSKY, Leon. *O Programa de Transição.*

30 BENSAÏD, Daniel. *Ibid.*

a tal ponto que os trabalhadores assassinavam-se uns aos outros em favor dos interesses de suas burguesias imperialistas. Não poderia haver perspectiva mais sombria. E, contudo, qual foi a atitude e a política de Lenin diante dessa derrota gravíssima? Adaptar o programa ao nível de consciência da classe operária naquele momento? Nada disso. Ele denunciou o colapso da II Internacional e convocou a construção da III Internacional revolucionária. Convocou os operários a transformar a guerra interimperialista em guerra civil contra os seus governos, mesmo que tal proposta não fosse sequer inteligível para a maioria dos operários europeus. Se Lenin houvesse raciocinado e atuado como o ex-SU, a partir de uma premissa similar, simplesmente a Revolução de Outubro não teria existido.

b) O mesmo aconteceu quando o stalinismo completou a contrarrevolução política na ex-URSS, corrompeu a III Internacional e culminou sua traição suprema ao levar ao desastre a revolução alemã em 1933, facilitando a ascensão de Hitler. O que fez Trotsky diante de tamanha derrota da classe operária alemã e internacional, que significou a degeneração da III Internacional e a ascensão do nazismo? A classe operária e o punhado de revolucionários que não se curvaram diante do imenso poder de Stalin atravessavam o período de mais graves derrotas, traições e perseguições. Foi a “meia-noite do século 20”. Leon Trotsky, no entanto, chamou a construção da IV Internacional para manter vivo o programa revolucionário contra a burguesia mundial, o stalinismo e até mesmo contra os céticos de seu próprio movimento. As lições de nossos mestres refutam completamente a lógica usada pelo ex-SU, assimilada hoje pela maior parte da esquerda.

Programa, direções e consciência

Para Bensaïd, o programa que as direções do movimento de massas apresentam é uma expressão da consciência das massas:

É surpreendente constatar que o programa do PT brasileiro foi muito mais moderado do que o programa reformista radical da Unidade Popular chilena de 1970 ou do que alguns programas radicais em alguns países europeus (redução da jornada de trabalho, direito dos imigrantes, suspensão da dívida e desmilitarização) e, muitas vezes, muito mais rebaixado do que os programas reformistas dos anos [19]70, pelo menos em sua forma escri-

ta (nacionalização, elementos de controle e autogestão).³¹

De acordo com esta lógica, a traição de partidos como o PT brasileiro seria responsabilidade não de sua direção burocrática, mas de um atraso da consciência do movimento operário. A traição deveria ser atribuída não à natureza dos aparatos contrarrevolucionários, mas sim à “crise do projeto socialista”, uma característica da nova época.

Assim, o ex-SU acabou abandonando a compreensão trotskista do papel das direções e da crise de direção revolucionária.

A razão de ser e o conceito central do *Programa de Transição* resumem-se na premissa de que: **“a crise da direção do proletariado, que se transformou na crise da civilização humana, só pode ser resolvida pela IV Internacional”**³². Bensaïd, em seu informe, iguala a “crise de direção revolucionária” com a “crise do movimento operário”. Ou seja, as direções são a expressão da época. Neste caso, seria expressão da derrota do movimento operário e do retrocesso de sua consciência. Não seriam os aparatos contrarrevolucionários que passaram descaradamente para a ordem capitalista, mas sim as massas que estão confusas e atrasadas. Da mesma forma, o programa pró-burguês de partidos como o PT ou a socialdemocracia europeia não seriam produto de sua natureza contrarrevolucionária, mas um reflexo da nova época histórica.

Este não foi o critério de Trotsky. Para o fundador da IV Internacional, a crise da direção revolucionária obedecia a **fatores objetivos**: a existência e força concreta (maior ou menor) dos aparatos contrarrevolucionários e da direção revolucionária. **Independentemente do que pensassem os operários**, as ações do stalinismo e dos aparatos contrarrevolucionários sempre estavam orientadas para evitar, a qualquer custo, o desenvolvimento da direção revolucionária, valendo-se ora de campanhas ideológicas, do engano e da calúnia, ora da repressão aberta.

Foi exatamente sobre a relação entre a consciência do movimento operário e a direção revolucionária que Trotsky polemizou contra os defensores do Partido Operário de Unificação Marxista (POUM) espanhol no artigo *Classe, partido e direção*. Os apologistas do POUM diziam – da mesma forma como os liberais culpavam o povo pelo go-

31 *Ibid.*

32 TROTSKY, Leon. *O Programa de Transição*.

verno que tinham – que as massas tinham “a direção que merecem”. Algo similar às teses do SU, que esgrimem a *imaturidade* do proletariado e a suposta correlação de forças desfavorável para justificar o seu programa reformista.

O mesmo método dialético deve ser utilizado para tratar a questão da direção de uma classe. Como os liberais, nossos sábios admitem tacitamente o axioma segundo o qual cada classe tem a direção que merece. Na verdade, a direção não é, em absoluto, o “simples reflexo” de uma classe ou o produto de seu próprio poder criativo. Uma direção é formada no decurso dos choques entre as diferentes classes ou do atrito entre as diferentes camadas dentro de uma mesma classe. Mas, assim que aparece, a direção, inevitavelmente, eleva-se sobre a classe e, por este fato, se arrisca a sofrer a pressão e a influência de outras classes. O proletariado pode “tolerar” por bastante tempo uma direção que já tenha sofrido uma degeneração interna completa, mas que não tenha tido a chance de demonstrar isso no decorrer de grandes eventos. É necessário um grande choque histórico para revelar de forma aguda a contradição que existe entre a direção e a classe. Os choques históricos mais potentes são as guerras e as revoluções. Por essa razão, a classe trabalhadora é, muitas vezes, pega de surpresa pela guerra e pela revolução. Mas, inclusive quando a antiga direção já revelou sua própria corrupção interna, a classe não pode improvisar imediatamente uma nova direção, especialmente se não herdou do período anterior quadros revolucionários sólidos, capazes de tirar proveito do colapso do velho partido dirigente. A interpretação marxista, isto é, dialética e não escolástica, da relação entre uma classe e sua direção não deixa pedra sobre pedra dos sofismas legalistas de nosso autor.³³

Como se estivesse respondendo de antemão àqueles que, como Bensaïd, atribuem as derrotas e determinam o seu programa a partir do retrocesso geral da consciência ou à mera relação de forças, Trotsky expõe o problema de “como se deu o amadurecimento dos operários russos”:

A maturidade do proletariado é concebida como um **fenômeno puramente estático**. No entanto, **no decurso de uma revolução, a consciência de classe é o processo mais dinâmico que pode ocorrer**, o que determina diretamente o curso da revolução. Era possível, em janeiro de 1917 ou

33 TROTSKY, Leon. *Classe, partido e direção*.

mesmo em março, após a derrubada do czarismo, dizer se o proletariado russo havia “amadurecido” o suficiente para tomar o poder dentro de oito a nove meses? A classe operária era, naquele momento, totalmente heterogênea social e politicamente. Durante os anos de guerra, tinha sido renovado em cerca de 30 ou 40%, a partir das fileiras da pequena burguesia, frequentemente reacionária, à custa dos camponeses atrasados, à custa das mulheres e dos jovens. Em março de 1917, apenas uma insignificante minoria da classe operária seguia o partido bolchevique e, além disso, em seu seio, reinava a discórdia. Uma esmagadora maioria de operários apoiava os mencheviques e os “socialistas revolucionários”, ou seja, os social-patriotas conservadores. A situação do exército e do campesinato era ainda mais desfavorável. Devemos acrescentar, ainda, o baixo nível cultural do país, a falta de experiência política das camadas mais amplas do proletariado, especialmente nas províncias, para não mencionar os camponeses e soldados. Qual foi o trunfo do bolchevismo? No início da revolução, apenas Lenin tinha uma concepção revolucionária clara, elaborada até mesmo nos mínimos detalhes. Os quadros russos do partido estavam espalhados e bastante desorientados. Mas o partido tinha autoridade sobre os operários avançados e Lenin tinha grande autoridade sobre os quadros do partido. Sua concepção política correspondia ao desenvolvimento real da revolução e ele a ajustava a cada novo acontecimento. Esses elementos dos trunfos do bolchevismo fizeram maravilhas em uma situação revolucionária, isto é, nas condições de uma luta de classes encarniçada. O partido alinhou rapidamente sua política para fazê-la corresponder à concepção de Lenin, isto é, ao verdadeiro curso da revolução. Graças a isso, encontrou um forte apoio entre dezenas de milhares de trabalhadores avançados. Em poucos meses, com base no desenvolvimento da revolução, o partido foi capaz de convencer a maioria dos trabalhadores do acerto de suas consignas. Esta maioria, por sua vez, organizada nos soviets, foi capaz de atrair os operários e camponeses. **Como poderíamos resumir este desenvolvimento dinâmico, dialético, usando uma fórmula sobre a “maturidade” ou “imaturidade” do proletariado?** Um fator colossal da maturidade do proletariado russo, em fevereiro de 1917, era Lenin. Ele não tinha caído do céu. Encarnava a tradição revolucionária da classe operária. Uma vez que, para que as consignas de Lenin encontrassem o caminho das massas, era necessário que existissem quadros, por mais fracos que fossem no início, era necessário que estes quadros tivessem confiança em sua direção, uma confiança baseada na experiência do passado. Rejeitar estes elementos de seus cálculos é simplesmente ignorar a revolução viva, substituí-la por uma abstração, a “relação de forças”, já que **o desenvolvimento das forças não deixa de se modificar rapidamente sob o impacto das mudanças na consciência do proletariado, de modo que as camadas avan-**

çadas atraem as mais atrasadas, e a classe adquire confiança em suas próprias forças. O principal elemento, vital, desse processo é o partido, da mesma forma que o elemento principal e vital do partido é a sua direção. O papel e a responsabilidade da direção em uma época revolucionária são de importância colossal.³⁴

Os partidos amplos e as consequências do giro pós-leste

Para a visão do SU, desde 1995, era tamanho o retrocesso da consciência no mundo que não era mais possível manter a construção de partidos leninistas como o centro de sua atividade, com um programa revolucionário. Por isso, a partir daí, a proposta foi organizar revolucionários e reformistas honestos juntos no mesmo partido. Esse projeto levou-os a dissolver a antiga Liga Comunista Revolucionária (LCR) francesa, em 2004, e a formar o NPA, um partido eleitoral que opera com base no programa que eles consideram aceitável pelos reformistas honestos.

A ironia da história é que resolveram fazer isso para melhor dialogar com os trabalhadores na nova época, em 1995. Porém chegaram a essa conclusão justamente no momento em que o Trotskismo francês começou a ter êxito no terreno eleitoral: a organização *Lutte Ouvriere* (Luta Operária) obteve 5,2% na eleição presidencial de 1995, e o trotskismo chegou a 10% nas eleições presidenciais. A própria LCR teve 4,25% **em 2002**, mostrando como sua análise sobre a consciência estava equivocada. Essa visão de mundo levou-os a um retrocesso real. A LCR, a antiga seção francesa do SU, rebaixou o seu programa e se dissolveu no NPA, procurando se aproximar desse nível de consciência e, agora, está sofrendo uma profunda crise ao ser superada pelos reformistas da Frente de Esquerda. Os militantes do ex-SU na França não são sequer a sombra do que era a antiga LCR no início dos anos 2000.

Foram avançando nessa dinâmica e, hoje, aceitam programas ainda mais rebaixados do que o do NPA. Armados com suas elaborações pós-leste, transformaram-se em entusiastas e promotores dos partidos neoreformistas, aceitando seus programas de defesa da democracia burguesa radicalizada. É o caso do Podemos (em que também dissolveram o seu partido, a Esquerda Anticapitalista, diante das ameaças de Pablo Iglesias) e do Bloco de Esquerda português (em

34 *Ibid.*

que também se dissolveram).

Os militantes do SU já sequer propõem o conceito de anticapitalista para a formação desses partidos. Basta ser antiausteridade. Para eles, esses partidos neorreformistas são a alternativa possível **nesta época**. A proposta do ex-SU não é o entrismo, mas sim entrar e ser parte permanente desses partidos e de sua direção. Como prova, é revelador ler as declarações de Teresa Rodríguez e Miguel Urbán, dirigentes da Esquerda Anticapitalista do Estado Espanhol, quando proclamam orgulhosos que foram fundadores do Podemos, partido ao qual saúdam por ter canalizado uma “tempestade de entusiasmo pela mudança” e por ser uma “ferramenta de protagonismo popular e cidadão”, bem como “uma ferramenta eleitoralmente mais fluída”.³⁵

35 RODRÍGUEZ, Teresa; URBÁN, Miguel. *Dos años de PODEMOS*. Disponível em: <http://blogs.publico.es/otrasmiradas/5852/dos-años-de-podemos>

A restauração capitalista nos estados operários

Uma derrota da classe operária mundial

Oscar Ángel

Uma geração inteira de trabalhadores dos cinco continentes, nascida no início dos anos 1990 do século passado, cresceu em meio a uma situação completamente nova marcada por dois grandes acontecimentos da luta de classes mundial: a restauração do capitalismo na Rússia, na China e em todos os demais países onde o capitalismo havia sido expropriado, incluindo Cuba, e o conseqüente desaparecimento da burocracia stalinista que, durante décadas, governou esses países com mão de ferro.

Em geral, o movimento marxista mundial coincide em avaliar como uma derrota da classe operária mundial a destruição das bases materiais dos que, até então, eram conhecidos como estados operários, que o reformismo e o stalinismo internacional insistiam em apresentar como os exemplos acabados do “socialismo real”. Porém os marxistas também coincidem em reconhecer que, com o desmoronamento das economias desses estados, veio abaixo toda a estante do aparato burocrático mais sanguinário e contrarrevolucionário que a história da luta do proletariado mundial conheceu. A restauração do capitalismo significou, paralelamente, o fim do aparato centralizado do stalinismo. O triunfo econômico e social do imperialismo mundial impôs, ao mesmo tempo, a perda de seu aliado mais poderoso e efetivo na tarefa de frear a luta do proletariado para construir o socialismo em escala mundial.

Como se produziram estes dois acontecimentos que marcaram tão decisivamente o desenvolvimento da luta de classes mundial posteriormente aos anos de 1990? Quais são as razões econômicas, sociais e políticas que estão em sua base? As mesmas razões explicam ambos fenômenos? Ocorreram simultaneamente ou, ao contrário, os acontecimentos decisivos que determinaram cada um ocorreram em momentos distintos? E, finalmente, quais são as implicações políticas que, juntos e cada um deles em separado, acarretam nas lutas atuais do proletariado contra a exploração capitalista e em seu esforço

por dotar-se de uma nova direção revolucionária que substitua com sucesso a direção aniquilada fisicamente por Stalin e a casta burocrática que o auxiliou na destruição das conquistas da Revolução de Outubro? Responder a essas perguntas – e a muitas mais que seguramente surgirão no curso do debate – tornou-se vital para os marxistas que ainda depositam todo seu empenho na construção dessa direção revolucionária e está muito longe de ser uma preocupação meramente acadêmica ou histórica.

A restauração capitalista: uma derrota do proletariado mundial

O marxismo –oposto pelo vértice à teoria reacionária de Stalin da construção do socialismo num só país –, desde Marx e Lenin até Trotsky e Nahuel Moreno, sustenta, com convicção científica, que a possibilidade da construção do socialismo está condicionada à expropriação – pelo proletariado – em escala mundial, dos meios de produção ou, como mínimo, à expropriação desses meios nos países capitalistas imperialistas fundamentais. Sem o cumprimento desta condição, que imporá à contrarrevolução mundial uma relação de forças tal que a impossibilitaria de fazer retroceder as conquistas políticas, econômicas e sociais do proletariado, sempre estaria presente no horizonte a possibilidade do capitalismo regressar aos países onde o proletariado tivesse tomado o poder político e econômico. Entretanto, o marxismo, com objetividade, sempre considerou cada revolução nacional triunfante sobre a burguesia como uma conquista do proletariado que deveria ser posta, de imediato, a serviço do avanço da revolução mundial. A serviço da luta das forças revolucionárias contra a contrarrevolução, mundialmente consideradas. Essa dialética científica permitiu aos bolcheviques considerar a opção de sacrificar a revolução na atrasada Rússia em favor do triunfo da revolução na Europa capitalista mais desenvolvida. Consideraram-na certos de que, triunfando a revolução na França ou na Alemanha, a recuperação do poder na Rússia seria somente uma questão de tempo. Porém essa mesma dialética científica os levou ao convencimento de que a melhor forma de impulsionar a revolução no Ocidente europeu era derrotando a contrarrevolução imperialista enfurecida contra o poder operário bolchevique. A vitória do Exército Vermelho na guerra civil, no início dos anos 1920, não foi só uma vitória sobre a contrarrevolução interna. Foi também a vitória da revolução mundial sobre a contrarrevolução imperialista que marcaria a ferro e fogo o destino das lutas operárias dos 70 anos seguintes.

Conquistar e sustentar o poder num país qualquer significa colocar à disposição das forças da revolução mundial os imensos recursos humanos e materiais contidos dentro das fronteiras nacionais desse país. E quanto mais desenvolvido e poderoso seja esse país, no contexto do mercado mundial, maior será seu efeito de alavanca para as forças revolucionárias da sociedade humana. Retroceder nessa conquista, independentemente das razões que a expliquem, é, sem dúvida alguma, uma derrota dessas forças revolucionárias e um avanço político, econômico e social da contrarrevolução mundial.

Em meio a um processo altamente contraditório – que nós marxistas estamos em dívida de reconstruir e explicar, plenamente, mais além das generalidades frequentemente repetidas –, o enfrentamento entre as forças da revolução e da contrarrevolução mundiais culminou, em meados do século passado, com a terceira parte da população mundial vivendo em países onde o essencial dos meios de produção foi expropriado dos proprietários privados. Os acontecimentos de 1990 e dos anos que o antecederam assinalaram a perda dessa enorme conquista material. Voltar atrás, até o ponto inicial do percurso, perdendo um terço do total do caminho, é, em todos os aspectos, um enorme retrocesso das forças da revolução e uma recuperação muito importante do imperialismo e da contrarrevolução.

Vista exclusivamente do ponto de vista material, a restauração capitalista nos estados operários é uma derrota enorme da classe operária em sua tarefa de implantar o socialismo em escala global.

A restauração: um triunfo do imperialismo e a reação stalinista

Nas décadas de 1970 e 1980, era lugar comum entre os marxistas, incluindo os trotskistas, considerar muito dificilmente reversível as bases econômicas dos estados operários às velhas estruturas capitalistas de propriedade privada dos meios de produção. Tal processo se assimilava à impossibilidade de uma panela voltar a seu estado original, cujo conteúdo, fervido e diluído, havia sido transformado numa moqueca de peixe. Desconsideramos o alerta lançado por Trotsky quarenta anos antes sobre os planos contrarrevolucionários do imperialismo e sobre o papel colaboracionista da burocracia stalinista nesses planos. As variáveis que ameaçavam as bases materiais do Estado operário russo, consideradas pelo indeclinável revolucionário russo, terminaram impondo-se sobre a variável revolucionária que as poderia recuperar para a revolução mundial. Uma particular combinação, ainda não completamente explicada pela ofensiva eco-

nômica, política, militar e social do imperialismo contra a propriedade coletivizada e da mudança dos interesses mesquinhos e contrarrevolucionários da burocracia governante, terminou devolvendo às mãos privadas de burgueses individuais as conquistas materiais alcançadas e defendidas com heroísmo, durante mais de meio século, pelo proletariado insurrecionado em outubro de 1917 e por seus herdeiros legítimos. O que foi um feito para a Rússia foi igualmente trágico, com todas as diferenças que se possam estabelecer, para China, Cuba, Vietnam e Leste Europeu.

A causa fundamental da restauração foi a derrota da revolução política contra a burocracia. Nem o proletariado russo, nem o chinês, nem nenhum outro puderam encontrar o caminho da solução da crise de sua direção revolucionária e tiveram de assistir impotentes à devassa restauração com que burgueses imperialistas e burocratas stalinistas despedaçaram a riqueza social e a repartiram entre si, possuídos pela gula.

A confiança de Trotsky em que o proletariado organizado, com uma direção bolchevique à cabeça, fizesse uma revolução política que derrotasse a casta usurpadora e reimplantasse a democracia operária onde antes imperava a ditadura burocrática, como garantia da defesa das conquistas revolucionárias, não se deu. O imperialismo e a burocracia impuseram seus planos, e a restauração se fez inevitável.

A carnificina desatada na década de 1930 por Stalin, Yagoda, Beria, Sdhanov e companhia contra o melhor da vanguarda bolchevique e proletária, que esteve na primeira fila da Revolução de Outubro, tornou praticamente impossível a tarefa de construir uma direção capaz de dirigir, novamente, as massas operárias e populares contra a casta parasitária que conspirava contra as conquistas materiais da revolução. O assassinato de Trotsky e, com isso, a debilidade em que ficou a IV internacional, mergulharam por décadas a direção revolucionária da classe operária numa profunda crise. Os expurgos modelados e promovidos por Stalin e seus seguidores e impulsionados pelas burocracias chinesa, cubana e do Leste Europeu completaram a tarefa. A classe operária dos países ocidentais, submetidas ideologicamente pelo aparato stalinista controlado desde Moscou e Pequim, não só não acudiu em apoio aos seus irmãos da cortina de ferro com a energia necessária, como serviu de suporte para seus acordos com o imperialismo para deter o avanço da revolução socialista no Ocidente, com o pretexto da defesa da “pátria socialista”, e fez eco com a utopia reacionária de Stalin da construção do socialismo num só país.

A derrota da revolução política e a restauração

Um grupo importante dos marxistas revolucionários contemporâneos coloca um problema muito interessante acerca da relação entre a restauração capitalista e os acontecimentos políticos na Rússia e no Leste Europeu do final dos anos 1980 e começo dos anos 1990 do século passado, que selou o desaparecimento do aparato stalinista mundial e do chamado socialismo real. Para eles, foram processos diferenciados em suas causas e separados no tempo que culminaram em novas realidades de signos contrários: a restauração do capitalismo – que se havia produzido antes dos acontecimentos de 1989 – como uma derrota da classe operária e, portanto, de signo negativo, e a derrota da burocracia soviética, de signo positivo – que havia sofrido seus mais importantes golpes a partir desse mesmo ano – como um dos triunfos mais importantes da classe operária no século 20, por ter desarticulado o aparato contrarrevolucionário stalinista.

Estes marxistas argumentam que pensar essas duas realidades como resultado de um mesmo processo equivale a incorrer no erro teórico de fazer um amálgama entre as relações sociais de produção e a natureza do Estado e sustentam, conseqüentemente, que em 1989 não o capitalismo não havia sido restaurado na Rússia, tal como na França em 1789 não se instaurou o capitalismo em substituição das formas feudais de produção, e que a Perestroika³⁶ não seria mais que a resposta superestrutural à restauração concluída atrás no tempo.

Se, efetivamente, as transformações estruturais fundamentais que socavaram as bases econômicas e sociais dos estados operários que culminaram na restauração do capitalismo se produziram desde a época posterior ao XX Congresso do PCUS³⁷, em 1956, sob a orientação de Krushev³⁸, isso em nada altera o fato de que a restauração é uma consequência direta da derrota da possibilidade de fazer uma revolução política para derrubar a burocracia stalinista e, de nenhuma forma, demonstra que o desenlace dos acontecimen-

36 Perestroika: em tradução livre, significa restauração. Foi a política de abertura econômica implantada pelo então líder da URSS Mikhail Gorbachev. Entre outras coisas, a Perestroika acabou com o monopólio do comércio exterior; uma das maiores conquistas da Revolução Russa, adotando a economia de mercado e abrindo, oficialmente, negociações com o imperialismo. (Nota da edição brasileira)

37 Partido Comunista da União Soviética (Nota da edição brasileira)

38 Nikita Krushev (1894-1971): após a morte de Stalin, em 1953, assumiu o cargo de secretário-geral do PCUS. No XX Congresso do PCUS, Krushev denunciou os crimes de Stalin em seu famoso “discurso secreto” e começou uma série de reformas no país. (Nota da edição brasileira)

tos desatados por Gorbachev³⁹ com a Perestroika, em 1985, foram o triunfo dessa revolução política. Ao menos não da que apostava Trotsky no final dos anos 1930. Estudar, ainda que seja somente em suas linhas gerais, como se transformou a burocracia stalinista numa nova burguesia é uma necessidade política que os marxistas não podem postergar. Dessa compreensão, depende parte importante das novas elaborações programáticas que demanda a luta da classe operária. A esse estudo, contribuirão copiosamente os intelectuais russos que se voltaram ansiosamente sobre os arquivos da Academia de Ciências Sociais, anexa ao Comitê Central do PCUS e dos que restam do Instituto Marx, Engels, Lenin, fundado por David Riazanov.

Porém, até que uma revisão científica da teoria de Trotsky – sustentada na verificação dos fatos ocorridos entre 1928 e 1998 na Rússia – sobre o caráter da burocracia stalinista não demonstrar o contrário, a explicação teórica e política que melhor explica a nova realidade da luta de classes é a por ele exposta em *A Revolução Traída*: a classe operária não derrubou os usurpadores das conquistas de Outubro, não restaurou o regime da democracia operária e, com isso, aplainou o caminho do retorno ao capitalismo. Nessa teoria, temos de seguir nos baseando.

A revolução política foi derrotada, porém a restauração do capitalismo, que com sua consequência mais imediata é um triunfo do imperialismo, não caiu do céu em suas mãos. A contrarrevolução mundial, desde novembro de 1917, começou a desenhar um plano para destruir a Revolução Russa. A invasão da Rússia revolucionária por todas as potências imperialistas logo após o triunfo de Outubro, a sangrenta guerra civil contrarrevolucionária lançada pela burguesia e pelos nostálgicos da monarquia czarista em 1919, a invasão nazista durante a segunda guerra imperialista de 1938 a 1945, que custou à União Soviética milhões de mortos, a chantagem do armamentismo nuclear, a guerra das galáxias de Ronald Reagan, que aprofundou o colapso econômico do regime burocrático e a reação democrática e o acordo com a burocracia stalinista para desmontar o Estado Operário, a Perestroika e o processo posterior até Yeltsin e Putin foram, a largos traços as expressões mais visíveis desse sistemático plano contrarrevolucionário.

Ao longo de todo o processo, o imperialismo e a contrarrevolu-

39 Mikhail Gorbachev (1931-): foi o último líder da URSS antes de sua dissolução. Responsável pela implantação das reformas política, conhecida como Glasnost, e econômica, a Perestroika (ver nota 36). (Nota da edição brasileira)

ção mundial contaram com a colaboração, tácita ou explícita, aberta ou disfarçada, da burocracia stalinista. A liquidação física da direção revolucionária e da vanguarda proletária que protagonizaram as jornadas heroicas de outubro de 1917 e da guerra civil e do melhor da intelectualidade artística e científica, o genocídio contra o campesinato na coletivização forçada, o desmonte do monopólio do comércio exterior, a autorização dos negócios privados em pequena escala e das cooperativas, a adoção em 1990-91 da economia de mercado e o abandono da planificação, são as demonstrações protuberantes do que até agora conhecemos das façanhas de Stalin e de sua camarilha contrarrevolucionária.

A classe operária fez, contra o que opinam os reformistas e os céticos, todas as tentativas de responder à contrarrevolução imperialista e burocrática. Não só internamente na Rússia e nos demais estados operários, mas também internacionalmente. A Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky nos anos 1920, as tentativas de reagrupamento para resistir aos expurgos nos anos 1930, a heroica defesa operária e camponesa da URSS contra a invasão nazista nos anos 1940 e os esforços da intelectualidade marxista russa nos anos 1980 para utilizar os resquícios abertos pela Perestroika como uma nova oportunidade para sacudir a vidraria do stalinismo, preservando as conquistas materiais do socialismo, são expressões de uma luta enormemente desigual e condenada ao fracasso, porque seus irmãos do Ocidente não acudiram em sua ajuda com a contundência necessária.

À exceção dos limitados esforços do trotskismo ocidental para manter e construir a IV internacional em luta aberta contra o aparato stalinista, a imensa maioria dos processos da luta de classes foram capturados e desviados por este sinistro aparato.

À morte de Stalin, em 1953, um novo intento revolucionário contra a burocracia que o sucedeu foi afogado em sangue: as revoluções alemã (1953), húngara (1956) e tchecoslovaca (1968) foram violentamente reprimidas pelo Exército Vermelho, enlameando sua tradição operária e revolucionária. O levante massivo dos trabalhadores polacos, nos anos 1980, e as greves mineiras russas de Donbass, Kusbass e Vorkuta foram as últimas expressões da luta dos trabalhadores para derrotar os usurpadores. Porém os acordos do imperialismo com a burocracia tinham avançado a um ponto que faziam irreversíveis o caminho para o regresso do capitalismo.

Mas, para além de se houve ou não uma assincronia cronológica nos fatos que conduziram ao retorno da propriedade privada, como regime dominante no que foram os estados operários, e a desagre-

gação do aparato internacional construído pelo stalinismo, o que até o momento não se pode demonstrar é que não há uma relação direta causal entre a derrota do proletariado em sua tarefa de fazer uma revolução política contra a burocracia e a volta ao capitalismo. Enquanto o estudo rigoroso da história dos estados operários, desde seu surgimento até sua dissolução, não demonstrar o contrário, a explicação mais segura e a que nos municia das melhores ferramentas para a definição de como continuar a luta pela revolução socialista mundial é a proporcionada pela hipótese formulada por Trotsky. Compreender com precisão o que ocorreu evitará que cometamos erros custosos e ensinará à classe operária a tomar todos os cuidados e precauções para impedir que os trapaceiros e oportunistas capitalizem novamente as conquistas dificilmente obtidas na luta.

Uma analogia que desconhece o conteúdo de classe

As analogias são muito úteis para explicar o que queremos dizer, porém, em raras ocasiões, são capazes de demonstrar sua exatidão. A analogia entre a restauração capitalista na Rússia antes de 1989 e o triunfo desse mesmo capitalismo antes de 14 de julho de 1789 na França revolucionária, que invocam em seu apoio aqueles que sustentam a hipótese de que os processos econômicos e políticos que terminaram com os estados operários tal como os conhecíamos até o final do século 20, nos serve para entender sua argumentação, porém está longe de demonstrar sua validade. Podemos aceitar, em favor da discussão, que anteriormente a 1985 a burocracia stalinista já havia transformado em propriedade privada os bens nacionalizados pela revolução. Inclusive podemos chegar a concluir, conjuntamente, que a Perestroika de Gorbachev não foi outra coisa senão a forma jurídica adotada pela transformação operada na estrutura econômica, no modo de produção. Porém tal analogia não se levantar nem uns poucos centímetros em apoio às demonstrações de que os processos são relativamente independentes uns dos outros. E, menos ainda, que a restauração econômica capitalista é independente da derrota sofrida pelo proletariado em sua tarefa de concretizar a revolução política. Tampouco ajuda muito a sua hipótese de fundo: que os acontecimentos de 1989 são uma das maiores vitórias políticas do proletariado porque dissolveu o aparato contrarrevolucionário do stalinismo, ainda que arraste a contradição negativa de ter trazido consigo a restauração do capitalismo.

Estes marxistas esquecem uma condição especial que condiciona

a luta do proletariado e que o diferencia de todas as demais classes que, anteriormente na história, foram protagonistas das transformações revolucionárias da sociedade: que, por sua posição como classe na estrutura econômica, enquanto não proprietário de nenhum meio de produção distinto ao de sua própria força de trabalho, está impossibilitado para fazer-se classe economicamente dominante no marco do funcionamento normal da própria economia. Para por sob seu controle as molas da produção material, o proletariado se vê obrigado a fazer-se antes dono do poder político. Não pode derrotar a burguesia competindo com ela no mercado. E, diga-se de passagem, este é tão válido no terreno nacional como no da revolução mundial. Daí o caráter conservador e reacionário da teoria stalinista do socialismo num só país. E daí parte da explicação do porquê, sem o triunfo da revolução política nos estados operários sobre a burocracia para colocar novamente os recursos nacionais a serviço do triunfo da revolução mundial, terminaram impondo-se os planos restauracionistas da contrarrevolução interna e externa.

Essa condição especial não desaparece pela simples razão de fazer-se dono do poder político. A classe operária não expropria os meios de produção para fazer deles uma “propriedade privada social”. A expropriação coletiva não transforma cada membro da classe operária, individualmente considerado, proprietário de uma parte dos meios expropriados. Portanto, não pode defendê-los individualmente. Para defender as conquistas da propriedade social, o proletariado deve manter-se como classe dominante do aparato político do Estado. A expropriação do poder político por parte da burocracia usurpadora significou, num sentido histórico-social, a perda de sua propriedade coletiva sobre os meios materiais de produção da sociedade. Esta situação particular colocou o proletariado soviético, e por extensão o proletariado dos demais estados operários burocratizados, na situação paradoxal de ser uma classe economicamente dominante na sociedade – o que definia o caráter de classe desses estados – que havia sido despojada da condição que lhe garantia conservar-se como tal classe dominante: o poder político do aparato de Estado. E a colocava ante a disjuntiva de recuperar, por meio de uma revolução política, a direção do Estado ou resignar-se à alternativa altamente provável de perder sua condição de classe economicamente dominante pelas mãos dos usurpadores, à contrarrevolução capitalista internacional.

Separar, então, os dois processos não só é teoricamente insustentável, mas também pretende assimilar os processos estruturais na

economia que levaram à sociedade burguesa desde as monarquias pré-capitalistas aos processos políticos que culminaram na restauração capitalista desde a propriedade operária nacionalizada, equivale a assimilar as batalhas entre a burguesia e os latifundiários por quem come mais da mais valia social às batalhas da classe operária com os burgueses para melhorar seus salários.

Alguns elementos para uma visão sobre a IV etapa

Henrique Canary

Partimos da compreensão de que o fim dos antigos estados operários e sua transformação em novos estados burgueses representaram uma **contrarrevolução no terreno econômico-social**. Essa definição, obviamente, implica conclusões: abriu-se, a partir da restauração capitalista no Leste Europeu, **uma etapa menos favorável na luta de classes mundial**, um período de **maiores dificuldades** para os revolucionários.

No presente artigo, no entanto, não nos deteremos na análise da restauração capitalista em si, seus motivos, sua mecânica e sua dialética particular. Nosso objetivo é analisar as características do período histórico aberto entre 1989-1991 com a restauração do capitalismo em um terço da superfície terrestre, o que se convencionou chamar, em nossa tradição, “IV etapa da luta de classes”⁴⁰.

Todos concordam que os eventos ocorridos no Leste Europeu entre meados dos anos 1980 e início dos anos 1990 abriram uma nova etapa da luta de classes mundial. A questão reside em determinar: quais são exatamente as características dessa nova etapa? Quais são os obstáculos mais importantes que os revolucionários encontram em seu caminho no esforço de superação da crise de direção revolucionária? Quais são, por outro lado, as características mais positivas desse novo período histórico, que facilitam o trabalho dos marxistas e, por isso, devem ser aproveitadas e impulsionadas? Enfim, quais

40 No presente artigo, utilizamos o conceito de “etapa” formulado por Nahuel Moreno. Segundo essa visão, o longo período histórico aberto em 1917 com a Revolução Russa (época da revolução socialista mundial) poderia ser subdividido em períodos menores (etapas), que se caracterizavam por uma determinada correlação de forças em nível mundial. Nesse sentido, Moreno propôs o seguinte esquema explicativo: uma I etapa revolucionária (1917-1923); uma II etapa contrarrevolucionária (1923-1943) e uma III etapa revolucionária (1943- ?). Com o fim dos antigos estados operários, aqueles que reivindicam a tradição morenista chegaram à conclusão de que havia se aberto uma IV etapa mundial e passaram a debater seu caráter.

são as **contradições** do processo (entendendo a contradição como a própria **chave explicativa** de toda a realidade)? Abaixo, tentaremos responder a essas e outras perguntas.

A IV etapa e suas distintas situações

Para começar, diremos que, assim como ocorreu com a III etapa, também a IV etapa **não é homogênea**. Como mínimo, podemos identificar **dois momentos ou situações** dentro da presente etapa. A primeira situação corresponde, basicamente, à **ofensiva neoliberal e de reestruturação produtiva dos anos 1990**. Foi aí que ocorreram as grandes rupturas das organizações revolucionárias; que os setores burgueses mais reacionários e neoliberais venceram as eleições em vários países; que mais conquistas históricas do proletariado foram retiradas; que o imperialismo mais avançou com seus planos estratégicos, geopolíticos e militares (“Novo Século Americano”). Foi aí, também, que a ideia do socialismo esteve mais questionada; que nossa Internacional, a LIT-QI, chegou ao máximo de sua crise.

No entanto, a partir do início dos anos 2000, este cenário começa a mudar em todos os sentidos. No marco de uma nova crise cíclica do capitalismo, ressurgem processos importantes de luta, como o movimento **antiglobalização** e as manifestações mundiais contra a **invasão ao Iraque**. Além disso, ocorreram lutas e processos nacionais importantes que impactaram o ativismo mundial e mostraram uma nova perspectiva, como o levante no Equador, em 2000, o Argentinação, em 2001, a vitória contra o golpe de direita na Venezuela, em 2002, e o processo revolucionário boliviano em 2003. Como resultado desse novo momento, que correspondeu ao esgotamento do projeto neoliberal, ascenderam ao poder, principalmente na América Latina, vários governos de Frente Popular e nacionalistas burgueses, que representaram uma vitória distorcida das massas em sua luta contra os governos burgueses tradicionais.

Já com a eclosão da nova **crise econômica em 2007-2008**, entramos definitivamente num novo momento da luta de classes mundial e que vivemos até hoje: o aprofundamento da crise social e econômica nos Estados Unidos, que é o centro do sistema (ainda que com recuperações episódicas), a entrada da China na crise econômica, a explosão da **Primavera Árabe**, a crise dos governos de colaboração de classes e nacionalistas burgueses na América Latina, a desestabilização política, econômica, social e até mesmo militar (vide Ucrânia) na Europa.

Esse novo momento, progressivo em comparação ao anterior, abre melhores condições para a intervenção dos revolucionários. Trata-se de uma situação mais favorável do que aquela que vivemos nos anos 1990, **mas não muda ainda a essência da etapa** como um todo. Mesmo quando explodem situações revolucionárias ou pré-revolucionárias (por exemplo, Junho de 2013 no Brasil), manifesta-se, nessas mesmas situações, os limites mais gerais da etapa: a confusão, a crise de direção etc.

Localizar essa contradição entre a etapa (desfavorável) e a situação (favorável) é importante porque a realidade é uma **síntese** entre esses dois níveis de abstração. Os revolucionários se movem justamente nesta contradição. Ou seja, **a etapa**, por mais desfavorável que seja, **não é algo estático ou imutável**. O partido revolucionário, armado com uma política correta, busca **aproveitar as situações favoráveis** com vistas a obter uma **vitória contundente** do movimento de massas e **mudar**, assim, **o signo geral da etapa**.

As características mais gerais da IV etapa

De maneira geral, podemos descrever a presente etapa nos seguintes termos (nos limitamos aqui aos elementos mais importantes, pois há muitos outros que não pudemos abordar nos limites deste artigo):

1) Apesar de seu desgaste, a democracia burguesa é encarada pelas massas como o único horizonte possível para suas lutas, mesmo onde ocorrem mobilizações insurrecionais contra governos eleitos. As massas não concluem da luta contra um governo eleito que o problema reside no sistema político ou social em si. Isso faz com que os ascensos ou processos revolucionários adquiram um caráter **cíclico** ao não superarem os limites da democracia burguesa. Até agora, o que temos visto são **“fevereiros recorrentes”**, segundo a célebre definição de Moreno, ou seja, processos revolucionários que, ao não chegarem à expropriação da burguesia e permanecerem dentro dos limites da democracia burguesa, acabam se tornando recorrentes.

2) Os trabalhadores participam como sujeitos sociais desses processos revolucionários, mas não lideram as massas populares. Via de regra, a própria participação da classe trabalhadora não se dá de maneira orgânica, ou seja, não participam enquanto trabalhadores **organizados** neste ou naquele partido político ou sindicato, mas

principalmente como cidadãos, vizinhos etc. Mesmo quando atuam organicamente, não determinam, em geral, a dinâmica dos processos. Essa participação um tanto quanto inorgânica não deve confundir os revolucionários. Por um lado, é preciso lutar para que a classe trabalhadora atue de maneira **organizada e consciente** na luta. Por outro, não se deve desprezar tais processo simplesmente porque eles não se dão da forma que gostaríamos. É preciso entender que, apesar do caráter aparentemente policlassista de alguns ascensos, o proletariado está efetivamente presente, embora **disperso e desorganizado**.

3) A nova geração de proletários do mundo é muito mais precarizada, mais feminina, mais negra, mais imigrante, mais informada etc. que as gerações anteriores. Essa nova geração não tem referência nos velhos aparatos burocráticos e reformistas, mas também **não tende aos partidos revolucionários**. Quando se organiza ou age de maneira coletiva em lutas concretas, tende a rejeitar formas centralizadas de organização. Aí se expressa, com muita força, o resultado negativo da restauração do capitalismo na URSS e nos demais ex-estados operários. Assim, guardada sua unidade fundamental a partir da exploração da mais valia, se aprofunda a **fragmentação** política, ideológica, etária, de gênero, racial, nacional, funcional, cultural e econômica do proletariado. Por isso, muitas vezes, processos genuinamente proletários podem aparecer para os revolucionários como se fossem mobilizações policlassistas, de juventude, pós-modernas etc. Trata-se de uma incompreensão que pode nos levar a perder grandes oportunidades. Não se deve esperar, na atual etapa, que os ascensos e processos revolucionários apresentem as mesmas características que no período anterior. Um exemplo disso foram os processos da Geração à Rasca, de Portugal, Indignados, da Espanha, e as mobilizações de Junho de 2013 no Brasil. Todos eles apareciam como algo juvenil, por fora das organizações tradicionais do movimento de massas. A análise mais profunda dessas manifestações, contudo, demonstrou que, em sua imensa maioria, saíram às ruas nada menos do que **a geração mais jovem do proletariado** desses países, um proletariado precário, desconfiado, que ainda estuda, que ainda mora com os pais, preocupado com as questões de opressão, influenciado por tendências e teorias pós-modernas e anarquizantes, mas ainda assim: **proletariado**.

4) Mesmo nos processos mais tradicionais de luta, como as greves econômicas, manifestam-se as características da etapa. Em

muitos casos, os ativistas mais combativos e dedicados **desconfiam do aparelho do sindicato** e, às vezes, até o combatem. **Rejeitam a centralização** da linha pela direção sindical, exigem novas formas de organização e **consulta à base**. Terminada a luta, apenas uma parte muito pequena se torna orgânica no movimento, ou seja, se cristaliza em ativismo permanente. A maior parte dessa vanguarda segue à margem da organização sindical, aumentando o isolamento do aparelho do sindicato em relação ao setor mais ativo da base.

5) Fruto dessas características do próprio proletariado (ou pelo menos de sua geração mais jovem, mais ativa e mais precária), os embriões de organismos de duplo poder que surgiram até agora possuem, em geral, caráter altamente **fluido e inorgânico**. Estes organismos ou embriões de organismos, quando surgem, não possuem um caráter de classe claramente definido ou consciente, não são organizados segundo um princípio econômico ou produtivo direto (comitês de fábrica, soviets por unidade produtiva, cordões industriais etc.). Ao contrário, aparecem como autodeterminação dos cidadãos presentes nas manifestações. Esse foi o caso das assembleias de bairros na Argentina, em 2001, da Praça Tahir no Egito e da Praça Maidan na Ucrânia.

6) As lutas identitárias contra as opressões ou democráticas adquirem enorme importância, dado o entrelaçamento cada vez mais íntimo entre opressão e exploração, como se vê nos casos da opressão racial, de gênero, sexual e nacional. Cada vez mais, a tarefa dos revolucionários consiste em **arrancar os setores oprimidos da influência das organizações traidoras e das ideologias pós-modernas**. E só poderão fazê-lo se forem **os primeiros na linha de combate contra tais opressões**. A passividade, a **falta de diálogo** e o **sectarismo** dos revolucionários neste terreno joga os oprimidos nas mãos dos reformistas, das ONGs e dos governos de colaboração de classes, enfraquecendo, com isso, esta que pode ser uma enorme força de choque do proletariado. Evidentemente, isso não quer dizer que os revolucionários devem absorver o programa democrático de luta contra a opressão tal como ele surge das lutas espontâneas dos oprimidos. Tal comportamento seria um crime oportunista e uma traição. Toda a atuação dos revolucionários só pode se basear num programa marxista de transição.

7) A derrota do stalinismo como aparelho mundial da contrar-

revolução não diminui em nada a importância da **revolução política** no programa dos trotskistas. Como Moreno já havia apontado nas *Teses para a atualização do Programa de Transição*, a revolução política é muito mais do que a luta pela derrubada da burocracia do Kremlin. A burocratização generalizada das organizações da classe trabalhadora fez com que a revolução política se tornasse **a palavra de ordem cotidiana de ação dos trotskistas**. Isso era assim na III etapa e é ainda mais verdade hoje, quando essa burocratização continua e se aprofunda. Mas, hoje, a repulsa a esse processo de burocratização é muito maior. A luta contra a burocracia em geral, pela revolução política em todas as organizações da classe, pelo controle da base sobre a direção de todas as organizações aparece como uma luta **central** na atual etapa. Não há nenhuma chance de conquistar a maioria do jovem proletariado que hoje faz as revoluções do mundo se formos **confundidos com as velhas organizações sindicais e burocráticas**. Falamos muito de delimitação com o reformismo, o que está correto. Mas é preciso começar a falar também de **delimitação com a burocracia**, tanto em palavras, quanto em ações. Se não for assim, podemos ser vítimas de nossa própria adaptação a esses aparatos e sermos riscados das organizações da classe quando uma verdadeira revolução antiburocrática acontecer. É preciso, desde já, trabalhar contra isso, retomando este ponto tão importante do trotskismo e do morenismo: democracia operária! Controle da base sobre os sindicatos, inclusive sobre os dirigentes revolucionários! **Revolução política em todas as organizações da classe!**

8) Depois de um período de reorganização pela negativa (aumento do sentimento antipartido, rechaço a todos os políticos etc.), abre-se, atualmente, dentro dos marcos da etapa, um período em que, devido à crise dos governos burgueses tradicionais ou de Frente Popular, setores de massas começam a buscar uma alternativa **pela positiva e pela esquerda**. No entanto, ao perceberem a necessidade de uma referência política, estes setores de massas encontram, principalmente, em seu caminho organizações reformistas e neorreformistas. Ultimamente, dado os limites da etapa e o aprofundamento da crise de direção revolucionária, essas organizações têm se **fortalecido** e constituem um **obstáculo** para os revolucionários. O novo reformismo não se apoia em nenhum aparato mundial. Isso o torna muito mais frágil que o velho stalinismo. Mas essa fraqueza do neorreformismo não deve ser exagerada. Não existe nenhuma lei histórica que impeça o neorreformismo de adquirir uma relação orgânica

com o proletariado, isto é, de dirigi-lo efetivamente. Não é assim hoje, mas pode ser assim amanhã. Como mínimo, deveríamos admitir que os reformistas são muito mais fortes que os revolucionários. Sua força reside principalmente: a) na correlação de forças desfavorável da etapa; b) no agravamento da crise de direção revolucionária. A tentativa de avaliar a força do neorreformismo apenas por sua maior ou menor capacidade de promover reformas é um erro. O novo reformismo é forte não por se apoiar em reformas produto de uma fase ascendente do capitalismo como foi o caso da socialdemocracia no final do século 19, mas porque, em sua ampla maioria, as massas **o aceitam como o único horizonte, a única alternativa possível e viável**. Apesar de não proporcionar reformas, possui essa margem de manobra para alimentar ilusões na possibilidade de mudanças, sem modificar o modo de produção capitalista. Expressão disso é que, nos atuais processos revolucionários, já não existe uma pressão para a expropriação por parte das massas como ocorreu na III etapa, pós Segunda Guerra Mundial. Lembremos que neste período, ainda marcado por uma relação de forças mais favorável em nível mundial, ocorreram processos revolucionários em que as direções contrarrevolucionárias foram forçadas a ir além do que queriam. Esse foi o caso da China e de Cuba, onde tiveram de avançar até a expropriação. Mesmo no caso do Chile, onde o PS chegou ao poder pela via eleitoral e não chegou a expropriar mudando o regime social, Allende foi forçado a fazer avançar as nacionalizações. Na verdade a força dessas organizações é expressão dos próprios limites da atual etapa. As organizações reformistas se debilitam e mesmo se destroem uma depois da outra, mas o reformismo em si (como fenômeno político e estado de ânimo das massas) permanece, renovando seu discurso e gerando novas organizações que serão novos obstáculos no caminho dos revolucionários. É preciso também lembrar que o novo reformismo não tem origem unicamente na socialdemocracia. Em alguns casos, as próprias organizações stalinistas se reciclam, dando origem a novos partidos, que são mais fortes que os revolucionários e também constituem um **obstáculo** à sua construção, como é o caso de Podemos, na Espanha, construído, entre outras fontes, a partir de uma autorreciclagem de um setor do PCE. Em outros casos, as organizações stalinistas tradicionais mantêm um peso relativo no movimento de massas, como na Grécia, em Portugal e no Chile.

9) Na atual etapa, em geral, as organizações ou fenômenos políticos são efêmeros e inorgânicos. Essa tendência é a tal ponto pro-

funda que organizações como os Black Bloc não se reconhecem sequer como organização. Se autointitulam “tática”, ou seja, negam sua própria existência, rejeitam qualquer organicidade. E não se trata apenas de uma manobra. Uma parte significativa dos ativistas que compõe essas organizações realmente acredita nisso. Encaram a si mesmos como meros fenômenos. Essa característica, que aparece como o ponto fraco dessas novas alternativas, é, num sentido, seu ponto **forte**. O caráter inorgânico é um **atrativo** para a juventude em geral e mesmo para os **jovens proletários**, que tendem a rejeitar a ideia de alternativa tal como os revolucionários a entendem, ou seja, como uma organização definida, delimitada. Obviamente, um partido revolucionário não pode ser inorgânico, por mais atrativo que isso seja. Mas estamos falando de partidos **reformistas**, que buscam uma influência difusa, eleitoral. E por isso, **no caso deles**, isso representa uma vantagem, um elemento de força. E não é possível vencer um inimigo se confundimos sua fraqueza com sua força.

10) A necessidade de derrotar o reformismo adquire seu verdadeiro sentido somente **nessa perspectiva**. Derrotar o reformismo não pode ser, para o partido revolucionário, a agitação vazia de princípios, teorias e futuras traições. Isso pode acalmar nossas próprias consciências porque nos diferenciamos, mas não passa de autoengano. Derrotar o reformismo é **arrancar dele a base social que ele influencia** e colocá-la sob a influência do partido revolucionário. E isso se faz com **política**.

O fato de as novas organizações reformistas não serem operárias não anula a necessidade de aplicarmos, em relação a elas, todas as **táticas** tradicionais formuladas pelo marxismo. Moreno, por exemplo, avaliava que o stalinismo, o castrismo e a socialdemocracia eram forças contrarrevolucionárias não somente por seu programa, mas também **pelo setor de classe que representavam**: a burocracia, a aristocracia, a pequena burguesia e as classes médias abastadas.

Sobre o stalinismo, Moreno dizia:

As correntes pequeno-burguesas e burocráticas do movimento operário refletem um setor **privilegiado** do movimento de massas que se constituiu na época imperialista e é **antagônica à base operária e popular**.⁴¹ (grifo nosso)

41 MORENO, Nahuel. *Teses para a atualização do Programa de Transição*. São

E sobre a socialdemocracia, dizia:

(...) hoje em dia, por causa do rádio e da televisão, esses partidos estão **vazios, não organizam nenhum setor do movimento de massas**, só conseguem os votos de um setor do movimento operário, utilizando para isso o rádio e a televisão, que lhe são generosamente facilitados pelo imperialismo e o capitalismo.⁴² (grifo nosso)

Ou seja, não há nenhuma novidade em dizer que o neorreformismo é uma corrente pequeno-burguesa e sem base operária. Moreno já dizia isso há mais de 35 anos! Mesmo assim, **nunca abriu mão de ter uma tática para estas organizações**. Fez unidade de ação, fez frente única operária, fez frente eleitoral, chamou a construir partidos operários independentes, exigiu que governassem sem a burguesia (tática de governo operário e camponês), denunciou, enfrentou politicamente, enfrentou fisicamente etc. etc. etc. Até o último momento de sua vida, Moreno teve tática para essas organizações que “não organizam nenhum setor do movimento de massas”.

Conclusão

A IV etapa é um complexo labirinto de fenômenos, forças, pressões, perigos e oportunidades. É preciso aprender seus caminhos. Não há manuais ou mapas da IV etapa. Nossos princípios e nossa teoria constituem um apoio insubstituível em nossa busca. Porém não indicam, por si só, a saída. Somos nós mesmos que estamos sendo chamados a encontrá-la. O desafio de cada geração de marxistas é, antes de tudo, desvendar seu próprio tempo. A importância e a necessidade de atualizar o programa não eliminam o fato de que seguimos sendo um partido **político**. A correção da política é uma das condições da vitória. Nas palavras de Moreno:

Esta dialética entre o mediato e o imediato, o histórico e o presente, o abstrato e o concreto, sintetiza-se, unifica-se, quando o partido revolucionário consegue chegar a dirigir o movimento operário para a conquista do

Paulo: CS Editora, 1992, p. 58.

42 *Ibid*, p. 132.

poder. Porém, para conseguir essa superação da contradição, deve-se passar por **distintas etapas da luta de classes**; etapas que sempre são **concretas, imediatas e presentes**, até que se transformam em históricas, isto é, até que a luta imediata do movimento de massas seja a tomada do poder, a grande tarefa histórica.⁴³ (grifo nosso)

Quase 45 anos depois de serem escritas, que atuais são hoje as palavras de Moreno!

43 MORENO, Nahuel. *O Partido e a revolução*. São Paulo: Editora Desafio, 1996, p. 252.

Stalinismo e trotskismo frente aos processos do Leste Europeu

Martín Hernández

Quando as massas derrubaram os regimes stalinistas, a burguesia fez um balanço grosseiro e simplista: “as massas derrotaram o socialismo e o capitalismo mostrou a sua supremacia”. O stalinismo, porém, não pode sequer fazer isso. É que a pancada que lhe deram as massas do Leste foi tão grande, que suas intenções de justificar a derrota se pareciam com as de um boxeador nocauteado que, na lona, com seus olhos zonzos, explica ao juiz, entre murmúrios, que foi somente um tropeço.

A queda do aparato stalinista significou o fim da **maior farsa da história do movimento operário mundial**.

Os stalinistas apareciam como representantes da Revolução de Outubro, como os grandes lutadores contra o fascismo, como aqueles que expropriaram a burguesia, como os que enfrentavam o imperialismo e como os que defendiam incondicionalmente os estados operários (o “socialismo real”). Na realidade, contudo, nasceram combatendo a Revolução de Outubro, capitulando ao fascismo, lutando contra a expropriação da burguesia, apoiando o imperialismo e, finalmente, restaurando o capitalismo nos ex-estados operários.

O socialismo num só país: a teoria do stalinismo para justificar suas traições

Para os bolcheviques, a revolução russa não era mais do que uma alavanca para o desenvolvimento e o impulso da revolução mundial como única forma de chegar ao socialismo em seu próprio país.

Para Stalin (depois de remover a classe operária do poder) e para a burocracia que ele liderava, a revolução mundial era algo muito arriscado que poderia questionar seus privilégios. Por isso, elaborou a teoria antimarxista do socialismo num só país.

Essa teoria, defendia a ideia utópica de que um país atrasado (a URSS), no marco de um mundo controlado pelo imperialismo, poderia chegar a superar as potências imperialistas e, por essa via, chegar

ao socialismo sem precisar de uma revolução internacional. Essa teoria utópica se concretizou numa política reacionária: a coexistência pacífica com o imperialismo.

Essa foi uma das justificativas para assassinar a maioria dos dirigentes da Revolução Russa, os quais, segundo Stalin, por estarem contra essa teoria, estariam contra a vitória do socialismo na URSS.

○ stalinismo e sua suposta luta contra o fascismo

No começo da década de 1930, Stalin, em função de sua disputa com o aparato da socialdemocracia, negou-se a chamar a unidade da classe operária alemã para impedir, nas ruas, a vitória de Hitler. Por outro lado, na URSS, impôs um regime similar ou pior que o fascismo e, finalmente, no ano 1939, fez um pacto com Hitler de não agressão e de divisão de áreas de influência que levou à invasão da Polônia por ambos exércitos, as tropas de Hitler e as de Stalin.

Esse pacto só acabou em 1941, quando Hitler o rompeu e invadiu a URSS, obrigando essa a entrar na Segunda Guerra Mundial, da qual saiu vitoriosa por causa do heroísmo das massas.

○ stalinismo e sua suposta luta contra o imperialismo

Sempre armado pela teoria do socialismo num só país e pela co-existência pacífica com o imperialismo, ao final da Segunda Guerra Mundial, Stalin assinou o pacto de Yalta e Potsdam com os chefes do imperialismo americano e inglês. O objetivo desse pacto foi enfrentar o grande ascenso mundial que, depois da Segunda Guerra Mundial, colocou na ordem do dia a liquidação do imperialismo. O novo pacto consistiu na divisão do mundo em áreas de influência para, assim, controlar o ascenso revolucionário das massas.

Se, por um lado, esse pacto contrarrevolucionário não conseguiu impedir o grande ascenso do pós-guerra (não impediu, por exemplo, o triunfo das revoluções na Iugoslávia, na China e em Cuba), **foi determinante para impedir a liquidação do imperialismo e a vitória do socialismo em escala mundial.** Foi por causa desse pacto que na França, na Itália e na Grécia, o stalinismo entregou a revolução ao imperialismo e, dessa forma, a Europa central, semidestruída pela guerra, foi reconstruída sobre bases capitalistas.

Por outro lado esse pacto impediu (à exceção da Iugoslávia) o triunfo da revolução no Leste Europeu. O Exército Vermelho, **em acordo com o imperialismo**, ocupou a maioria desses países com

intenção de construir governos com as burguesias, em sua maioria ex-colaboradoras do nazismo. Ao não conseguir, o Exército Vermelho se viu obrigado a expropriá-las, dando origem a novos estados operários burocratizados.

Esse pacto contrarrevolucionário se manteve até a queda da burocracia stalinista e teve uma importância decisiva, até seus últimos dias, para impedir a expropriação da burguesia em muitos países. Isso não aconteceu só imediatamente o pós-guerra. O mesmo aconteceu na França, durante o Maio Francês [1968], na Nicarágua, em El Salvador, nas ex-colônias portuguesas no continente africano e em vários outros países.

Como o stalinismo defendia os estados operários

As economias dos estados operários burocráticos, contraditórias com o capitalismo, seguiram sendo parte da economia mundial, controlada pelo imperialismo. Ao não estender a revolução às grandes potências capitalistas, as economias desses estados, que nos primeiros anos, como produto da expropriação da burguesia, tiveram um importante desenvolvimento, *a posteriori*, como produto do cerco imperialista e da condução burocrática, foram ficando estancadas e cada vez mais em crise.

Em meados dos anos 1950, nos estados do Leste Europeu, suas economias seguiram crescendo, porém em ritmo menor. A utópica e reacionária ideia stalinista de construir o socialismo num só país começava a cobrar seu preço.

A saída, para superar essa realidade não era econômica, mas política. Tratava-se de democratizar a condução da economia planificada de tal forma que se aproveitasse todo o potencial humano a serviço do desenvolvimento econômico e, fundamentalmente, de expandir a revolução social em direção às grandes potências capitalistas. Contudo essas opções – democracia operária e revolução internacional – eram as únicas que as burocracias governantes não estavam dispostas a assumir. Para defender seus interesses, a única opção para elas era estreitar as relações econômicas com as grandes potências.

Primeiro, foi por meio de um grande desenvolvimento do comércio entre Oriente e Ocidente, o que terminou com um aprofundamento da crise nos estados operários como consequência do comércio desigual. A resposta da burocracia stalinista foi estreitar ainda mais suas relações com o imperialismo, agora por meio empréstimos baratos. Assim, esses estados operários se transformaram em depen-

dentos do imperialismo pelo mecanismo da dívida externa. No começo dos anos 1980, as economias estavam devastadas, e a burocracia da URSS ameaçada por uma possível explosão social.

Foi essa análise, da crise sem saída da economia, que levou a burocracia stalinista a se propor a necessidade da restauração. O projeto restauracionista surgiu na URSS da mesma forma que surgiu na Iugoslávia e na China: **do coração da burocracia**. O mesmo aconteceria, *a posteriori*, em Cuba e no Vietnã.

Cuba, China, Vietnã: como explicar o inexplicável

As correntes stalinistas responsabilizaram a ação das massas pela restauração do capitalismo no Leste. Porém foi mais difícil para eles explicar o que aconteceu na China, no Vietnã e em Cuba, onde o capitalismo foi restaurado sem que houvesse mobilizações contra os regimes ditos comunistas. Frente a essa realidade, quebrando todos os recordes de mentiras, disseram que nesses países o capitalismo não havia sido restaurado.

E como justificavam que nesses países já não existia uma economia planificada, mas sim uma economia de mercado? Dizendo que estava se fazendo o mesmo que havia feito Lenin, na URSS, com a Nova Política Econômica (NEP). Dessa forma, a política dos bolcheviques, de fazer concessões ao capitalismo – preservando uma parte importante das empresas nacionalizadas, a economia centralmente planificada e o monopólio do comércio exterior – para fortalecer o Estado operário semidestruído pela guerra civil era igualada à política da burocracia de desmontar o Estado operário para restaurar o capitalismo.

Por mais que os stalinistas e filo-stalinistas neguem, o capitalismo foi restaurado pela burocracia em todos os ex-estados operários. Isso merece uma reflexão: centenas de milhares de revolucionários foram perseguidos, caluniados, torturados e assassinados em nome do socialismo pelo stalinismo. Por quê? Pelo motivo que previu Trotsky. Para restaurar o capitalismo. Isso é o stalinismo. Esse é seu verdadeiro balanço que, logicamente, eles não puderam fazer.

Um balanço que só o trotskismo tem condições de fazer

Só o trotskismo tem condições de tirar todas as conclusões do que aconteceu no Leste Europeu sem necessidade de falsificar a realidade e sem entrar em contradição com suas bases programáticas.

O trotskismo surgiu assinalando que o socialismo só poderia se concretizar em nível internacional e que a política da burocracia soviética do socialismo num só país e de co-existência pacífica com o imperialismo era o caminho para a restauração do capitalismo.

Que os privilégios da burocracia eram tais que seu nível de vida se parecia com os da burguesia: “(...) os estratos superiores da sociedade soviética vivem como a alta burguesia dos Estados Unidos e da Europa”⁴⁴.

Que, para defender e ampliar seus privilégios, a burocracia precisava restaurar o capitalismo: “**A evolução das relações sociais não acaba.** É evidente que não se pode pensar que a burocracia abdicará em favor da igualdade socialista. (...) no futuro, **será inevitável** que busque apoio nas relações de propriedade. (...) Não basta ser diretor de um truste, tem **de ser acionista.**”⁴⁵

Que a burocracia, em defesa de seus interesses, impôs um regime similar ou pior ao do fascismo nos países capitalistas: “Igual aos países fascistas que, em relação ao aparato político de Stalin, **só difere por sua selvageria mais desenfreada**”⁴⁶.

Que a única forma de retomar o caminho em direção ao socialismo passava por expulsar do poder a camarilha burocrática governante, por meio de uma revolução política que devolvesse o poder à classe operária e à direção revolucionária.

Que a restauração do capitalismo provocaria uma queda catastrófica na economia e na cultura da URSS. Por isso, a batalha pela revolução política incluía a defesa **das empresas estatizadas, o monopólio do comércio exterior e a economia centralmente planejada.**

Que a classe operária, **excepcionalmente**, poderia chegar a ter uma política de frente única com a burocracia para defender os pilares econômicos do Estado operário: “(...) ainda que não seja admissível negar antecipadamente a possibilidade, **em casos perfeitamente delimitados**, de uma frente única com o setor termidoriano da burocracia contra um ataque aberto da contrarrevolução capitalista, **a tarefa política principal na URSS continua sendo a derrubada dessa mesma burocracia termidoriana**”⁴⁷.

Que se a classe operária não derrotasse a burocracia, a burocracia

44 TROTSKY, Leon. *En vísperas de la Segunda Guerra Mundial*. Escritos, Editorial Pluma, 23 de julho de 1939.

45 TROTSKY, Leon. *La revolución Traicionada*.

46 TROTSKY, Leon. *El Programa de Transición*.

47 TROTSKY, Leon. *El Programa de Transición*. Bolívia: Ediciones Crux, p. 72.

cia restauraria o capitalismo: “O prognóstico político tem um caráter alternativo. Ou a burocracia, convertendo-se cada vez mais no órgão da burguesia mundial no Estado operário, **derrubará as novas formas de propriedade e voltará a afundar o país no capitalismo**, ou a classe operária esmagará a burocracia e abrirá o caminho para o socialismo”⁴⁸.

A análise, o prognóstico e a política do trotskismo foram confirmados pelo ocorrido nos ex-estados operários. Tal como previu Trotsky, explodiram revoluções políticas em vários países, mas elas foram derrotadas. A burocracia se manteve no poder e restaurou o capitalismo.

Finalmente, confirmando novamente o programa trotskista, a restauração do capitalismo significou um importante retrocesso na economia e na cultura nos ex-estados operários. Não da magnitude que se previa na década de 1930 (catastrófica), porque as economias desses países já tinham sido devastadas pelo imperialismo e pela burocracia, mas o que ficou explícito foi que essas economias, ao invés de avançar com a restauração, continuaram retrocedendo, especialmente no que se refere à economia popular.

Os processos do Leste, ao confirmar categoricamente o programa trotskista, pela negativa e pela positiva, significaram o **maior triunfo programático e político da história do trotskismo**.

Pela negativa porque a derrota que significou a restauração do capitalismo, pelas mãos da burocracia, não só confirmou o prognóstico trotskista, mas também mostrou que éramos a única corrente, em todo o mundo, que tinha uma política para evitá-la: **a revolução política no marco da revolução mundial**.

Pela positiva porque a destruição do aparato stalinista pelo movimento de massas, um triunfo colossal da revolução mundial, é, antes de tudo, **um triunfo do trotskismo**, a única corrente que compreendeu o verdadeiro caráter contrarrevolucionário do stalinismo e teve uma política consequente para derrotá-lo.

Sobre a crise da direção revolucionária do proletariado

Trotsky disse, em 1938, no *Programa de Transição*, que a crise da humanidade se resume à crise da direção revolucionário do proletariado.

Partindo dessa ideia, Moreno acrescentou que, a partir da Primera

48 *Ibid*, p. 70.

Guerra Mundial, “(...) se invertem as relações causais, transformando o mais subjetivo dos fatores – a direção revolucionária – na causa fundamental de todos os outros fenômenos, incluindo os econômicos⁴⁹.

A pergunta central que devemos fazer é: os processos do Leste aprofundaram a crise de direção revolucionária ou, pelo contrário, deram passos no sentido de sua superação? É em torno à resposta a essa pergunta que podemos determinar se hoje existem maiores ou menores possibilidades para construir nossos partidos.

A crise de direção revolucionária, que Trotsky identificou com tanta clareza em 1938, deu um novo e grande salto no final da Segunda Guerra Mundial: “Desgraçadamente, esse grande ascenso revolucionário se dá junto com o **agravamento da crise de direção revolucionária**, ou seja, com o fortalecimento dos aparatos contrarrevolucionários”⁵⁰.

Na verdade, o agravamento da crise de direção revolucionária a partir do fim da guerra, é duplo, pois, por um lado, o stalinismo se fortalece qualitativamente, e, por outro, o trotskismo se debilita também qualitativamente em função do assassinato de Trotsky em 1940.

Por isso, **a crise de direção revolucionária, que se abriu do final da Segunda Guerra Mundial até a queda do aparato stalinista foi, sem dúvida, a maior da história.**

Esse agravamento extremo possibilitou que uma grande vitória, como foi a derrota do nazismo (a maior da história segundo Nahuel Moreno), desse origem a uma grande derrota: **a conformação de um pacto contrarrevolucionário, o de Yalta e Potsdam entre a principal direção internacional do movimento operário e o imperialismo.**

Então, atualizando a elaboração de Moreno, quando cai o aparato stalinista pela ação revolucionária das massas, a crise de direção revolucionária não se fortalece, mas dá um passo, muito importante, no sentido de sua superação.

Em nossas elaborações anteriores, não nos referimos com clareza a esta questão central, a mais importante para o balanço dos processos do Leste. Na atualidade, existem muitos camaradas que sustentam a tese de que os processos do Leste aprofundaram a crise revolucionária. Isso, evidentemente, tem a ver, em última instância, com uma incompreensão sobre o papel contrarrevolucionário que teve o stalinismo.

Ao afirmar que os processos do Leste deram um passo impor-

49 MORENO, Nahuel, *Actualización del Programa de Transición*. Tese II.

50 *Ibid*, Tese VII.

tante em direção à superação da crise de direção revolucionária, não estamos afirmando que já se superou tal crise ou que estamos próximos de superá-la. Estamos dizendo, simplesmente, que demos um passo adiante e não um passo (ou muitos passos) atrás como dizem muitos camaradas.

Dos os siê

OS REVOLUCIONÁRIOS PERANTE OS
PROCESSOS ELEITORAIS

O partido comunista e o parlamentarismo⁵¹

Teses da III Internacional – 2º Congresso (1920)

I – A época atual e o novo parlamentarismo

A atitude dos partidos socialistas em relação ao parlamentarismo consistia, inicialmente, na época da I Internacional, em utilizar os parlamentos burgueses para a agitação. A participação no parlamento tinha como objetivo desenvolver a consciência de classe do proletariado na sua luta contra as classes dominantes.

Sob a influência da evolução política, e não da teoria, essa atitude foi se modificando. Em virtude do aumento contínuo das forças produtivas e do alargamento do domínio da exploração capitalista, o capitalismo e, com ele, os estados parlamentares adquiriram uma maior estabilidade. Daí a adaptação da tática parlamentar dos partidos socialistas à ação legislativa “orgânica” nos parlamentos burgueses e a importância cada vez maior da luta pela introdução de reformas no quadro do capitalismo, o predomínio do programa mínimo dos partidos socialistas, a transformação do programa máximo numa plataforma destinada às discussões sobre “o objetivo final” longínquo. Foi sobre essas bases que se desenvolveu o arrivismo parlamentar, a corrupção, a traição aberta ou camuflada dos interesses mais elementares da classe operária.

A atitude da III Internacional em relação ao parlamentarismo não é determinada por uma nova doutrina, mas pela modificação do papel do próprio parlamento. Na época precedente, o parlamento enquanto instrumento do capitalismo, em vias de desenvolvimento, contribuiu, num certo sentido, para o progresso histórico. Mas, nas condições atuais, na época da decadência imperialista, o parlamento tornou-se, ao mesmo tempo, um instrumento de mentira, de fraude, de violência e um moinho exasperante de palavras.

Perante as devastações, as pilhagens, as violências, os atos de

51 “III Internacional Comunista – Manifestos, teses e resoluções do 2º Congresso”. Vol. 2, Cadernos de Formação Marxista 4, Ed. Brasil Debates. (Nota da edição brasileira)

banditismo e as destruições levadas a cabo pelo imperialismo, as reformas parlamentares, desprovidas de espírito de continuidade e estabilidade, concebidas sem um plano de conjunto, perderam toda a eficácia prática para as massas trabalhadoras.

Tal como toda a sociedade burguesa, o parlamentarismo perde a sua estabilidade. A passagem do período de crescimento orgânico ao período crítico cria uma nova base à tática do proletariado no domínio parlamentar. Por isso, o partido operário (o Partido Bolchevique) estabeleceu as bases do parlamentarismo revolucionário desde o período precedente, ao perder a Rússia, desde 1905, o seu equilíbrio político e social para entrar num período de convulsões e de profundas transformações.

Quando certos socialistas inclinados para o comunismo sublinham que a hora da revolução ainda não soou nos seus países e se recusam a romper com os oportunistas parlamentares, baseiam-se, conscientemente ou não, na perspectiva de uma estabilidade relativa e durável da sociedade imperialista, pensando, por conseguinte, que uma colaboração com os Turati e os Longuet dará bons resultados práticos nas lutas pelas reformas.

O comunismo deve, pelo contrário, ter por ponto de partida o estudo teórico da nossa época (apogeu do capitalismo, tendência para a sua própria negação e destruição, agravamento contínuo da guerra civil etc.). O tipo de relações e dos reagrupamentos políticos pode variar conforme os países, mas a essência do problema é sempre a mesma em qualquer lado: trata-se, para nós, da preparação direta, política e técnica da insurreição proletária que deve destruir o poder de Estado burguês e estabelecer um novo poder, o Estado proletário.

O parlamento não pode ser para os comunistas, atualmente, em nenhum caso, o teatro de uma luta por reformas e pela melhoria das condições de vida da classe operária como foi outrora. O centro de gravidade da vida política deslocou-se do parlamento e de forma definitiva. A burguesia, por outro lado, em virtude das suas relações com as massas trabalhadoras e pelas relações complexas que existem no seu seio, é obrigada a fazer passar, de um ou de outro modo, algumas das suas medidas através do parlamento, onde as diversas camarilhas disputam o poder, manifestam a sua força, as suas fraquezas, os seus compromissos etc.

Deste modo, a tarefa histórica imediata da classe operária é a de arrancar esses aparelhos das classes dominantes, enfraquecê-los, destruí-los e substituí-los pelos novos órgãos do poder proletário. Além disso, o Estado Maior da classe operária tem todo o interesse

em ter nas instituições parlamentares da burguesia os batedores que facilitarão a sua obra de destruição.

Vê-se imediata e claramente a diferença essencial da tática dos comunistas que estão no parlamento com objetivos revolucionários e a dos parlamentares socialistas. Estes começam por reconhecer no regime atual certa estabilidade relativa e uma existência indefinida. Eles pretendem obter reformas por todos os meios e tem interesse em que cada conquista das massas seja atribuída ao parlamentarismo socialista (Turati, Longuet etc.).

O velho parlamentarismo de capitulação foi substituído por um parlamentarismo novo, concebido como um dos instrumentos de destruição do parlamentarismo em geral. Mas as tradições repugnantes da antiga tática parlamentar lançam certos elementos revolucionários no campo dos antiparlamentaristas por princípio (os I. W. E., os sindicalistas revolucionários, o Partido Operário Comunista da Alemanha).

Considerando essa situação, o II Congresso da Internacional Comunista apresenta as seguintes teses:

II – O comunismo, a luta pela ditadura do proletariado e “pela utilização” dos parlamentos burgueses

A)

1) O governo parlamentar tornou-se a forma “democrática” de dominação da burguesia que, em certo grau do seu desenvolvimento, necessita da ficção de uma representação popular. Busca exprimir na aparência a “vontade do povo”, acima das classes, mas, na realidade, é um instrumento de coerção e de opressão nas mãos do capital.

2) O parlamentarismo é uma forma determinada do Estado. Por isso, não convém, de forma nenhuma, à sociedade comunista, que não conhece nem classes, nem luta de classes, nem poder governamental de qualquer espécie.

3) O parlamentarismo não pode ser também a forma do governo “proletário” no período de transição da ditadura da burguesia para a ditadura do proletariado. No momento mais agudo da luta de classes, quando esta se transforma em guerra civil, o proletariado deve, inevitavelmente, construir a sua própria organização governamental como uma organização de combate na qual os antigos representantes das classes dominantes não sejam admitidos; nessa fase, toda a ficção de vontade popular é prejudicial ao proletariado; esta não

necessita da separação parlamentar dos poderes, que só poderá lhe ser nefasta. A República dos Soviets é a forma da ditadura do proletariado.

4) Os parlamentos burgueses, que constituem uma das principais engrenagens do aparelho de Estado da burguesia, não podem ser conquistados pelo proletariado tal como o Estado burguês em geral. A tarefa do proletariado é a de fazer explodir o aparelho de Estado da burguesia, destruí-lo, incluindo as instituições parlamentares, sejam elas das repúblicas ou das monarquias constitucionais.

5) O mesmo acontece com as instituições municipais ou comunais da burguesia, às quais é teoricamente falso opor os órgãos de Estado. Na realidade, fazem também parte do aparelho governamental da burguesia e devem ser destruídas pelo proletariado revolucionário e substituídas pelos soviets locais de deputados operários.

6) O comunismo se recusa a ver no parlamentarismo uma das formas da sociedade futura; recusa-se a ver nele a forma da ditadura de classe do proletariado; nega a possibilidade da conquista durável dos parlamentos; tem por objetivo a abolição do parlamentarismo. Por isso, só se pode colocar a questão da utilização das instituições do Estado burguês tendo como objetivo a sua destruição. E é nesse sentido, e unicamente nesse sentido, que a questão pode ser colocada.

B)

7) Toda a luta de classes é uma luta política, pois ela é, no fim de contas, uma luta pelo poder. Toda greve, abrangendo um país inteiro, se torna uma ameaça para o Estado burguês e adquire, por isso mesmo, um caráter político. Esforçar-se para derrubar a burguesia e destruir o Estado burguês é travar uma luta política. Criar um aparelho de coerção de classe, proletário, contra a burguesia refratária, com vista a governar e a reprimir a resistência da burguesia, é conquistar o poder político, qualquer que seja este aparelho.

8) A luta política não se reduz, portanto, apenas à uma questão de atitude face ao parlamentarismo. Ela abarca toda a luta de classes do proletariado, desde que essa luta deixe de ser local e parcial e tenda à derrubada do regime capitalista em geral.

9) O método fundamental da luta do proletariado contra a burguesia, ou seja, contra o seu poder de Estado, é, em primeiro lugar, o da ação de massas. Essas últimas são organizadas e dirigidas pelas organizações de massa do proletariado (sindicatos, partidos, soviets) sob a condução geral do Partido Comunista, solidamente unido, disciplinado e centralizado. A guerra civil é uma guerra. Nessa guerra, o

proletariado deve ter bons quadros políticos e um bom Estado Maior político dirigindo todas as operações em todos os domínios da ação.

10) A luta das massas constitui todo um sistema de ações em via de desenvolvimento contínuo que assume formas cada vez mais duras e conduzem, logicamente, à insurreição contra o Estado capitalista. Nessa luta de massas chamada a se transformar em guerra civil, o partido dirigente do proletariado deve, em regra geral, fortificar todas as suas posições legais, fazendo delas pontos de apoio secundários da sua ação revolucionária e subordinando-os ao plano da campanha principal, ou seja, à luta de massas.

11) A tribuna do parlamento burguês é um desses pontos de apoio secundários. Não se pode invocar contra a ação parlamentar a qualidade burguesa da instituição mesma. O Partido Comunista não se encontra aí para desenvolver uma atividade orgânica, mas para solapá-lo a partir do seu interior e ajudar as massas, pela sua ação independente, a destruir o aparelho de Estado da burguesia e o próprio parlamento (exemplos: a ação de Liebknecht na Alemanha, a dos bolcheviques na Duma czarista, na Conferência Democrática e no Pré-Parlamento de Kerensky, na Assembleia Constituinte, nas municipalidades, por último, a ação dos comunistas búlgaros).

12) Essa ação parlamentar, que consiste em utilizar a tribuna parlamentar para fazer a agitação revolucionária para denunciar as manobras do adversário, para agrupar em torno de certas ideias as massas prisioneiras de ilusões democráticas e que, sobretudo nos países atrasados, voltam ainda com ilusões democráticas os seus olhares para a tribuna parlamentar, essa ação deve estar totalmente subordinada aos objetivos e às tarefas da luta extraparlamentar das massas.

A participação nas campanhas eleitorais e a propaganda revolucionária a partir da tribuna parlamentar têm uma importância particular para a conquista política dos setores da classe operária que, como as massas trabalhadoras rurais, permaneceram até então, afastadas da vida política.

13) Os comunistas, se obtiverem a maioria nas municipalidades devem: a) dirigir uma oposição revolucionária contra o poder central da burguesia; b) esforçar-se por ajudar, por todos os meios, as camadas mais pobres da população (medidas econômicas, criação ou tentativa da criação de uma milícia operária armada etc.); c) revelar, em qualquer ocasião, os obstáculos levantados pelo Estado burguês a todas as reformas radicais; d) desenvolver, sobre essa, base uma propaganda revolucionária enérgica sem temer o conflito com o poder burguês; e) substituir, em certas circunstâncias, as municipalida-

des por soviets de deputados operários. Toda a ação dos comunistas nas municipalidades deve se integrar na sua atividade geral para a derrubada do Estado capitalista.

14) A campanha eleitoral em si mesma deve ser conduzida não no sentido da obtenção do máximo de mandatos parlamentares, mas no sentido da mobilização das massas a partir das palavras de ordem da revolução proletária. A luta eleitoral não deve ser feita apenas pelos dirigentes do partido. O conjunto dos seus membros deve tomar parte nela. Todo o movimento de massas deve ser utilizado (greves, manifestações, agitação no exército e na marinha etc.); estabelecer-se-á com esse movimento um contato estreito. Todas as organizações proletárias de massa devem ser estimuladas sem cessar.

15) Essas condições e aquelas indicadas numa instrução especial, uma vez observadas, colocarão a ação parlamentar em completa oposição com a repugnante pequena política dos partidos socialdemocratas de todos os países, nos quais os deputados vão ao parlamento para apoiar esta instituição “democrática” ou, no melhor dos casos, para “conquistá-la”. O Partido Comunista só pode admitir a utilização exclusivamente revolucionária do parlamento, à maneira de Karl Liebknecht, Hoeglund e dos bolcheviques.

C)

No parlamento

16) O “antiparlamentarismo” por princípio, conhecido como a recusa absoluta e categórica em participar das eleições e da ação parlamentar e revolucionária, é apenas uma doutrina infantil e ingênua que não resiste à crítica, resultado muitas vezes de uma sadia aversão aos políticos parlamentares, não reconhece a possibilidade de uma intervenção revolucionária no parlamentarismo. Além do mais, essa opinião se baseia numa noção errada do papel do partido, que não é considerado como a vanguarda operária organizada para a luta de forma centralizada, mas como um sistema descentralizado de grupos mal ligados entre si.

17) Por outro lado, admitir a necessidade de uma ação parlamentar revolucionária e a participação efetiva nas eleições e assembleias parlamentares não decorre, de modo algum, do reconhecimento, em princípio, da ação revolucionária no parlamento. Tudo depende aqui de uma série de condições específicas. A saída dos comunistas do parlamento pode ser necessária em determinados momentos. Este foi o caso dos bolcheviques quando se retiraram do pré-parlamento de Kerensky com a finalidade de o atacar, de o paralisar e de opor-lhe

mais nitidamente o Soviet de Petrogrado às vésperas de tomar a direção da insurreição; ou quando decidiram dissolver a Constituinte, deslocando, assim, o centro de gravidade dos acontecimentos políticos para o III Congresso dos Soviets. Outras vezes, pode se impor o boicote das eleições e o aniquilamento imediato pela força de todo o aparelho de Estado burguês ou, ainda, a participação nas eleições coincidir com o boicote do próprio parlamento etc.

18) Reconhecendo, então, a necessidade de participar, em regra geral, nas eleições parlamentares e nas municipalidades, o Partido Comunista deve decidir a questão em cada caso concreto, tendo em conta as particularidades específicas da situação. O boicote das eleições e do parlamento, assim como a saída do parlamento, são, sobretudo, hipóteses admissíveis principalmente diante de condições que permitam a passagem imediata à luta armada para a conquista do poder.

19) É indispensável ter sempre em conta o caráter relativamente secundário dessa questão. Se o centro de gravidade está na luta extraparlamentar pela conquista do poder político, decorre que a questão geral da ditadura do proletariado e da luta de massas por essa ditadura não poderá se comparar com a questão particular da utilização do parlamentarismo.

20) Por isso, a Internacional Comunista afirma, de maneira categórica, que considera uma falta grave com o movimento operário toda a cisão ou tentativa de cisão provocada no seio do Partido Comunista por essa questão e unicamente por essa questão. O congresso apela para todos os partidários da luta de massas pela ditadura do proletariado, sob a direção de um partido centralizado influenciando todas as organizações de massa do proletariado, a realizar a unidade completa dos elementos comunistas, apesar das divergências quanto à utilização dos parlamentos burgueses.

III – A tática revolucionária

Impõe-se a adoção das seguintes medidas para garantir a efetiva aplicação de uma tática revolucionária no parlamento:

1) O Partido Comunista em seu conjunto e seu comitê central devem estar seguros, desde o período preparatório anterior às eleições, da sinceridade e do valor comunista dos membros do grupo parlamentar comunista. Ele tem o direito indiscutível de repelir todo candidato designado por uma organização se não tiver a convicção

de que esse candidato fará uma política verdadeiramente comunista.

Os partidos comunistas devem renunciar ao velho hábito social-democrata de eleger exclusivamente parlamentares “experimentados” e, sobretudo, os advogados. Em geral, os candidatos devem ser escolhidos entre os operários. Não se deve temer a designação de simples membros do partido sem grande experiência parlamentar.

Os partidos comunistas devem rechaçar com desprezo implacável os arrivistas que se aproximam com o único objetivo de entrar no parlamento. Os comitês centrais devem aprovar somente as candidaturas de homens que durante longos anos tenham dado provas indiscutíveis de sua abnegação pela classe operária.

2) Passadas as eleições, cabe exclusivamente ao comitê central do partido comunista a organização do grupo parlamentar, esteja ou não, nesse momento, o partido na legalidade. A escolha do presidente e dos membros do secretariado do grupo parlamentar deve ser aprovada pelo comitê central. O comitê central contará, no grupo parlamentar, com um representante permanente que goze do direito de veto. Em todos os problemas políticos importantes, o grupo parlamentar está obrigado a solicitar as diretrizes prévias do comitê central.

O comitê central tem o direito e o dever de designar ou de não aceitar os oradores do grupo que devem intervir na discussão de problemas importantes e exigir que as teses ou o texto completo de seus discursos etc., sejam submetidos à sua aprovação. Todo candidato inscrito na lista comunista firmará um compromisso oficial de renunciar ao seu mandato ante a primeira ordem do comitê central a fim de que o partido tenha a possibilidade de substituí-lo.

3) Nos países onde os reformistas, semirreformistas, ou simplesmente arrivistas tenham conseguido introduzir-se no grupo parlamentar comunista (isso já aconteceu em vários países), os comitês centrais dos partidos comunistas deverão proceder a uma depuração radical desses grupos, inspirando-se no princípio de que um grupo parlamentar pouco numeroso, mas realmente comunista serve muito melhor aos interesses da classe operária do que um grupo numeroso sem uma firme política comunista.

4) Todo deputado comunista está obrigado, de acordo com decisão do comitê central, a unir o trabalho ilegal com o trabalho legal. Nos países onde os deputados comunistas se beneficiam ainda, em virtude das leis burguesas, de certa imunidade parlamentar, esta imunidade deverá servir à organização e à propaganda ilegal do partido.

5) Os deputados comunistas estão obrigados a subordinar toda sua atividade parlamentar à ação extraparlamentar do partido. A

apresentação regular de projetos de lei puramente demonstrativos concebidos não em função de sua adoção pela maioria burguesa, mas sim para a propaganda, para a agitação e a organização, deverá ser feita sob as indicações do partido e de seu comitê central.

6) O deputado comunista está obrigado a se colocar à cabeça das massas proletárias, na primeira fila, bem à vista, nas manifestações e nas ações revolucionárias.

7) Os deputados comunistas estão obrigados a estabelecer por todos os meios (sob controle do partido) relações por cartas e outras com os operários, os camponeses e os trabalhadores revolucionários de toda classe, não imitando, em nenhum caso, os deputados socialistas que se esforçam para manter com seus eleitores relações de “negócios”. Eles estarão sempre à disposição das organizações comunistas para o trabalho de propaganda no país.

8) Todo deputado comunista no parlamento está obrigado a recordar que ele não é um “legislador” que busca uma linguagem comum com outros legisladores, mas um agitador do partido enviado entre o inimigo para aplicar as decisões do partido. O deputado comunista é responsável não ante a massa anônima dos eleitores, mas sim ante o Partido Comunista legal ou ilegal.

9) Os deputados comunistas devem utilizar, no parlamento, uma linguagem inteligível ao operário, ao camponês, à lavadeira, ao pastor, de maneira que o partido possa editar seus discursos em forma de folhetos e distribuí-los nas regiões mais distantes do país.

10) Os operários comunistas, mesmo os que cumprem seu primeiro mandato, devem subir sem medo à tribuna dos parlamentos burgueses e não ceder o lugar aos oradores mais “experimentados”. Caso necessário, os deputados operários lerão simplesmente seus discursos, destinados a serem reproduzidos na imprensa e em panfletos.

11) Os deputados comunistas estão obrigados a utilizar a tribuna parlamentar para desmascarar não somente a burguesia e seus lacaios oficiais, mas também os socialdemocratas, os reformistas, os políticos centristas e, de modo geral, os adversários do comunismo, e também para propagar amplamente as ideias da III Internacional.

12) Os deputados comunistas, mesmo que eles sejam só um ou dois, estão obrigados a desafiar, em todas as suas atitudes, o capitalismo e não esquecer nunca que só é digno do nome comunista quem se revela não só verbalmente, mas através dos atos como inimigo da sociedade burguesa e de seus servidores social-patriotas.

A socialdemocracia e os acordos eleitorais⁵²

Vladimir Ilich Lenin
(Outubro de 1906)

A campanha eleitoral para a II Duma é, atualmente, um tema de grande interesse para o partido operário. Uma atenção especial é dedicada à questão dos “blocos”, ou seja, aos acordos eleitorais permanentes ou transitórios da socialdemocracia com outros partidos. A imprensa burguesa kadete – Riech, Tovarisch, Novi Put e *Oko et cetera* – tenta, por todos os meios, convencer os operários da necessidade de um “bloco” (um acordo eleitoral) entre os socialdemocratas e os kadetes. Alguns socialdemocratas mencheviques (Cherevanin em *Nashe Dielo* e em *Tovarisch*) se manifestam também a favor de tais blocos. Outros se opõem a eles (Martov em *Tovarisch*). Os socialdemocratas bolcheviques são contra os blocos e só os consideram admissíveis que, nas etapas finais da campanha eleitoral, sejam feitos acordos parciais sobre a distribuição das cadeiras do parlamento, proporcionais à força dos partidos revolucionários e de oposição na votação direta.

Procuraremos, aqui, explicar brevemente esta última posição.

I.

A socialdemocracia considera que o parlamentarismo (a participação nas assembleias representativas) é um dos meios para divulgar, educar e organizar o proletariado num partido de classe e independente, sendo um método de luta política pela libertação dos operários. Esse critério marxista diferencia, definitivamente, a socialdemocracia da democracia burguesa, por um lado, e do anarquismo

52 Este folheto foi publicado em novembro de 1906, em Petersburgo. Cinco anos mais tarde, em 1912, o Comitê de Imprensa resolveu confiscar a publicação e a medida foi ratificada pela Justiça. Em 30 de janeiro (12 de fevereiro) deste ano, foram destruídos na imprensa da Chancelaria de Petersburgo todos os exemplares encontrados.

por outro. Os liberais e radicais burgueses enxergam no parlamentarismo o método natural, o único método normal e legítimo para conduzir os assuntos do Estado em geral, negando a luta de classes e o caráter de classe do parlamentarismo moderno. A burguesia, com todas as suas forças e meios, aproveita as inúmeras situações para distorcer a visão dos operários com o objetivo de que não vejam que o parlamento é um instrumento de opressão burguesa e não compreendam a importância historicamente condicionada do parlamento. Os anarquistas, por outro lado, tampouco aceitam valorizar a importância historicamente determinada do parlamento e renunciam, em geral, a esse meio de luta. Por esse motivo, os socialdemocratas russos combatem com toda a firmeza tanto o anarquismo, quanto a pretensão da burguesia de terminar o quanto antes a revolução, por meio de manobras e acordos com o velho regime sobre as bases do parlamento. Os socialdemocratas subordinam toda sua atividade parlamentar, integral e incondicionalmente, aos interesses gerais do movimento operário, às tarefas especiais do proletariado na atual etapa da revolução, a democrática burguesa.

Com isso, pode-se concluir que a participação dos socialdemocratas nas eleições para a Duma está revestida de um caráter completamente distinto da participação dos demais partidos. Ao contrário deles, nós não damos a essa campanha uma importância independente, sequer primordial. Diferentemente deles, subordinamos essa campanha aos interesses da luta de classes. Diferentemente deles, a palavra de ordem que lançamos para essa campanha não é o parlamentarismo para levar a cabo as reformas parlamentares, mas a luta revolucionária pela assembleia constituinte e, mais ainda, uma luta nas suas formas superiores, que emanam do desenvolvimento histórico das formas de luta durante os últimos anos.⁵³

53 Não fizemos referência aqui sobre a questão do boicote, que deriva do tema do presente texto. Diremos simplesmente que não é possível fazer uma avaliação estando à margem da situação histórica concreta. O boicote contra a Duma de Bulguin teve sucesso. O boicote contra a Duma de Witte era necessário e acertado. A socialdemocracia revolucionária deve ser a primeira a propor caminhos de luta mais decisivos e diretos, e a última em adotar métodos de luta indiretos. O boicote contra a Duma de Stolipin não pode ser realizado com a velha fórmula, e seria um erro depois da experiência da primeira Duma.

II.

Quais são as conclusões que derivam do que dissemos com respeito aos acordos eleitorais? Em primeiro lugar, que a nossa principal e fundamental tarefa é desenvolver a consciência de classe e a organização de classe e independente do proletariado como a única classe verdadeiramente revolucionária, como a única dirigente possível da revolução democrática burguesa vitoriosa. Nossa tarefa geral mais importante é, portanto, garantir uma política de classe independente em toda a campanha eleitoral e em toda a campanha para as eleições da Duma. Isso não exclui outras tarefas especiais, mas as mesmas devem se subordinar sempre àquela e ajustar-se a ela. Devemos partir dessa premissa geral sem reservas, que já foi comprovada tanto pela teoria marxista, quanto por toda a experiência da socialdemocracia internacional.

Poderia parecer que as tarefas especiais do proletariado na revolução russa são de antemão contraditórias com essa premissa geral. Como resultado, a grande burguesia, representada pelos outubristas, já traiu a revolução ou, como mínimo, se propôs a conter a revolução através da defesa de uma constituição (os democratas constitucionais); a revolução somente poderá ser vitoriosa se o proletariado for apoiado pelo setor mais avançado e consciente da massa camponesa, cuja situação objetiva os pressiona para a luta e não para um falso acordo, para levar a cabo a revolução e não enfraquecê-la. A partir daqui, poder-se-ia deduzir que os acordos feitos pelos socialdemocratas com a democracia camponesa são obrigatórios durante todo o período eleitoral.

Entretanto, de uma premissa absolutamente correta, de que o triunfo completo da nossa revolução somente é possível na forma de uma ditadura revolucionária do proletariado e de camponeses, não se pode extrair, de nenhuma maneira, semelhante conclusão. Resta, ainda, demonstrar que o bloco com a democracia camponesa para todo o período eleitoral é possível e conveniente do ponto de vista das atuais relações entre os partidos (atualmente, em nosso país, a democracia camponesa não está representada apenas por um partido, mas por vários) e, partindo desse ponto de vista, do sistema eleitoral vigente. É necessário, ainda, esclarecer que, através de um bloco com esse ou aquele partido, defenderemos melhor os interesses dos camponeses realmente revolucionários do que se o nosso partido mantiver plena independência para criticar esse ou aquele partido democrático camponês, para contrapor alguns elementos da democracia camponesa

contra outros. A ideia fundamental de que o proletariado está mais perto dos camponeses revolucionários na atual fase da revolução nos leva indiscutivelmente à linha política geral da socialdemocracia: marchar com a democracia camponesa contra a “democracia” traidora da grande burguesia (os democratas constitucionalistas). Porém daí se depreende a ideia de que é necessário formar, agora, um bloco eleitoral com os enesistas (Partido Socialista Popular) ou com os eresistas? Não é possível afirmar isso sem analisar em que aspectos esses partidos se diferenciam entre si e entre os democratas constitucionalistas, ou sem analisar o atual sistema eleitoral com suas diversas etapas. A única conclusão possível de se extrair disso de maneira direta e absoluta é: na nossa campanha eleitoral não podemos nos limitar, em nenhum caso, a contrapor de forma simples e abstrata o proletariado à democracia burguesa em geral. Pelo contrário, devemos dirigir nossa tensão em estabelecer uma precisa distinção com base nos fatos históricos da nossa revolução, entre a burguesia monárquica liberal e a burguesia democrática revolucionária, ou, em termos mais concretos, entre os democratas constitucionalistas, os enesistas e eseristas. Somente se estabelecermos essa distinção poderemos determinar de maneira mais exata quem são nossos “aliados” mais próximos. Não podemos esquecer, porém, em primeiro lugar, que os socialdemocratas devem vigiar todo aliado vindo da democracia burguesa da mesma maneira que vigiariam um inimigo.

Em segundo lugar, analisaremos atentamente o que é mais vantajoso para nós: estar de mãos atadas com um bloco comum com certos enesistas (por exemplo) ou manter nossa independência total para que, no momento decisivo, tenhamos a possibilidade de dividir os trudoviques apartidários em oportunistas (enesistas) e revolucionários (eseristas), contrapondo os primeiros aos segundos *et cetera*.

Portanto, o argumento sobre o caráter proletário e camponês da nossa revolução não nos autoriza ainda a concluir que seja necessário estabelecer um acordo numa ou em outra etapa das eleições para a II Duma, com esse ou aquele partido democrático camponês. Sequer é um argumento suficiente para restringir, nas eleições, a independência de classe do proletariado em geral e, menos ainda, para renunciar a tal independência.

III.

Se queremos nos aproximar mais da solução dos nossos problemas, devemos analisar, em primeiro lugar, o principal agrupamento

de partidos nas eleições para a II Duma e, em segundo lugar, ter uma noção profunda das peculiaridades do sistema eleitoral vigente.

Os acordos eleitorais são estabelecidos entre partidos. Dito isso, quais são os tipos de partidos que participarão das eleições? Não resta dúvida de que os centúrio-negrístas se agruparão mais facilmente que nas eleições para a I Duma. Os outubristas e o Partido da Renovação Pacífica unir-se-ão aos centúrio-negrístas, ou aos democratas constitucionalistas, ou (o que é mais provável) oscilarão entre ambos. Em todos os casos, é um erro grave considerar os outubristas um “partido de centro” como faz L. Martov no seu novo artigo “Os partidos políticos na Rússia”: na luta real, que decidirá definitivamente o desfecho da nossa revolução, o centro são os democratas constitucionalistas. Eles são um partido organizado, que se apresentam nas eleições de forma independente, entorpecidos, além disso, pelo êxito obtido nas eleições para a I Duma. Porém a disciplina desse partido não é rigorosa, assim como a sua coesão não é muito firme. Os democratas constitucionalistas da ala esquerda estão insatisfeitos e ressentidos pela derrota sofrida em Helsingfors. Alguns deles passaram para o lado dos enesistas (como o senhor Aléxinski, recentemente em Moscou). Na I Duma, poderíamos encontrar democratas constitucionalistas “extraordinariamente raros” que, inclusive, chegaram a assinar o projeto 33 sobre a abolição de toda a propriedade privada da terra (Badamshin, Zúbchenko, Lozhkin). Portanto, não podemos perder as esperanças de separar uma parte, ainda que pequena, deste “centro” e incorporá-la à ala esquerda.

Os democratas constitucionalistas se dão conta das suas debilidades entre as massas populares (o próprio *Tovarisch* dos democratas constitucionalistas há pouco tempo se viu obrigado a reconhecer isso) e estariam dispostos, de bom grado, a formar um bloco com as esquerdas. Não é à toa que os jornais dos democratas constitucionalistas cederam de maneira emocionada suas páginas aos socialdemocratas Martov e Cherevanin para que discutam o problema da construção de um bloco dos socialdemocratas com os democratas constitucionalistas.

Naturalmente, nós jamais esqueceremos esse fato e, durante a campanha eleitoral, esclareceremos para as massas que os democratas constitucionalistas não cumpriram suas promessas na I Duma, que colocaram obstáculos aos trudoviques, entregaram-se ao jogo constitucional *et cetera*, até o ponto de calarem-se sobre o sistema eleitoral das “quatro filas”, os projetos de leis repressivas *et cetera*.

Em seguida, vêm os trudoviques. Partidos desse tipo, ou seja,

partidos pequeno burgueses e fundamentalmente camponeses, se dividem no Grupo de Trabalho apartidário (que realizou há pouco tempo seu congresso), os enesistas e os eseristas (o PSP, Partido Socialista Polaco, e outros parecidos correspondem mais ou menos aos eseristas).

Somente os eseristas são revolucionários e republicanos relativamente resolvidos e consequentes. Os enesistas são oportunistas de índole muito pior que os nossos mencheviques e, a rigor, são socialdemocratas constitucionalistas. O Grupo de Trabalho apartidário talvez tenha mais influência que alguns sobre as massas camponesas, mas é muito difícil determinar até aonde chega a solidez das suas convicções democráticas, apesar de não haver dúvidas sobre o fato de que alguns se encontram muito mais à esquerda que os democratas constitucionalistas e pertencem, pelo visto, à democracia revolucionária.

A socialdemocracia é o único partido que, apesar das divergências, se apresenta nas eleições como um partido completamente disciplinado, que possui uma base plenamente delimitada e estritamente de classe e conseguiu unificar todos os partidos socialdemocratas de todas as regiões da Rússia.

Agora, vejamos como é possível estabelecer um bloco geral com os trudoviques segundo a caracterização que chegamos sobre a composição desse tipo de partido? Por acaso é possível chegar a um acordo para construção de um bloco eleitoral entre o partido e os apartidários? Como podemos ter certeza de que os senhores Alexinski não mudarão de lado outra vez passando dos enesistas para os democratas constitucionalistas?

É evidente que um acordo honesto com os trudoviques é impossível. É evidente que não devemos ajudar, de nenhum modo, a unificação dos enesistas e dos eseristas revolucionários, mas sim dividi-los e confrontá-los uns com os outros. Também é evidente que a existência de um Grupo de Trabalho apartidário torna mais vantajoso, em todos os sentidos, a manutenção da total independência que nos permita exercer sobre eles uma influência verdadeiramente revolucionária em vez de estar de mãos atadas e ocultar as diferenças entre monarquistas e republicanos *et cetera*.

É absolutamente inadmissível que a socialdemocracia esconda as diferenças, e, somente por esse motivo, é necessário rechaçar incondicionalmente os blocos, na medida em que o agrupamento atual unifica trudoviques apartidários aos enesistas e eseristas.

No entanto, realmente possível sua unificação, e vão se unificar,

de fato, estes partidos? A unidade é possível, sem dúvida alguma, porque possuem a mesma base de classe pequeno burguesa. E é um fato que, se na I Duma se unificaram, na imprensa durante o período de outubro, na imprensa do período da Duma e nas votações entre os estudantes (*si licet parva componere magnis*: se é lícito comparar o pequeno com o grande). Um sintoma pequeno, mas muito eloquente em relação aos demais, é o fato de que, nessas votações dos estudantes “autônomos”, enfrentaram-se em três listas distintas: a dos democratas constitucionalistas, a do bloco dos trudoviques, enesistas, eseristas e o PSP e, finalmente, a dos socialdemocratas.

Do ponto de vista do proletariado, a clareza sobre o agrupamento de classe dos operários está acima de tudo; e não cabe dúvida de que intervir de maneira independente sobre os trudoviques apartidários (ou sobre os que oscilam entre os enesistas e os eseristas) traz mais vantagens que as tentativas do partido para chegar a um acordo com os apartidários. As referências existentes sobre os partidos nos fazem chegar à seguinte conclusão: nada de acordos na primeira etapa, durante a agitação entre as massas; nas etapas finais, girar todos os esforços para derrotar os democratas constitucionalistas no momento de distribuir as cadeiras no parlamento, mediante um acordo particular entre os socialdemocratas e os trudoviques, e derrotar os enesistas mediante um acordo particular entre os socialdemocratas e os eseristas.

Nos questionarão: enquanto vocês, incorrigíveis bolcheviques utópicos, sonham em derrotar os democratas constitucionalistas, os centúrio-negristas derrotarão todos nós, porque vocês dividirão os votos! Os socialdemocratas, os trudoviques e os democratas constitucionalistas certamente derrotariam por completo os centúrio-negristas, mas se marcham cada qual por um lado, é possível que lhes brindem uma vitória fácil ao inimigo comum. Suponhamos que os centúrio-negristas consigam 26% dos votos, os trudoviques 25%, os democratas constitucionalistas outro tanto e os socialdemocratas 24%. Será eleito o centúrio-negrista, se não se formar um bloco entre socialdemocratas, trudoviques e democratas constitucionalistas.

Essa é uma objeção que normalmente é levada a sério e é conveniente analisar com atenção. Mas, para isso, é necessário examinar detalhadamente qual é o sistema eleitoral vigente, ou seja, o atual sistema eleitoral da Rússia.

IV.

Na Rússia, as eleições para a Duma não são diretas, mas em várias etapas. Nesse tipo de eleições, a divisão dos votos só é perigosa na primeira etapa. Somente nesta etapa, quando os votantes primários chegam às urnas, depois desconhecemos como serão divididos os votos; apenas no momento da agitação entre as massas é que tateamos “nas sombras”. Nas etapas seguintes, ou seja, quando votam os representantes eleitos, a batalha principal já está dada. Trata-se apenas de distribuir as cadeiras parlamentares mediante acordos particulares entre os partidos, que são os únicos que sabem o número exato dos seus votos e candidatos.

Na primeira etapa do processo eleitoral, acontece a eleição dos delegados nas cidades, a eleição dos representantes – um a cada dez famílias – nas cidades pequenas e a eleição dos delegados para o tribunal operário.

Nas cidades, fazemos uso da palavra diante de um grande número de votantes em cada unidade eleitoral (bairro, zona *et cetera*). Sem dúvida, aqui existe um perigo de que os votos se dispersem. É inegável que, em alguns lugares das cidades, podem ser eleitos representantes dos centúrio-negrístas exclusivamente por não existir um “bloco de esquerda” ou simplesmente porque os socialdemocratas desviaram uma parte dos votos dos democratas constitucionalistas. É importante lembrar que Guchkov obteve, em Moscou, cerca de 900, e os democratas constitucionalistas, 1.400 votos aproximadamente. Seria necessário que os socialdemocratas tirassem 501 votos dos democratas constitucionalistas para que Guchkov triunfasse. Não resta nenhuma dúvida de que a população terá em conta esse mecanismo tão simples, suspeitará que os votos vão se dispersar e, simplesmente por isso, se inclinará a votar nos candidatos moderados da oposição. Acontecerá o que os ingleses chamam de eleição “triangular”, quando os pequenos setores urbanos têm medo de votar num candidato socialista para não dar mais votos para o candidato liberal e, desse modo, acabam ajudando a eleger um conservador.

Como prevenir esse perigo? Existe apenas uma maneira: chegar a um acordo na primeira etapa, ou seja, montar uma lista comum de delegados, na qual o número de candidatos de cada partido seja estabelecido com base num acordo entre os partidos antes da luta. Todos os partidos envolvidos nesse acordo chamam os eleitores a votar nessa lista comum.

Vejamos quais são os argumentos a favor e contra tal procedimento.

Argumentos a favor: a agitação pode ser feita estritamente conforme a linha dos partidos. Os socialdemocratas podem criticar à vontade os democratas constitucionalistas frente às massas, desde que incluam no seu discurso: apesar disso, são melhores que os centúrio-negristas e, portanto, chegamos a um acordo sobre a criação de uma lista comum.

Argumentos contrários: a lista comum é visivelmente contraditória com toda a política classista e independente do partido socialdemocrata. Ao orientar as massas a votarem numa lista comum entre democratas constitucionalistas e socialdemocratas, inevitavelmente confundimos a nitidez alcançada no que se refere à divisão de classe e política. Destruímos os significados principistas e revolucionários em geral da nossa campanha para assegurar a um liberal uma cadeira no parlamento! Subordinamos a política de classe ao parlamentarismo em vez de subordinar o parlamentarismo à política de classe. Nós nos privamos da possibilidade de fazer o cálculo das nossas forças. Perdemos o que existe de permanente e firme em toda eleição: o desenvolvimento da consciência e unidade do proletariado. Ganhamos o que é transitório, relativo e inseguro: a superioridade do democrata constitucionalista frente ao outubrista.

Por quais motivos devemos arriscar nosso trabalho consequente de educação socialista? Pelo perigo de que sejam eleitos candidatos centúrio-negristas? Somente 35 dos 524 deputados da Duma representam todas as cidades da Rússia (seis de São Petersburgo, quatro de Moscou, dois de Varsóvia e outros dois de Tashkent; para as outras 21 cidades, corresponde um deputado cada). Portanto, as cidades sozinhas não podem influenciar minimamente a composição da Duma. Além disso, não podemos nos limitar a considerar de maneira puramente formal em que medida é aritmeticamente possível a dispersão dos votos. Devemos examinar se existe realmente a possibilidade política de tamanha dispersão. E esse exame demonstra que, inclusive nas eleições para a I Duma, os centúrio-negristas obtiveram uma minoria insignificante, e que casos como o de "Guchkov" são uma exceção.

Segundo as estatísticas da revista *Viestnik* do partido kadete (1906, 19 de abril, nº 7), em 20 cidades, que enviaram 28 deputados para a Duma, dos 1.761 delegados, 1.468 eram democratas constitucionalistas, 32, progressistas e 25 apartidários; 128 outubristas, 32 representantes do Partido Comercial e Industrial e 76 da direita, ou seja, no total, 236 eram da ala direita, menos de 15%. Em dez cidades, não foi eleito nenhum delegado da direita; em três cidades, elegeram

menos de dez delegados de direita (de um total de 80) em cada uma delas. É coerente, nessa situação, abrir mão da luta por candidaturas próprias e de classe em função do medo exagerado dos centúrio-negrístas? Não cometeremos um pecado político, inclusive do ponto de vista mais estrito, prático, de falta de perspicácia, para não falar de falta de firmeza de princípios?

E um bloco com os trudoviques contra os kadetes?, perguntar-nos-ão. Já nos referimos, no entanto, aos riscos especiais das relações de partidos reinantes entre os trudoviques, em virtude das quais semelhante bloco torna-se indesejável e inconveniente. Nas cidades em que há uma concentração maior de operários, não devemos renunciar a apresentar candidaturas socialdemocratas plenamente independentes, a menos que seja por uma necessidade imperiosa. E essa necessidade imperiosa não existe. O fato de que exista mais ou menos democratas constitucionalistas ou trudoviques (sobretudo do tipo enesistas!) não tem grande importância, dado que na própria Duma só é possível desempenhar, no melhor dos casos, um papel secundário, acessório. O resultado das eleições para a Duma não tem importância política nas cidades, mas sim entre os camponeses, as assembleias zonais de delegados⁵⁴. Nas assembleias zonais de delegados, por outro lado, faremos a nossa aliança política geral com os trudoviques, contra os democratas constitucionalistas, e faremos muito melhor e com mais acertos que na primeira etapa das eleições no campo, sem infringir, em nenhum aspecto, os nossos princípios. Passamos agora para a análise das eleições no campo.

54 Claro que as pequenas cidades também influenciam na composição das assembleias eleitorais estaduais através dos congressos urbanos. Os democratas constitucionalistas e os progressistas conseguiram aqui também a maioria absoluta dos votos: por exemplo, dos 571 compromissários dos congressos urbanos, 424 foram democratas constitucionalistas e progressistas e 147 da direita (*Viestnik* do partido kadete, 28 de março de 1906, nº 5). Naturalmente, sentiram oscilações muito importantes entre as diferentes cidades. Em tais condições, provavelmente poderíamos, em muitos casos, ter lançado uma luta independente contra os democratas constitucionalistas sem medo de uma dispersão de votos e sem nos colocarmos sob a dependência de nenhum outro partido não socialdemocrata. É de se supor que a nenhum socialdemocrata vai lhe ocorrer falar a sério de blocos na etapa inicial das eleições para a cúria operária. Entre as massas operárias, é especialmente necessário assegurar a plena independência dos socialdemocratas.

V.

Nas grandes cidades, o nível de organização político e partidária varreu, em alguns casos, como já é conhecido, uma das etapas das eleições. Segundo a lei, as eleições eram realizadas em duas etapas. Mas, na prática, algumas vezes foram convertidas em eleições quase diretas, pois o eleitorado estava perfeitamente informado sobre o caráter dos partidos que disputavam e, em alguns casos, inclusive, conheciam as pessoas de cada partido que se postulavam à Duma. No campo, ao contrário, existem tantas etapas que o eleitorado se dispersou e os obstáculos que os partidos enfrentam são tão grandes, que as eleições para a II Duma aconteceram de forma tão “encoberta” como as eleições para a primeira Duma. Dito em outros termos, na maioria dos casos, os representantes partidários falam dos partidos em geral sem mencionar diretamente os nomes das pessoas por medo da polícia. Os companheiros radicais e revolucionários (e não somente os camponeses) se apoiaram deliberadamente atrás do título de apartidários. Nas eleições de delegados (um a cada dez famílias), o que decidirá a questão serão as relações pessoais e a confiança pessoal, a simpatia que consigam despertar através dos discursos socialdemocratas. Nesse espaço temos contatos socialdemocratas que poderão se apoiar na organização local do partido. Em troca, possivelmente contaremos com muitos socialdemocratas que consigam conquistar a simpatia dos camponeses locais mais do que pensávamos segundo o número de organismos do partido existentes nessas zonas.

Os pequeno-burgueses românticos como os enesistas, que sonham com um partido socialista legal dentro do atual regime russo, não compreendem o aumento da confiança e da simpatia num partido clandestino devido ao seu espírito combativo, firme e alheio aos compromissos, cuja organização, ao mesmo tempo, não capitula e exerce influência sobre as massas não somente através dos filiados. Um partido ilegal realmente revolucionário, forjado na luta, acostumado com os senhores Pleve e que não perde a cabeça frente aos ataques dos senhores Stolipin, pode resultar, num período de guerra civil, mais capaz de influenciar as massas que qualquer partido legal, que aprenda “ingenuamente” através da “via estritamente constitucional”.

Os socialdemocratas que pertencem ao partido e os que não pertencem tiveram muitas possibilidades de obter êxito nas eleições para os representantes eleitos a cada dez famílias. Um bloco com os

trudoviques ou uma lista comum tem pouca importância para a vitória nessa etapa das eleições no campo. Por um lado, as zonas eleitorais aí são muito reduzidas. Por outro, podemos contar nos dedos os trudoviques partidários ou que possam se aproximar, ainda que por algum ponto, dos partidários. O espírito rigoroso de partido dos socialdemocratas, sua centralização incondicional ao partido, que soube sobreviver na ilegalidade ao longo dos anos, chegando a ter entre 100 e 150 mil filiados de todas as nacionalidades, o único partido da extrema esquerda que, na I Duma formou um grupo partidário: esse espírito partidário é altamente recomendado como uma garantia para todos aqueles que, longe de ter suas batalhas resolvidas, aspiram a ela de todo o coração, mas não sentem plena confiança nas suas próprias forças e não têm coragem de tomar a iniciativa para atuar publicamente. Devemos aproveitar ao máximo este vantajoso aspecto dos partidários firmes, “ilegal”, e não temos o menor interesse em enfraquecer, o mínimo que seja, essa organização através da construção de um bloco permanente, qualquer que seja esse bloco. O outro partido definitivamente revolucionário, o único que poderia competir conosco, é o eseristas. No entanto, apenas de maneira excepcional, seria possível compor um bloco com eles na primeira etapa das eleições no campo sobre uma base realmente partidária: para nos convencer disso, basta entender as condições concretas nas quais são celebradas as eleições no campo.⁵⁵

Dado que os camponeses revolucionários apartidários atuaram sem aderir deliberadamente junto a um partido determinado, será mais vantajoso para nós, em todos os aspectos, exercer influência sobre eles com métodos estritamente partidários. O caráter apartidário da aliança e da agitação não pode coibir o socialdemocrata filiado ao partido, já que os camponeses revolucionários nunca quiseram excluí-los e, mais ainda, a resolução do Congresso Unificado do Partido, que fala sobre o apoio ao movimento camponês, autoriza expressamente participar de uma aliança revolucionária apartidária. Sendo assim, ao mesmo tempo em que manteremos e defenderemos até o fim nossos princípios partidários, extraindo dele uma enorme vantagem moral e política, podemos nos adaptar plenamente ao trabalho

55 Não foi, naturalmente, na I Duma em que os eseristas não puderam apresentar-se de forma alguma como partido, nem tanto porque não quisessem, mas porque não podiam. A mesma coisa aconteceu na duma da Universidade. Consideraram mais vantajoso se esconder atrás dos trudoviques apartidários ou negociar um bloco com eles.

entre os camponeses revolucionários apartidários, nas alianças, círculos e reuniões dos revolucionários apartidários, e trabalhar nossas relações com esse setor *et cetera*. Em vez de formar um bloco com os eseristas, que só conseguiram organizar um setor muito pequeno dos camponeses revolucionários, um bloco que restringirá e reduzirá os nossos princípios, aproveitaremos de maneira mais ampla e livre a nossa posição partidária e todas as vantagens do trabalho entre os trudoviques apartidários.

Disso se depreende que, nas primeiras etapas da campanha eleitoral no campo, onde são eleitos os representantes a cada dez famílias (é provável que, em alguns casos, a eleição dos delegados equivalha à primeira etapa eleitoral), não necessitamos de nenhum acordo eleitoral. A porcentagem de eleitores definidos politicamente ou aptos a serem representantes é tão baixa que os socialdemocratas que conseguem ganhar a confiança e o respeito dos camponeses (condição indispensável para qualquer candidatura séria) terão todas as probabilidades de serem eleitos como representantes e delegados sem a mínima necessidade de fazer acordos com outros partidos.

Nas assembleias de delegados, poderemos nos guiar pelos resultados precisos das batalhas eleitorais primárias nas quais tudo se decide de antemão. Aqui sim é possível e necessário estabelecer não um bloco permanente e estrito, mas acordos pontuais ao redor da distribuição das cadeiras parlamentares. Aqui, assim como nas assembleias de representantes para a eleição dos deputados da Duma, devemos, junto com os trudoviques, derrotar os democratas constitucionais e, junto com os eseristas, derrotar os enesistas *et cetera*.

VI.

A partir da análise do sistema eleitoral vigente, temos a prova de que os blocos constituídos nas etapas iniciais das eleições são particularmente inconvenientes ou desnecessários nas cidades. No campo, nas etapas iniciais (eleições de representantes e delegados), os blocos são, ao mesmo tempo, inconvenientes e absolutamente desnecessários.

As assembleias distritais têm uma importância política decisiva, assim como as assembleias estatais. Aqui, nas etapas finais, os acordos pontuais são necessários e possíveis sem que atentem contra os princípios partidários: acabou a disputa entre as massas e não se exige defender frente a elas direta ou indiretamente uma política apartidária (sequer declarar a sua validade). Também não corremos

nenhum risco de trair a política de classe estritamente independente do proletariado⁵⁶.

Vamos examinar, agora, do ponto de vista formal, aritmético por assim dizer, que forma tomarão esses acordos eleitorais nas etapas finais das eleições.

Analisaremos porcentagens aproximadas, ou seja, a distribuição de representantes (e delegados, que mais adiante lhes corresponderem) segundo os partidos, por cem representantes. Para que um determinado candidato ganhe, é necessário alcançar, na assembleia de representantes, pelo menos 51 de cada 100 votos. Daqui se depreende a seguinte regra geral para a tática dos representantes socialdemocratas: esforçar-se para conseguir um número suficiente de representantes democratas burgueses simpatizantes dos socialdemocratas ou que sejam dignos de apoio, para derrotar, junto com eles, os demais, assegurando que, como consequência ganhem, pelo menos em parte, os socialdemocratas e uma parte dos representantes democrático burgueses⁵⁷.

Vejamos essa regra com exemplos simples. Supondo que 49% dos representantes são centúrio-negrístas; 40% democratas constitucionistas e, 11% socialdemocratas. Para garantir que todos os candidatos de uma lista comum de deputados alcancem uma cadeira da Duma, é necessário um acordo pontual entre socialdemocratas e os democratas constitucionistas, obviamente sobre a base de uma

56 É interessante destacar que, na prática da socialdemocracia internacional, também existem exemplos de atitudes diferentes perante os acordos na etapa inicial e nas etapas finais das eleições. Na França, as eleições para senadores são em duas etapas: os eleitores elegem os compromissários estaduais e estes, os senadores. Os socialdemocratas revolucionários franceses, os guesdistas, nunca admitiram nenhum acordo ou lista comum na primeira etapa; em troca, admitiram os acordos particulares na etapa final, ou seja, para a distribuição das cadeiras nas assembleias de compromissários estaduais. Os oportunistas, os jauresistas, negociam acordos ainda na etapa inicial.

57 Para simplificar, suponhamos uma distribuição pura e exclusivamente partidária dos compromissários. Na prática, haverá, naturalmente, muitos compromissários apartidários. Nestes casos, a tarefa do compromissário socialdemocrata consistirá em definir, o máximo possível, a fisionomia política de todos os compromissários, principalmente dos democratas burgueses, e saber constituir uma “maioria de esquerda”, integrada pelos candidatos socialdemocratas e os candidatos burgueses mais aceitáveis para estes. Mais adiante nos referiremos aos principais critérios para distinguir as tendências dos partidos.

distribuição proporcional entre o número de representantes e as cadeiras disponíveis (nesse caso, os socialdemocratas obteriam a quinta parte das cadeiras de todo o estado, ou seja, duas das dez vagas, e os democratas constitucionalistas ficariam com oito das dez vagas). Se existem 49 democratas constitucionalistas, 40 trudoviques e 11 socialdemocratas, devemos construir um acordo com os trudoviques para derrotar os democratas constitucionalistas e, assim, ganhar a quinta parte das cadeiras, e quatro quintas partes ficariam para os trudoviques. Nesse caso, teríamos uma excelente oportunidade para comprovar quão consequentes e firmes são as convicções democráticas dos trudoviques: se estão dispostos a desentender-se completamente com os democratas constitucionalistas e derrotá-los através de uma unidade com os compromissos do partido operário ou se, pelo contrário, optam por “salvar” os democratas constitucionalistas. Ou, ainda, se preferem formar um bloco com os democratas constitucionalistas em vez de unirem-se aos socialdemocratas. Aqui é quando podemos e devemos explicar e demonstrar, na prática, para todo o povo, até que ponto tais pequeno burgueses tendem mais à burguesia monárquica do que ao proletariado revolucionário.

Nesse último exemplo, se os trudoviques formam um bloco com os socialdemocratas e não com os democratas constitucionalistas, alcançam uma evidente vantagem, já que no primeiro caso conseguiriam as quatro quintas partes do total das credenciais e, no outro caso, somente quatro das nove partes. Seria mais interessante ainda se, ao contrário, fossem 11 democratas constitucionalistas, 40 trudoviques e 49 socialdemocratas. Nesse caso, a perspectiva de uma evidente vantagem, pressionaria os trudoviques a constituir um bloco com os democratas constitucionalistas. Pensariam com isso: “nós” conseguiríamos mais cadeiras na Duma. Mas a fidelidade aos princípios democráticos e aos interesses das massas verdadeiramente trabalhadoras exigiria a construção de um bloco com os socialdemocratas, sacrificando, com isso, algumas cadeiras na Duma. Os representantes do proletariado deverão ter em conta todas essas possibilidades e outras parecidas para explicar, tanto aos representantes quanto ao povo, o significado de princípio dessa aritmética eleitoral (será necessário fazer propaganda para que todos saibam dos resultados, dos acordos estabelecidos nas assembleias de representantes e delegados).

Próximo: no último exemplo, nos deparamos com um caso no qual tanto a perspectiva de uma evidente vantagem quanto as considerações de princípios levam os socialdemocratas a dividir os trudo-

viques. Se entre eles existirem, digamos, dois eseristas plenamente partidários, devemos concentrar nossos esforços para atraí-los para nosso lado e, com 51 votos, derrotar todos os democratas constitucionais e os trudoviques menos revolucionários. Se entre os trudoviques existirem dois eseristas e 38 enesistas, teremos a oportunidade de comprovar até que ponto os eseristas são fiéis aos interesses das massas trabalhadoras e da democracia. Diríamos: em defesa dos democratas republicanos contra os enesistas que consideram a monarquia admissível; pelo confisco das terras dos grandes fazendeiros contra os enesistas que defendem o resgate; em defesa do armamento de todo o povo contra os enesistas que aceitam o exército regular. Então, veríamos a quem os eseristas prefeririam: aos socialdemocratas constitucionais ou aos socialdemocratas.

Chegamos ao ponto sobre os princípios políticos e qual é o significado dessa aritmética eleitoral. Aqui, o nosso dever é contrapor a corrida eleitoral por uma vaga no parlamento à defesa incondicional, firme e consequente, do ponto de vista do proletariado socialista na defesa da vitória da revolução socialista. Nossos representantes e delegados socialdemocratas não deverão, em nenhum momento e sob nenhuma condição, esconder nossos objetivos socialistas, nossa posição estrita de classe como partido operário. Mas não basta somente falar a palavra “classista” para indicar o papel do proletariado como vanguarda da revolução atual. Não basta agitar nossa doutrina socialista e a teoria geral do marxismo para demonstrar o peso decisivo do proletariado. Para as massas operárias, o importante é saber expor de maneira clara e prática uma análise real dos problemas da revolução atual e mostrar, com isso, que os representantes do partido operário defendem os interesses dessa revolução até o final da maneira mais consequente, mais correta, resoluta e idônea que os demais partidos. Essa não é uma tarefa fácil, e preparar-se para cumpri-la é um dever primordial e fundamental de todo socialdemocrata que intervém nas eleições.

Uma tarefa simples, porém prazerosa, será a de analisar as diferenças entre os partidos e os matizes partidários nas assembleias de delegados e representantes (assim como em toda a campanha eleitoral). O resto das movimentações nesse terreno, a vida se encarregará de resolver os distintos problemas e questões que afligem o Partido Operário Socialdemocrata.

A ala direita do partido, desde os oportunistas extremos de *Nashe Dielo* até os oportunistas moderados do *Sotsial-Demokrat*, sempre que podem, tentam esconder e tergiversar a diferença entre os tru-

doviques e democratas constitucionalistas sem advertir, ao que tudo indica, um novo e importante fenômeno: a divisão dos trudoviques em enesistas, eseristas e outros elementos que tendem para um ou outro lado.

É certo que a história da I Duma e a sua dissolução nos deixou provas documentais que exigem que façamos uma diferenciação absoluta entre democratas constitucionalistas e trudoviques, assim como demonstram que o democratismo desse último é mais consequente e firme. A campanha eleitoral para a II Duma provará e evidenciará de maneira mais concreta, exata, plena e ampla, essas análises. A mesma campanha eleitoral ensinará para os socialdemocratas o quanto nos esforçamos para demonstrar, através de exemplos concretos, a diferença entre os partidos democrático-burgueses, refutando, na prática, a opinião absolutamente equivocada de que os democratas constitucionalistas são os principais representantes ou, pelo menos, os mais visíveis da nossa democracia burguesa em geral.

Reafirmamos que, na campanha eleitoral em geral e no que se refere à concentração de acordos eleitorais nas etapas finais, os socialdemocratas devem falar de maneira simples e clara, com uma linguagem acessível para as massas, expondo, sem reservas, a artilharia pesada contra os termos eruditos, às palavras estrangeiras, às consignas, definições e conclusões aprendidas de memória, preparadas com receitas, mas que para as massas são desconhecidas e ininteligíveis. É preciso saber explicar os problemas do socialismo e os problemas atuais da revolução russa sem fraseologias, sem retórica, mas com números e fatos.

A partir disso, por si só, aparecerão os problemas fundamentais desta revolução: o problema da liberdade e o problema da terra. Nesses dois problemas estratégicos que preocupam as massas, devemos concentrar tanto a propaganda realmente socialista (fazendo uma diferenciação entre os pequenos proprietários e o proletariado) quanto a diferenciação entre os distintos partidos que lutam para conquistar influência entre o povo. Os centúrio-negristas e até mesmo os outubristas estão contra a liberdade e a entrega da terra para o povo. Querem deter a revolução pela violência, coerção e engano. A burguesia monárquica liberal e os democratas constitucionalistas também querem deter a revolução por meio de uma série de concessões. Não querem dar ao povo toda a liberdade, nem toda a terra. Querem conservar a grande propriedade agrária dos grandes fazendeiros através do resgate e dos comitês agrários locais, que não foram eleitos pelo voto universal, direto, igualitário e secreto.

Os trudoviques, ou seja, a pequena burguesia, particularmente a rural, desejam ter toda a terra e todas as liberdades, mas caminham com passos pouco firmes, inconscientes, inseguros, oscilando entre o oportunismo dos socialdemocratas constitucionalistas (enesistas) – aqueles que justificam a hegemonia da burguesia liberal sobre os camponeses através da defesa teórica – e a utopia igualitária, supostamente alcançada no regime da produção mercantil. A socialdemocracia deve defender, de maneira consequente, o ponto de vista do proletariado e depurar a consciência *revolucionária* dos camponeses frente ao oportunismo enesista e a utopia, que confundem as tarefas realmente primordiais da revolução. Somente com a vitória dessa política é possível que a classe operária e todo o povo alcancem, de maneira rápida e audaciosa, livre e amplamente, a solução para a tarefa fundamental de toda a humanidade civilizada: a emancipação do trabalho do jugo do capital.

Durante a campanha eleitoral e na conformação dos acordos parciais com outros partidos, deveremos focar também, cuidadosamente, o problema dos métodos de luta. Devemos esclarecer o que é a assembleia constituinte e por que os democratas constitucionalistas têm medo dela. Perguntaremos à burguesia liberal, aos democratas constitucionalistas, quais são as medidas que se propõem a defender e aplicar de modo independente para que ninguém possa tratar os representantes do povo como foram tratados os deputados na “primeira convocatória”. Lembraremos aos democratas constitucionalistas a atitude vil e traidora que adotaram diante das formas de lutas nos meses de outubro e dezembro do ano passado, e a explicaremos da forma mais ampla e simples possível ao povo. Perguntaremos para todos e cada um dos candidatos se estão dispostos a subordinar integralmente a sua atuação na Duma aos interesses amplos do movimento popular por terra e liberdade. Devemos aproveitar a campanha eleitoral para organizar a revolução, ou seja, para organizar o proletariado e os elementos realmente revolucionários da democracia burguesa.

Esse é o conteúdo positivo que devemos nos esforçar para dar a toda campanha eleitoral e, em particular, na negociação de acordos pontuais com outros partidos.

VII.

Resumindo:

O ponto de partida da tática geral da socialdemocracia nas elei-

ções deve ser a total independência do partido revolucionário da classe operária.

Somente em casos de extrema necessidade e em condições muito específicas e restritas é possível afastar-se dessa tese geral.

As características específicas do sistema eleitoral russo e os agrupamentos políticos da maioria da população, os camponeses, não dão conta de chegar a essa necessidade extrema nas etapas iniciais da campanha eleitoral, ou seja, nas eleições de representantes nas grandes cidades, dos representantes a cada dez famílias e os delegados das pequenas cidades. Nas grandes cidades, não existe tal necessidade, porque aí a importância das eleições não está determinada, em absoluto, pelo número de deputados para a Duma, mas sim pela tarefa de que os socialdemocratas se dirijam aos setores mais amplos e concentrados da população, “aos mais socialdemocratas” a despeito da sua situação.

No campo, o baixo desenvolvimento político das massas, os que não estão organizados politicamente, a dispersão, a pouca densidade populacional e as condições objetivas em que são realizadas as eleições, provocam o desenvolvimento de organizações, associações, círculos, assembleias, ideias e aspirações apartidárias (e revolucionárias apartidárias). Nessas condições, nas etapas iniciais das eleições, os blocos são completamente desnecessários. O mais correto e conveniente para os socialdemocratas é ater-se ao estrito princípio partidário.

As teses gerais sobre a necessidade de uma aliança entre operários e camponeses revolucionários implica, portanto, em considerar necessários os acordos particulares (do tipo com os trudoviques contra os democratas constitucionalistas) somente nas etapas finais do processo eleitoral, ou seja, nas assembleias de delegados e representantes. As características específicas das divisões políticas entre os trudoviques também jogam a favor dessa solução para o problema.

Em todos esses acordos pontuais, os socialdemocratas devem fazer uma distinção estrita entre os partidos democrático-burgueses e os diversos matizes que existem entre eles segundo o grau de consciência e firmeza em suas convicções democráticas.

O conteúdo ideológico e político da campanha eleitoral e dos acordos serão explicados a partir da teoria socialista e das palavras de ordem independentes da socialdemocracia na atual revolução, tanto no que se refere às suas tarefas quanto a quais serão os caminhos e meios para concretizá-las.

Esse texto foi escrito antes da publicação do nº 5 da revista *Sotsial-Demokrat*. Até a publicação dessa edição, nosso partido tinha toda convicção para acreditar que o CC do partido desaprovava rotundamente os acordos com os partidos burgueses na etapa inicial, acordos que eram inadmissíveis para os socialistas. Tínhamos o dever de pensar assim, já que um menchevique tão influente como o camarada L Martov havia realizado um pronunciamento categórico contra todo e qualquer acordo na etapa inicial, não somente em *Tovarisch*, mas também numa carta, escrita por L. Martov, que o CC enviou para todas as organizações, sobre a preparação da campanha eleitoral.

Agora resulta que nosso CC girou para Cherevanin ou, pelo menos, vacilou. O editorial da *Sotsial-Demokrat* nº 5 admite os blocos na primeira etapa, inclusive sem indicar exatamente com quais partidos burgueses! A carta que hoje (31 de outubro) publica Plekanov no jornal democrata constitucionalista *Tovarisch*, dizendo que mudou de lado para defender a constituição de um bloco com os democratas constitucionalistas, deixa claro sobre quais influências o CC titubeou. Como de costume, Plekanov pronuncia sentenças de oráculo; profere o mais trivial dos lugares comuns; passa totalmente por cima das tarefas de classe do proletariado socialista (talvez pelas relações cordiais estabelecidas com o jornal burguês que lhe abrigou politicamente) e sequer menciona fatos e argumentos concretos.

É possível que essa “ordem urgente” recebida de Genebra seja suficiente para que o CC se incline às posições de Martov em direção ao Cherevanin?

É possível que o CC, eleito pelo Congresso de Unificação, anule a decisão desse Congresso, onde os acordos com partidos burgueses estão proibidos?

Um grave perigo ameaça a campanha eleitoral dos socialdemocratas.

O partido operário socialista corre perigo, pois os acordos estabelecidos com os partidos burgueses na primeira etapa podem fazer com que nos dividam e seriam uma verdadeira ameaça para a independência de classe do proletariado.

Que todos os socialdemocratas revolucionários se unifiquem e declarem uma guerra implacável contra a capitulação e o oportunismo!

Nossa campanha eleitoral⁵⁸

Nahuel Moreno
(dezembro de 1972)

Nosso partido se prepara para intervir nas eleições. Durante todo esse ano que termina, nossa principal campanha política foi para nos colocar em condições legais para intervir nelas. Todos os companheiros sabem, até melhor do que a direção, os sacrifícios que tivemos de fazer para poder intervir nas eleições e ter um partido legalmente reconhecido. Chegou o momento de utilizar essa formidável ferramenta política, o partido legal, para educar a classe trabalhadora e organizar a vanguarda operária e estudantil no terreno político.

Este documento tem o objetivo de precisar o caráter de nossa campanha eleitoral.

1) Para que um partido revolucionário intervém numa campanha eleitoral?

Essa grande revolucionária que foi Rosa Luxemburgo definiu, há muitos anos, as razões da intervenção dos revolucionários nas eleições: “O verdadeiro propósito (de nossa intervenção) nas eleições parlamentares (Reichtag) é nos possibilitar a extensão da educação socialista (...)”.

Em outra de suas obras, ela insiste que tanto a atividade parlamentar quanto a sindical são muito importantes para convencer os trabalhadores de que, por si só, elas não servem: “como resultado de suas lutas parlamentares e sindicais, o proletariado chega a se convencer da impossibilidade de realizar uma mudança social fundamental através de tais atividades e chega a compreender que a conquista do poder é irrecusável”. E, uma vez mais, insiste: “a atividade parlamentar e dos sindicatos é importante para o movimento socialista porque tais atividades preparam o proletariado, ou seja, criam o fator subjetivo da transformação socialista, da tarefa de realização do socialismo”.

58 Texto em castelhano extraído do Arquivo Leon Trotsky, documento *Nuestra campaña electoral* in: nacional electoral_1972_131.pdf, disponível em: <https://www.archivoleontrtsky.org>

Lenin demonstra que este não é um mero conceito luxemburguista quando bate na mesma tecla: “para a socialdemocracia, **que considera as eleições em primeiro lugar como um meio de educação política do povo**, o problema principal é – claro está! – o do conteúdo ideológico e político de toda a propaganda e de toda a agitação vinculadas às eleições”. Trotsky, no começo da década de [19]30 na Espanha, para uma situação bastante parecida a esta que atravessamos atualmente em nosso país, também insistia: “Os comunistas têm necessidade da tribuna das cortes para estabelecer relação com as massas. Daí virá uma ação que superará as cortes. Nesse ponto, revela-se, justamente, a ação dialética revolucionária em relação ao parlamentarismo”.

A propaganda de um partido revolucionário para as eleições tem três objetivos que se sintetizam num só: **desenvolver e fortalecer o partido**.

O primeiro objetivo é desmascarar e denunciar o regime. Nesse caso, o regime semicolonial e capitalista que oprime o país e explora os trabalhadores. O segundo objetivo é demonstrar à classe operária que a solução de seus problemas virão da sua mobilização e não da possível atividade parlamentar ou eleitoral. Devemos demonstrar a falsidade da democracia burguesa e como só a atividade e unidade dos explorados poderá liberar os trabalhadores. O terceiro objetivo é demonstrar a necessidade da revolução operária e socialista, como a classe trabalhadora deve tomar o poder como única forma de superar a crise do país e dos trabalhadores.

Esses três objetivos se sintetizam em um só: as eleições devem ser utilizadas para fortificar o partido, abrir um caminho muito mais amplo de contato com o movimento de massas e com a sua vanguarda.

Tudo o que leve a um fortalecimento do partido em extensão e à captação dos melhores lutadores da classe trabalhadora e dos setores oprimidos é um passo adiante no desenvolvimento da revolução operária no país, já que a falta de um poderoso partido socialista revolucionário é a maior trava que possuem as massas argentinas para chegar ao poder.

Este objetivo supremo: fortalecer o partido para, nestas eleições, conseguir abrir um canal muito mais amplo de contato com o movimento de massas, não deve ser esquecido nem por um minuto.

Isso significa que nosso objetivo principal não é obter uma grande quantidade de votos, mas educar as massas, a vanguarda e, por este meio, fortalecer o partido. Daí que algumas táticas e medidas organizativas, ainda que nos permitam conseguir alguns milhares de votos

mais, podem não ser adequadas se não caminharem no sentido de ampliar e fortalecer a influência do partido, que se medirá na ampliação de sua esfera de militantes, de simpatizantes, na quantidade de jornais vendidos etc.

A forma de fortalecer o partido passa por uma atividade contraditória combinada de agitação, organização e propaganda.

Para educar as massas durante a campanha eleitoral, o meio é a agitação: lançar umas poucas ideias ou palavras de ordem para que os maiores setores possíveis de trabalhadores as entendam. Por este meio, popularizar o partido como ferramenta organizativa, de vanguarda, de aplicação destas consignas democráticas, anticapitalistas, anti-imperialistas e revolucionárias.

Porém essa atividade por si só não basta, já que, passadas as eleições, se esfuma, fica como uma simpatia a favor do partido muito difusa, genérica e abstrata.

Para que essa simpatia perdure, se impõe que ela seja organizada durante as eleições para continuar depois, ou seja, é preciso fortalecer a esfera orgânica de influência do partido. Para isso, o fundamental é nos ligarmos à vanguarda dos trabalhadores, principalmente à vanguarda operária. Por isso, há de se utilizar as eleições para chegar nessa vanguarda operária e organizá-la em torno da nossa propaganda.

Nossa posição de candidaturas operárias nos permite agrupar, organizar e chegar à vanguarda operária. Se nos limitássemos a fazer propaganda sobre essa vanguarda e não organizá-la, isolaríamos esta das grandes massas. Pelo contrário, se a organizamos, começando por organizá-la nas listas e na atividade eleitoral, podemos conseguir ganhá-la não só pela propaganda, mas também por uma atividade comum, neste caso a eleitoral. Repete-se, assim, num nível muito mais alto, o que comumente fazemos quando intervimos numa luta operária ou democrática: no compasso da luta, tentamos agrupar a vanguarda para que responda, de forma organizada, às exigências da luta, como um primeiro passo de sua incorporação ao partido e a uma concepção marxista e revolucionária.

II) A perspectiva nacional e as eleições

Muitos simpatizantes da guerrilha se perguntam: quanto vai durar as liberdades democráticas regateadas? Há perspectivas de uma etapa democrática burguesa mais ou menos prolongada? Não estaremos nos tornando eleitores e parlamentaristas ou nos desviando

da preparação da luta armada das massas?

Acreditamos que nosso país, igual a outros países latino-americanos, viverá uma etapa democrático-burguesa tão prolongada quanto permita o equilíbrio instável entre as classes. Se nenhuma classe conseguir obter um triunfo decisivo, e se a classe trabalhadora não chegar a uma situação revolucionária ou próxima a ela, como na Bolívia sob Torres e, agora, no Chile, se prolongará a atual etapa. Ou seja, o tempo de duração dependerá da situação da luta de classes. Essa situação pode nos levar para trás, a um governo tipo Onganía⁵⁹ ou à brasileira, pode manter o equilíbrio instável como consequência das direções burocráticas do movimento operário e do peronismo, que se esforçarão para garanti-lo, ou pode evoluir para uma situação parecida à do Chile, ou Bolívia sob Torres. Acreditamos que, muito devagar e com muitas mediações, esta última é a tendência mais provável. Isso significa uma lenta dinâmica para governos débeis, kerenskistas, como Allende ou Torres, e para situações insurrecionais.

Para que esta provável situação futura leve ao triunfo da classe trabalhadora, é necessária a existência de um forte partido revolucionário, que só poderá se construir se entrar com tudo no movimento de massas, utilizando todas as possibilidades. Dizer que a tarefa mais importante hoje é “*preparar-se para a luta armada*” é jogar com as perspectivas de outra etapa e não com a atual situação, já que as tarefas dos revolucionários sempre surgem da realidade presente.

Só entrando no movimento de massas na hora presente, com o programa presente, poderemos encarar as etapas futuras. E a hora

59 Juan Carlos Onganía foi um general que encabeçou um golpe militar em 1966 e governou até 1970, quando, em crise, foi substituído por outro militar Marcelo Levingston (1970-1971) e Alejandro Agustín Lanusse (1971-1973), até ser obrigado a chamar eleições em 1973, mantendo toda legislação repressiva, mas legalizando partidos, permitindo a participação do candidato peronista (ainda que não a do próprio Perón). A ditadura e o governo de Onganía foram feridos de morte pela existência do “Cordobaço” em 1966, uma semi-insurreição em Córdoba tendo à frente os metalúrgicos, operários e estudantes, que deu origem a um período de semi-insurreições populares em várias cidades de diferentes estados. Neste período na América Latina existiam inúmeras ditaduras militares, entre elas a brasileira, que em 1970 tinha à sua frente o governo general Garrastazu Médici (1970-1974). Chile e Bolívia, porém, sob governos de Frente Popular e durante um período sob regimes de duplo poder (kerenskistas), como Allende no Chile, quando surgiram os cordões industriais, e Torres na Bolívia, onde a COB encabeçava a “Assembleia Popular”. (Nota da edição brasileira)

presente são as eleições, às quais as massas vão participar. Elas não vão boicotar, por mais que algumas seitas ultraesquerdistas proponham isso.

Por outro lado, propor o armamento dos trabalhadores como parte do programa eleitoral, quando isso não está colocado como uma necessidade para eles, é tão ridículo como a proposta dos stalinistas no terceiro período, na Espanha, que propunham a mesma coisa em 1931. Trotsky, a essa proposta dos ultraesquerdistas, respondia com estas palavras que fazemos nossas: *“Quando alguém lança a palavra de ordem do armamento do proletariado em oposição aos processos políticos reais que arrastam vigorosamente as massas, este se isola delas e ao mesmo tempo as separa da utilização das armas.”* (Espanha, última advertência, p. 33).

III) Utilizar as eleições para explicar a necessidade de um argentinaço

Estas eleições vão acontecer por duas razões. A primeira e principal é o ascenso do movimento operário e de massas no país, que provocou uma nítida situação pré-revolucionária de instabilidade geral. Os cordobaços, rosariaços e rocaços⁶⁰ como os conflitos que foram se sucedendo sem solução de continuidade, levaram a várias situações semi-insurrecionais no país. Ante o perigo de que essas semi-insurreições terminassem numa semi-insurreição ou insurreição geral – o argentinaço – a burguesia argentina foi obrigada a tentar desviar o movimento de massas, levando-o a uma via morta: as eleições, outorgando ao peronismo uma liberdade condicionada para apresentar-se nelas.

Se, depois de 17 anos, a burguesia argentina resolveu apelar a Perón e ao peronismo para que a salve, é porque a situação é desesperadora. Essa apelação ao peronismo, porém, tem duas caras: uma é amortecer e confundir as lutas; a outra é acelerar a crise deste ao desatar as ilusões do movimento de massas e facilitar, assim, a rapidez de um novo ascenso.

Esta combinação do ascenso do movimento de massas com uma manobra burguesa para desviá-lo explicam as atuais liberdades democráticas, o chamado às eleições ligado a uma legislação e medidas

60 Cordobaços, rosariaços e rocaços são referência às semi-insurreições que existiram nas cidades de Córdoba, Rosário e General Roca respectivamente. (Nota da edição brasileira)

repressivas do pior tipo.

Esta etapa pré-revolucionária se caracterizou e seguirá se caracterizando por um fato: o questionamento do poder burguês através de situações semi-insurrecionais. Para sorte da burguesia, sua manobra eleitoral acontece no momento de maior refluxo do movimento operário desde o cordobaço. No entanto, este momentâneo refluxo das lutas operárias não deve nos enganar quanto à dinâmica geral da luta de classes depois das eleições. Por razões econômicas ou democráticas, produzir-se-á, no curto período de uns meses, que podem ser no máximo de um ou dois anos, novas grandes mobilizações operárias e populares que questionarão o governo de turno e a ordem burguesa. Seja por problemas de salários, seja por razões de repressão ou de luta contra o imperialismo, as massas trabalhadoras voltarão a entrar em luta. As liberdades democráticas, apesar de regateadas e condicionadas, como a legalidade ao peronismo, não farão mais do que facilitar estas lutas, que vão adquirir uma claridade meridiana.

Toda melhora circunstancial da economia burguesa, assentada na crise estrutural da mesma e na atual situação pré-revolucionária, que tem como elemento fundamental o fato de que as massas não foram derrotadas, fará mais que reavivar o ascenso do movimento operário, que segue latente. Neste sentido, ao melhoramento econômico se somarão as liberdades democráticas para facilitar essa reanimação que levará a novos cordobaços.

Esta é a razão pela qual nosso objetivo fundamental, ao intervir nas eleições, é educar os trabalhadores para que façam as experiências fundamentais da sua própria ação desde o cordobaço até agora.

Várias são as conclusões fundamentais que queremos que tirem. A primeira é que a luta começou por razões mínimas ou democráticas. A segunda, que todas as semi-insurreições vão, de fato, contra o governo. É mais necessário do que nunca que popularizemos essa conclusão, porque o peronismo, ao intervir nas eleições, dará a ilusão de que agora o governo burguês de alguma maneira pertence ou dará satisfação à classe trabalhadora. Para desmascarar essa manobra, devemos levar em conta esta ilusão, fazendo com que as massas exijam do peronismo que satisfaça suas necessidades mais sentidas.

Devemos transportar essa política para nossa linguagem tanto oral quanto escrita, buscando evitar um choque, pela nossa forma, com as ilusões peronistas. Devemos desmascará-los, denunciá-los, porém sem chocá-los com frases insultantes, mas explicando pacientemente o papel do peronismo, do próprio Perón, levando em conta estas ilusões, quando apontam no sentido revolucionário, para alen-

tar ações e medidas que desmascarem o próprio Perón.

Ao mesmo tempo devemos popularizar que, tudo o que se conseguiu de liberdades democráticas foi conquistado pela luta das massas nas ruas e que não devemos ter nenhuma confiança de que o peronismo ou o governo vão ampliar essas liberdades democráticas revogando a legislação repressiva e liberando os presos políticos relacionados, os guerrilheiros.

Por isso, as grandes palavras de ordem de nossa campanha eleitoral devem ser: Pela liberdade dos presos políticos e sociais relacionados! Pelas liberdades democráticas, pela revogação de todas as leis repressivas! Abaixo o atual governo militar! Abaixo o governo burguês de turno! Façamos o argentinaço para nos libertarmos definitivamente do imperialismo e do capitalismo!

Essas palavras de ordem possuem um objetivo óbvio: fazer com que os trabalhadores compreendam a atual etapa da revolução e façam consciente a experiência de suas lutas. A palavra de ordem a favor do argentinaço deve ser explicada da seguinte forma: nós queremos uma transformação pacífica da sociedade, mas não acreditamos nela, já que os exploradores nacionais e estrangeiros não vão admitir que as massas, pacificamente, tirem seus privilégios sem guerra civil. Por acaso a Espanha deixou de boa que conseguíssemos a independência? Por acaso Onganía ou a Junta de Comandantes em Chefe deram liberdades democráticas condicionadas ou prometeram eleições, ou, pelo contrário, tiveram que ser arrancadas pelos cordobaços e rosariaços?

Não queremos os mortos e feridos dos cordobaços, mas devemos nos preparar para eles, porque serão inevitáveis. Os exploradores nos obrigarão a isso.

IV) A estratégia eleitoral de formação do polo operário e socialista

Se podemos definir a situação de conjunto como pré-revolucionária, ela se reflete de determinada forma dentro das fileiras do movimento operário e das organizações sindicais, as únicas organizações de massas que existem no país. Esta refração particular se manifesta no estourar de conflitos e lutas operárias dirigidas por uma nova vanguarda, que não segue ao peronismo e que se opõe intransigentemente à burocracia sindical. Os cordobaços e as greves operárias não estão questionando só o governo, mas também as direções sindicais, completamente burocratizadas e entranhadas no Estado, e, de forma indireta, o peronismo. A crise pré-revolucionária se manifesta em

nível do movimento de massas como crise das direções sindicais ou políticas peronistas.

Esta crise tem um ritmo desigual: é ódio às direções sindicais burocratizadas, apoio às novas direções sindicais classistas onde se dão lutas operárias, sem que esse ódio chegue a tocar politicamente à direção do próprio Perón. Este desenvolvimento desigual – a ruptura com a direção sindical é muito mais ampla e qualitativamente mais elevada que a ruptura com Perón – é a contradição fundamental que temos de enfrentar, nós revolucionários, para superá-la. O aspecto mais negativo dessa contradição se manifesta num fato trágico para o movimento operário argentino: apesar de as lutas questionarem o regime, seguem subordinadas politicamente a uma corrente burguesa, o peronismo.

Nossa estratégia de formação de um polo operário e socialista responde à necessidade imperiosa de superar essa contradição, elevando a vanguarda operária, que até agora tem lutado essencialmente no plano sindical contra os serventes da burguesia (a burocracia), ao plano político para combater diretamente a influência e ideologia do peronismo e de Perón.

Não acreditamos, nem por um minuto, que neste momento esta luta possa ter um êxito de massas. O peso da inércia, a falta de unidade ou organização da vanguarda trabalhadora, assim como a falta de um partido revolucionário que a organize e a eleve a uma atividade política de conjunto sobre o movimento de massas, faz com que, no nível da maioria dos trabalhadores, esta batalha seja impossível de ser ganha para estas eleições. Porém, o fato de que não podemos ganhá-la neste momento não significa que a batalha não deva começar a dar-se com toda a audácia e decisão. Ela começa por tratar de organizar e elevar a nova vanguarda operária para que comece a dar essa batalha política. Daí que o aspecto mais importante de nossa estratégia eleitoral seja nosso chamado à vanguarda operária para que se organize e eleve sua luta contra a burocracia sindical a partir de uma atividade total e não meramente sindicalista. Por isso, nossa campanha a favor das candidaturas operárias possui um objetivo imediato: organizar a vanguarda contra as candidaturas burguesas da burocracia sindical. Devemos centrar essa campanha no ódio da classe trabalhadora à burocracia, assinalando que os operários que a odeiam não podem votar nos candidatos burgueses que lhes propõe a burocracia.

Esse eixo essencial de nossa campanha a favor da independência política do movimento operário, a favor da organização política independente da vanguarda operária, coincide, por outro lado, com uma

profunda necessidade objetiva desta vanguarda. Limitada à mera luta sindical, tarde ou cedo seus melhores ativistas ficam isolados da base operária depois de qualquer derrota, já que a repressão governamental e patronal os transforma em párias. Por meio da campanha eleitoral, podemos conseguir que essa vanguarda se organize num plano mais elevado na sua luta contra a burocracia e a patronal, o plano político, e, em nível muito mais amplo, ao da classe trabalhadora, sem limitar-se à sua fábrica ou sindicato. As centenas de Páez, Fote ou Rodríguez, que hoje em dia estão isolados de sua base como consequência da repressão e das derrotas parciais, poderão, assim, se organizar em nível nacional ou estadual e ter uma nova via de comunicação muito mais rica com o movimento dos trabalhadores.

Essa atividade e organização fundamentais se combinam com outra, de caráter menos importante, a unificação da vanguarda ou de velhos dirigentes que se reivindicam do socialismo. Logicamente, não nos referimos aos militantes de nosso partido, sejam velhos, sejam jovens. O ascenso revolucionário faz com que, desde o movimento estudantil até os velhos movimentos de esquerda, surjam tendências e personalidades que acreditam que começam a se dar as condições para propagar as ideias socialistas. Nós consideramos que estes setores, independentemente de seu passado, cumprem um papel positivo ao somarem-se à propaganda a favor do socialismo e da independência política do movimento operário. Há de se impedir que estes setores corram por sua conta e confundam a nitidez das saídas ou opções que se oferecem à classe e à vanguarda operária. Há de se fazer o possível para que a classe e sua vanguarda enfrentem opções nítidas: os partidos e frentes claramente burgueses, o radicalismo e o peronismo; o frente-populismo de esquerda –Allende, Sueldo, Sandler–, apoiado ou não pelo Partido Comunista, que está contra uma Argentina imediatamente operária e socialista, que se perde pelos meandros da revolução por etapas e pela via parlamentar; por último, a variante operária e socialista.

Para facilitar a formação deste nítido polo operário e socialista, devemos evitar que fique fora dele qualquer setor que se reivindique o socialismo ou a independência política da classe trabalhadora.

Esta combinação deve ficar sujeita ao que digam os companheiros da atual vanguarda operária, ao seu nível de compreensão dessa necessidade, já que o objetivo principal de nossa estratégia é organizar e promover para a atividade política a nova vanguarda operária, e não incorporar à frente velhos dirigentes socialistas. Isso significa que os acordos com velhas figuras do socialismo reformista ficam

subordinados, como uma tática, à nossa estratégia eleitoral de incorporação da nova vanguarda operária ao polo operário e socialista. A discussão com essa vanguarda nos permitirá comprovar as possibilidades dessa incorporação tática.

V) A plataforma eleitoral

Como o essencial durante a campanha eleitoral é a agitação, as palavras de ordem, mais do que a plataforma eleitoral, marcam a tônica daquela. As palavras de ordem fundamentais, de acordo com o já manifestado nos pontos anteriores, são as seguintes:

Liberdade aos presos políticos e sociais relacionados

**Pelas liberdades democráticas, abaixo a legislação repressiva
Fora o governo capitalista**

**Resistamos à repressão imperialista e capitalista com um ar-
gentinação que imponha um governo operário e popular**

Não vote em militares

Nem em burocratas sindicais

Não vote em doutores

Tampouco em patrões

Vote em seus companheiros

Vote em candidatos operários

Não vote pelos candidatos patronais de Coria e Rucci

Sobre estes eixos essenciais, devemos elaborar nossa plataforma agitativa eleitoral, diferente de nossa mera plataforma eleitoral, que é a atualização, para as eleições, de nosso programa de transição no momento atual. As eleições nos permitem chegar às grandes massas, e a elas se chega pela agitação, ou seja, com poucas palavras de ordem. Quanto menos melhor, não pior, já que os programas-ônibus não são compreendidos pelas massas.

Seus eixos essenciais devem ser:

a) questão dos salários, por um aumento de 40% imediato e um salário mínimo de \$ 120.000 e, a partir daí, escala móvel de salários aplicada por um comitê operário ou com maioria operária;

b) seguro ao parado e pela nacionalização imediata de toda fábrica ou estabelecimento que pare, para que siga produzindo sob controle operário;

c) moradia – expropriação imediata, por razões de utilidade pública, de toda casa de veraneio para colocá-la à disposição dos operários e trabalhadores sem casa; os empréstimos para construção de casas se amortizarão com 10% do salário ou das rendas familiares;

d) remédios e medicamentos nacionalizados e gratuitos para todos os habitantes do país;

e) igualdade entre a mulher e o homem no salário, nas oportunidades e direitos: creches 24 horas ao dia, totalmente gratuitas; pensão igual a meio salário para cada filho de mãe solteira ou separada;

f) pelo controle paritário da universidade com maioria para os estudantes;

g) controle das caixas de aposentadorias pelos aposentados e não pelo Estado, dando-lhes autorização para expropriar estabelecimentos que não paguem as caixas e para nacionalizá-los sob controle dos trabalhadores;

h) pela nacionalização de todos os monopólios imperialistas e nacionais; pela nacionalização do comércio exterior, sob controle dos trabalhadores; pelo desconhecimento da dívida externa;

i) imediato reconhecimento de Cuba; saída da OEA e de todos os organismos internacionais que nos atam ao imperialismo; ruptura com os pactos colonizadores;

j) apoio diplomático e material aos povos que lutam contra o imperialismo, começando pelo apoio ao heróico povo vietnamita, infamemente agredido pelo imperialismo ianque. Exigência de que o exército e as forças armadas ianques se retirem imediatamente do Vietnam, deixando, assim, de agredir o povo vietnamita, que deve determinar seu próprio destino;

k) apoio incondicional a toda medida de independência nacional adotada por qualquer povo ou governo latino-americano. No momento atual, especialmente ao povo chileno e seu governo, sem cair no apoio a esse Estado capitalista;

l) por um plano econômico elaborado por um congresso de bases da CGT que desenvolva a economia nacional em benefício dos trabalhadores e do país;

m) expropriação dos latifundiários e repartição de suas terras pelo Estado para fazer uma nova colonização agrária em parcelas individuais ou coletivas, como queiram os futuros colonos ou os atuais trabalhadores da terra;

n) as palavras de ordem já assinaladas e a fundamental: por uma Argentina Socialista.

VI) A campanha eleitoral

Podemos dividir a campanha eleitoral em várias etapas. A primeira foi a que já estamos terminando: confeccionar as listas e conseguir os candidatos. A segunda é a campanha eleitoral em si que o partido começará aproximadamente a partir do dia 7 de janeiro. A terceira é o ato eleitoral. A quarta, o balanço e as perspectivas que nos deixa a campanha eleitoral.

Sobre a confecção das listas, estão sendo feitas em base a dirigentes e ativistas fabris, sindicais ou dos bairros operários que coincidem, essencialmente, com um ponto de nosso programa eleitoral: por candidatos operários contra os candidatos burgueses de todos os partidos. A estes candidatos se somam os companheiros de outras tendências de esquerda que coincidem com nosso programa eleitoral. Por último, os próprios candidatos do partido, que aporta magníficos quadros militantes operários socialistas.

A tarefa mais importante é conseguir, no maior número de distritos, a apresentação de listas, apelando para isso, se for necessário, a operários e a militantes de base de esquerda, quando não existirem verdadeiros dirigentes. O perigoso é que caiamos, no afã de fazer as listas, na demagogia de prometer mundos e fundos ou, algo pior, que não selecionemos os candidatos permitindo que se nos infiltrem aventureiros políticos. O melhor para controlar este processo é efetuar reuniões amplas de todos os candidatos possíveis, como também averiguar com todo cuidado a biografia deles. O partido deve fazer esforços para garantir a seriedade e disciplina dos companheiros que sejam candidatos a postos que possam ganhar, tratando de que se elejam para estes postos companheiros provados no partido ou na luta de classes. Porém o essencial passa pelo reconhecimento do direito que os ativistas sindicais, os autênticos dirigentes de base, têm de constituir comitês de frente operária. Eles, democraticamente, num acordo principista com o partido, poderão montar as listas.

A palavra de ordem central organizativa do partido para a campanha eleitoral, que começa a se concretizar para a confec-

ção das listas, é a de comitês de frente operária. A estes comitês, oferecemos o direito que têm de utilizar, sem nenhum condicionante, nossa legalidade para participar das eleições sempre que concordemos com o ponto central de nosso programa eleitoral: a independência política do movimento dos trabalhadores. Isso significa que brigaremos para que, em todos os níveis, sejam constituídos comitês de frente operária que elejam candidatos.

O partido nomeará somente um delegado para coordenar as atividades e vai intervir com seus ativistas sindicais nas reuniões da frente operária com os mesmos direitos e obrigações que todos os outros integrantes da frente. Com um agregado: cada um de nossos militantes e simpatizantes atuará, com autorização do partido, de forma independente e não de forma fracional, para evitar que os comitês de frente operária se transformem numa colateral do partido. Preferimos a iniciativa e a independência destes comitês do que sua transformação num apêndice partidário. Todo ativista do comitê deve senti-lo como seu e não como se estivesse sendo utilizado pelo partido.

Em relação à fórmula presidencial, devemos adotar uma tática de acordo com nossos princípios, elaborando-a com o Comitê Nacional da Frente Operária Eleitoral uma vez que este seja eleito. É em base à discussão com este comitê que terminaremos adotando uma linha definitiva a respeito desse delicado problema tático. Em princípio, vemos a seguinte possibilidade: Fote, Páez ou qualquer outro dirigente operário cordobês, por seu sentido simbólico – Nora, Alicia Moreau de Justo, Coral, Ernesto González. O ideal seria uma fórmula operária conformada por um grande dirigente cordobês e uma companheira, essencialmente operária.

O essencial da campanha eleitoral será o que se desenvolverá desde o dia 7 de janeiro até as eleições. Serão dois meses de intensa atividade. Devemos distinguir cuidadosamente a campanha do ato eleitoral em si. A campanha pode ser muito boa, chegar com nossa educação e organização a amplas camadas, e a votação ser adversa. Essa é a maior probabilidade, já que o mecanismo da eleição burguesa faz o operário ficar propenso a votar pela tradição ou em quem considera que pode ganhar para não perder o voto, ainda que simpatize conosco. Por isso, não devemos nos embriagar com os resultados, que acreditamos que, com muito entusiasmo e com um grande êxito, se aproximará, no máximo, de 100 mil votos em todo o país. O importante é que estes 100 mil votantes estarão votando conscientemente num programa e num partido operário revolucionário.

Isso vai significar que impactamos a vanguarda, que já começamos a organizá-la e a dirigi-la politicamente. Por isso, o essencial será a campanha eleitoral. Ela terá distintos níveis. Um será a utilização dos meios massivos de comunicação: rádio, televisão e imprensa burguesa. Outros serão os atos públicos. Os panfletos locais, estaduais, fabris, sindicais, nacionais, como o jornal colocado à disposição da propaganda eleitoral, formarão parte deste aspecto da campanha.

Esta deverá se desenvolver num nível de propaganda geral por cima, utilizando, na medida do possível, os meios de comunicação massivos, e em outro, fundamental, por baixo, de piquetes nas fábricas e de varredura dos bairros operários.

A direção nacional deverá orçar a campanha eleitoral para ver como se distribuem os gastos para utilizar os meios massivos de comunicação sem embriagar-se por estes meios, já que sua utilização, por nosso caráter de partido proletário, será mínimo comparado aos partidos burgueses. Uma variante que combina os dois métodos será a possibilidade de fazer um ou dois filmes para projetar nos atos.

No nível da base, que é o trabalho essencial, as zonas devem planificar, com todo cuidado, durante a semana de férias, as fábricas e bairros operários em que concentrarão seus esforços. Deverão, na medida do possível, antes ou durante a campanha eleitoral, precisar o caráter de cada lugar de trabalho para fazer uma campanha audaz de atos públicos e de distribuição de panfletos. Devemos chegar a todos os bairros e a todas as fábricas. Para os lugares mais distantes ou do interior do país, devemos preparar grupos de companheiros agitadores, equipes partidárias ou da frente operária ou juvenil que, com um carro de som ou um alto falante, façam a campanha. Há de se ter audácia para saber colocar o problema fabril ou local que impacte ou ligue aos problemas concretos a nossa campanha eleitoral geral. As direções zonais, ajudadas pela direção do partido, têm a obrigação de saber colocar o problema concreto que aflige qualquer setor dos trabalhadores: salários, nacionalização, burocratização sindical dentro de uma fábrica ou sindicato, atenção médica, terreno, casa, pavimentação nos bairros, para elevar estes trabalhadores à compreensão de nosso programa geral.

Junto com a campanha, devemos preparar uma campanha financeira que nos permita ir pagando a campanha eleitoral com o apoio dos trabalhadores.

Chegou o momento de utilizarmos toda a experiência adquirida na afiliação e na obtenção de candidatos operários para ampliar dez, vinte ou cem vezes a influência do partido e de nosso programa. A

campanha eleitoral nos permite.

VII) Os objetivos organizativos: formemos dezenas e dezenas de comitês operários, juvenis e socialistas a favor de nossas listas

Toda essa campanha será como escrever na água se não for acompanhada da tentativa de cristalizar seu desenvolvimento em formas organizativas. Delas, duas são as principais: os comitês de frente operária e os juvenis.

É justamente nesse terreno que devemos demonstrar que não somos eleitoralistas, já que sacrificamos, se for necessário, a obtenção de votos para a constituição desses comitês. Onde se abra a possibilidade de constituir esses comitês, não devemos duvidar um instante, por penoso ou lento que seja, em deter nossa campanha eleitoral direta, como partido, para constituí-los, ser seus animadores e utilizá-los como a ferramenta organizativa principal de nossa campanha eleitoral.

Nem bem tomemos contato com um pequeno grupo de operários ou ativistas que estejam de acordo conosco, no bairro, numa fábrica ou no sindicato, devemos nos voltar com tudo para tratar de organizá-los, para que sejam eles, com o nosso apoio, os que façam a campanha eleitoral nestes lugares e, se possível, em outros.

Devemos fazer a mesma coisa assim que surjam grupos de jovens que estão de acordo com nossa campanha: devemos organizá-los imediatamente para que coloquem mãos à obra, fazendo todo tipo de concessões para que sejam eles, em seu setor, os que façam a campanha.

Devemos ser os organizadores coletivos da vanguarda operária e juvenil que se manifeste de acordo com nossa campanha eleitoral. Toda ponta que se abra nesse sentido deve ser explorada ao máximo, já que é nossa principal tarefa organizativa. Sem perder tempo, devemos tratar de nos debruçar sobre essas pontas operárias e juvenis e não sair fazendo campanha por conta própria. A extensão deverá vir pela iniciativa e atividade desses organismos. Para formar esses grupos, precisamos aprender a não ser sectários. Qualquer ponta que se abra é positiva se for no sentido de agrupar e organizar operários ou jovens de vanguarda. Temos insinuado que, estando de acordo com nosso programa, devemos ratificar. É suficiente que estejam a favor de qualquer ponto do programa. Inclusive que só nos tenham simpatia. O importante é que se organizem desde dois ou três companheiros para nos ajudar na campanha. A arte de nossos militantes será encontrar as tarefas que queiram fazer e não lhes impor nosso

esquema. Por menor que seja esta tarefa, é o começo de sua aproximação de nós pela via da atividade. Deveremos respeitar o funcionamento desses grupos e não agrupá-los em outras formas organizativas boas no papel, mas que não reflitam a realidade.

Devemos fazer algo parecido com os intelectuais ou militantes de esquerda que concordem com nossa campanha. Devemos organizá-los para que façam um comitê de apoio à campanha eleitoral.

Não podemos prever o maior ou menor êxito dessa campanha organizativa, já que depende de situações e estados de ânimo da juventude e da vanguarda operária que não dominamos. O importante a assinalar é que o maior ou menor êxito de nossa campanha será medido – como uma medida fundamental – pela maior ou menor extensão destes comitês.

Toda essa campanha deverá ter um objetivo pós-eleitoral: reunir novas plenárias operárias e juvenis depois das eleições para tirar conclusões do ato eleitoral e uma perspectiva para o futuro.

Se conseguirmos que cada uma dessas plenárias duplique ou triplique o que levaremos a cabo no dia 16, a campanha eleitoral será um êxito, já que a ligação do partido com estes quatro mil ativistas operários e juvenis não terminará com o ato eleitoral. Pelo contrário, será o começo de uma ligação que se tornará cada dia mais estreita.

Se estes objetivos organizativos se combinam com a abertura de sedes por esses comitês (não por nós), como por triplicar a venda de nosso jornal durante a campanha – o que poderá se reduzir ao dobro depois da mesma –, poderemos dizer, sejam quantos forem os votos que obtenhamos (entre 50 mil e 100 mil), que conseguimos um **êxito colossal, já que o partido duplicou, como mínimo, sua esfera de influência graças à campanha eleitoral.**

A relação com as correntes burguesas, reformistas e oportunistas nas campanhas eleitorais

Martin Hernandez

Os bolcheviques usavam as eleições burguesas para batalhar pelo **programa do partido** e, dessa forma, fazer avançar a consciência da classe operária. Esse era o **principal objetivo** de sua participação eleitoral.

Na medida em que as eleições não são uma luta por tal ou qual reivindicação, mas o momento em que cada partido apresenta suas propostas de saída para o país, região ou cidade, os bolcheviques aproveitavam o momento privilegiado das eleições para apresentar sua saída revolucionária por meio da propaganda, do conjunto de seu programa e da agitação, de algumas de suas palavras de ordem (as “três baleias” de que falava Lenin) nas quais concretizavam as tarefas centrais da revolução nesse momento. Moreno se referia a este último aspecto dizendo: “Um dos segredos de uma boa campanha eleitoral é justamente saber levantar duas ou três consignas agitativas de fácil entendimento para o conjunto do movimento de massas”⁶¹.

Essa saída revolucionária que os bolcheviques apresentavam nas eleições era, necessariamente, diferente das saídas apresentadas pela burguesia e seus agentes reformistas, oportunistas e centristas. Por isso fizeram questão não só de se diferenciarem desses setores, mas de combatê-los (“desmascará-los”) como única forma que as massas, influenciadas por esses setores, pudessem fazer avançar sua consciência.

Continuando esta tradição bolchevique, James Cannon, dos EUA, dizia, em 1945: “Nós fazemos propaganda por todo o programa de nosso partido contra os programas de todos os outros partidos”.

Era justamente a partir deste objetivo e destas tarefas, que os bolcheviques definiam sua orientação em relação aos acordos eleitorais:

61 MORENO, Nahuel. *Con las cortes, cortar la monarquía*.

O ponto de partida da tática geral da social democracia nas eleições deve ser a **total independência do partido de classe do proletariado revolucionário**. Só em caso de extrema necessidade e em condições particularmente restritivas é possível apartar-se desta tese geral.⁶²

(...) a socialdemocracia como um partido de classe do proletariado deve fazer, **obrigatoriamente**, uma **campanha eleitoral independente** em todos os casos, salvo que se deem condições muito especiais e extraordinárias.⁶³

Na campanha eleitoral, no movimento de massas, o partido tinha de apresentar seus próprios candidatos. Só na segunda volta que, no caso das Dumas, já não eram mais frente às massas, mas entre os eleitores (para distribuir os postos) é que eles levantavam a possibilidade de fazer alianças pontuais com outros partidos.

Lenin não dizia que as candidaturas próprias eram uma questão de princípios, por isso não descartava que, em alguma circunstância, poderia se chegar a algum tipo de frente eleitoral (como fizeram os bolcheviques numa das Dumas), mas, como defendia a orientação geral de candidaturas próprias, dizia que “só em casos de extrema necessidade e em condições particularmente restritivas é possível apartar-se desta tese geral” e, por isso, em coerência com sua orientação, defendia que, se chegassem a fazer alguma aliança, esta não poderia ter um programa comum. Ou seja, os bolcheviques fariam a campanha com seu próprio programa: “Nenhum acordo eleitoral pode estar relacionado à apresentação de uma plataforma comum nem deve impor aos candidatos socialdemocratas compromisso político algum”.⁶⁴

Qual era o significado da orientação de Lenin de candidaturas próprias e de sua negativa, no caso excepcional de fazer uma aliança eleitoral, de ter um programa comum com outros partidos? Sectarismo? Autoproclamação? Ultraesquerdismo? Não. Simplesmente **coerência revolucionária**. Coerência com a batalha que deveria ser dada, nas eleições e depois no parlamento, para “desmascarar” as correntes burguesas, reformistas e oportunistas.

62 LENIN, V. I. *A socialdemocracia e os acordos eleitorais*. Outubro de 1906.

63 Resolução da Conferência de Petersburgo, citada por Lenin em *A campanha eleitoral do partido operário em Petersburgo*. 14 de janeiro de 1907.

64 LENIN, V. I. *VI Conferência (de Praga) de toda Rússia do POSDR*. Janeiro de 1912.

Essa posição dos bolcheviques, que atualmente é desconhecida e, na verdade repudiada por toda a esquerda “leninista”, gerou inúmeros debates no interior da LIT (particularmente no PSTU brasileiro), pois há muitos camaradas que opinam que, em relação às alianças eleitorais, Lenin e os bolcheviques não tinham nenhuma orientação geral, ou seja, segundo estes camaradas, para Lenin “cada caso era um caso” e, dessa forma, tanto poderiam defender candidaturas próprias como frentes eleitorais com outros partidos.

Os textos de Lenin são muito claros e não deixam a menor dúvida sobre qual era sua orientação. Mas não há só estes textos. Há outros, de outros autores, que relatam a experiência dos bolcheviques e confirmam que eles tinham uma orientação geral contra as frentes eleitorais e a favor das candidaturas próprias.

O velho bolchevique Vladimir Nevski⁶⁵, em 1924, escreveu um livro sobre a história do partido em que dedica quase 100 páginas à batalha nas Dumas. Nele, faz o seguinte resumo: “Apresentação absolutamente autônoma de qualquer outro partido no primeiro turno, ou seja, no voto na cúria operária. E possibilidade de acordos, em casos excepcionais, no segundo turno, ou seja, quando já estava acabada a campanha eleitoral entre as massas operárias”.

Da mesma forma, Trotsky, em 1936, discutindo sobre a França, recordava que os bolcheviques

(...) frente às eleições para a Duma, recorreram, em certas circunstâncias, e na **segunda volta**, aos blocos eleitorais com os mencheviques ou com os socialistas revolucionários. Isso é tudo. Nem programas comuns, nem organismos permanentes, nem renúncia a criticar os aliados circunstanciais.

Este tipo de acordo e compromissos episódicos, estritamente limitados a objetivos precisos – eram os únicos que Lenin levava em consideração (...). A regra do bolchevismo, no que se refere aos blocos, era a seguinte: **marchar separados, golpear juntos**.⁶⁶

65 Vladimir Nevsky (1876-1937): bolchevique desde 1903. Membro do Comitê Militar Revolucionário em 1917 e, mais tarde, comissário do povo para as comunicações. Reitor da Universidade Comunista Sverdlov. Foi detido e fuzilado em 1937 por ordem de Stalin.

66 TROTSKY, Leon. *Carta ao operário comunista do KPD*. 8 de dezembro de 1931.

O mesmo Trotsky, numa situação muito mais dramática, quando na Alemanha existia a possibilidade de Hitler chegar ao poder, mostrava sua oposição às frentes eleitorais com os reformistas:

Em regra geral, **os acordos eleitorais**, os acordos parlamentares feitos entre o partido revolucionário e a socialdemocracia, **servem aos interesses da socialdemocracia (...). Nenhuma plataforma comum com a socialdemocracia** ou com os chefes dos sindicatos alemães, nenhuma publicação, nenhuma bandeira, nenhum cartaz comum: **marchar separadamente, lutar juntos**. Combinação apenas nisto: como combater, quem combater e quando combater.

Por outro lado, essa orientação sobre as alianças eleitorais com outros partidos é anterior ao bolchevismo. Em 1899, William Liebknecht⁶⁷ levou adiante uma dura polêmica sobre este tema com Bernstein⁶⁸, que defendia fazer um acordo eleitoral com outro partido para as eleições da Prússia. Dito partido era burguês liberal, mas Liebknecht não faz um questionamento a partir do ponto de vista de classe, mas sim do critério que os marxistas têm de ter para se relacionarem com as organizações inimigas.

Há certo tempo e a partir de direções diversas se realizaram esforços para aproximar mais nosso partido aos outros partidos. Isso conjuntamente com a constante exigência de que participemos das eleições legislativas na Prússia (...). É um sentimento burguês a supervalorização de possuir representantes (...). Que significam dez ou cem representantes quando nosso escudo perdeu seu brilho em sua obtenção? O valor de um representante é pequeno. Porém o valor da integridade de nosso partido é imensurável. Nela descansa nossa fortaleza. (...)

Não é correto comparar a cooperação no segundo turno com as

67 William Liebknecht (1826–1900): militante comunista desde 1850. Um dos máximos dirigentes do Partido Socialdemocrata Alemão, foi deputado entre 1867 e 1870.

68 Eduard Bernstein (1850-1932): dirigente do Partido Socialdemocrata Alemão, é considerado o pai do revisionismo do marxismo.

alianças que propuseram para as eleições da legislatura prussiana (...). A ação independente é a única que convém (...). O que será de nosso partido se deixarmos que nos pressionem para sair do caminho de nossos princípios pela ameaça de perigos ou desvantagens?

Não, a socialdemocracia deve se manter para si mesma, deve buscar e gerar seu poder dentro de si mesma. Todo poder por fora de nós no qual busquemos nos apoiar é só debilidade para nós (...). Portanto, não vamos dar nossas costas às velhas táticas, nem ao velho programa, somos o que éramos e seguiremos sendo o que somos. Ou a socialdemocracia vai deixar de existir.⁶⁹

Numa nota de rodapé de um dos textos de Lenin sobre as Dumas (*A socialdemocracia e os acordos eleitorais*), pode se observar como esse tema das táticas eleitorais se dava, dentro da II Internacional, não só na Alemanha como na França.

Na França, as eleições a senadores são em duas etapas: os eleitores elegem os compromissários departamentais (provinciais), e estes a senadores. Os socialdemocratas revolucionários franceses, os guesdistas, **nunca admittiram acordo algum ou lista comum na primeira etapa**. Diferentemente, admitiram acordos particulares na etapa final, ou seja, para a distribuição das cadeiras das assembleias de compromissários departamentais. **Os oportunistas, os jauristas, fazem acordos ainda na etapa inicial**.

Eram essas “velhas táticas”, às quais se refere o folheto de Liebknecht, que Lenin defendia na Rússia para as eleições da Duma. Isso fica claro pelo fato de que tal folheto foi distribuído em 1906, na Rússia, com uma apresentação do próprio Lenin que dizia:

O panfleto de Liebknecht, cuja tradução lhes ofereceu agora ao leitor russo, é de particular interesse no presente, na véspera das eleições da II Duma, quando a questão dos acordos eleitorais despertou interesses agudos entre

69 LIEBKNECHT, William. *Ningún compromiso, ningún acuerdo electoral*. 1899, www.marxist.org

o partido dos trabalhadores e a burguesia liberal (...). O importante para nós, aqui, é tomar nota do método de raciocínio de Liebknecht.⁷⁰

O dirigente alemão falava de “velhas táticas”, pois elas já apareciam, desde no mínimo, 1850, nos primeiros escritos de Marx e Engels:

(...) o proletariado deverá cuidar para que: 1) nenhum núcleo operário seja privado, sob nenhum pretexto ou jogo de autoridades locais ou de comissários do governo; 2) que, ao lado dos candidatos democráticos burgueses disputem, em toda parte, **candidatos operários eleitos, na medida do possível, entre os membros da Liga** (...). Inclusive onde não exista nenhuma esperança de sucesso, **os operários devem apresentar seus próprios candidatos** para conservar sua independência, fazer uma avaliação de forças, e demonstrar abertamente para todo mundo sua posição revolucionária e os pontos de vista do partido.⁷¹

A respeito das pressões frentistas, com o pretexto de evitar o triunfo da direita, afirmavam:

Os operários não devem se deixar enganar pelas alegações dos democratas de que, por exemplo, que tal atitude divide o partido democrático e facilita o triunfo da reação. Todas essas alegações não têm outra finalidade que não seja enganar o proletariado. **Os êxitos que o partido proletário conseguir com semelhante ação independente pesam muito mais que os danos que poderiam ocasionar a presença de alguns reacionários na Assembleia Representativa.**⁷²

70 LENIN, V. I. Prefácio ao folheto de William Liebknecht: *Nenhum compromisso, nenhum acordo eleitoral*. 1906, www.marxist.org

71 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*. Março de 1850.

72 *Ibid.*

Os critérios de Marx, de Engels, da II Internacional, de Lenin, dos bolcheviques e da III Internacional para participar das eleições foram sendo abandonados pela II e pela III Internacional na medida em que foram passando, definitivamente, ao campo da ordem burguesa.

Depois da ruptura da II e da III Internacional com o marxismo, poucos fios de continuidade mantiveram-se com nossos mestres. Entre esses poucos fios, depois do assassinato de Trotsky, estava o SWP americano (cujos dirigentes foram os mestres de Moreno), dirigido por James Cannon. No interior desse partido, em 1945, se deu um debate sobre a conveniência de fazer uma frente eleitoral com outra organização de esquerda. Cannon respondeu a essa proposta da seguinte maneira:

Nosso propósito ao participar das eleições de Nova Iorque apresentando nossos próprios candidatos para prefeito e vereadores é **popularizar o programa do partido e construir o partido**. Um “acordo” eleitoral com o Workers Party⁷³ não serviria a este propósito básico, pois **só agregaria confusão**.

Nós fazemos propaganda de todo o programa de nosso partido **em oposição aos programas de todos os outros partidos**, inclusive o Workers Party. Nós não fazemos frente única para campanha, somente para a ação. A tarefa de nossa seção em Nova Iorque consiste na utilização da eleição municipal para uma campanha concentrada de propaganda e agitação para o programa do partido, combinando-a com a construção e recrutamento para o partido. Para isso, não necessitamos de nenhuma proposta ou acordo com o Workers Party ou com qualquer outro partido. Pelo contrário, precisamos continuar com nosso próprio trabalho, **com independência** de todos os outros partidos **e contra eles**.⁷⁴

73 Ruptura do SWP

74 Em 1945, houve um debate no SWP sobre as eleições municipais de Nova Iorque. Uma minoria da direção (Goldman e Morrow) propôs fazer um acordo eleitoral com o Workers Party de Schachtman. A maioria da direção (Cannon) rejeitou esta posição, e o Comitê Político do SWP aprovou em 12 de julho de 1945 uma resolução que está contida no *Internal Bulletin 7*, de agosto de 1945, que se encontra em www.marxist.org

O SWP, entre 1948 e 1960, se apresentou seis vezes às eleições presidenciais e sempre o fez de forma independente, tendo como candidato Farrell Dobbs (o principal dirigente operário do partido), apesar de ter muito poucos votos (13.614 na primeira eleição).⁷⁵

Por fim, uma prova empírica da Argentina, que foi onde nasceu nossa corrente, sobre as antigas táticas.

O Partido Comunista, que foi fundado em 1918, em seus primeiros anos sempre se apresentou às eleições com candidatos próprios e só mudou esta orientação muitos anos depois, quando a III Internacional de Stalin votou, em 1935, a política de Frentes Populares.

Em 1924, com seus próprios candidatos, conseguiu poucos votos, 3.281, mas não foi por essa razão a mudança de política. Nas próximas eleições, seguiu se apresentando sozinho.⁷⁶

Inclusive o Partido Socialista, seguindo a velha tradição da II Internacional, durante várias décadas sequer fez frentes eleitorais. Fizeram a primeira em 1931.

O caso da Inglaterra

Há dezenas de provas que indicam que nossos mestres opinavam que a melhor tática para defender o programa revolucionário nas eleições era por meio de candidaturas próprias e não em frentes eleitorais com os inimigos desse programa. Porém, apesar dessas evidências, há quem continue insistindo que eles definiam a tática eleitoral (candidatura própria ou frente eleitoral) sem nenhuma orientação prévia, já que “cada caso é um caso”, e, para isso, utilizam como argumento que Lenin, segundo eles, havia recomendado ao Partido Comunista inglês, em 1921, fazer uma frente eleitoral com um partido reformista, o Partido Trabalhista.

Os bolcheviques, frente às eleições das Dumas, diziam que, “exce-to que se deem condições muito especiais e extraordinárias”, o partido deveria apresentar-se com candidaturas próprias e, no caso da Inglaterra, foi justamente um desses casos excepcionais. Na realidade, pelo que disse o próprio Lenin, era algo mais que um caso excepcional (era o único no mundo).

Lenin não propôs formar uma frente eleitoral entre dois partidos

75 Os resultados eleitorais do SWP foram: em 1948, 13.614 votos; em 1952, 10.312; em 1956, 7.797; e em 1960, 60.166 votos.

76 Em 1926, conseguiu 7.088 votos. Em 1928, teve 3.553 votos. Em 1930, obteve 6.834. (Fonte: Ministério do Interior da República Argentina)

porque esses partidos não existiam. Não existia um partido comunista, mas sim quatro grupos, muito débeis, que se reivindicavam comunistas, e o mais importante era que, apesar do nome, o “Partido Trabalhista não era ainda um partido. Uma carta do ILP⁷⁷ da Grã-Bretanha à direção da III Internacional explica o que era esse partido: “O Partido Trabalhista não foi criado como um partido político, mas sim como um bloco de partidos, de sindicatos e outras organizações operárias”⁷⁸. E Lenin agregava:

São membros do Partido Trabalhista todos os filiados aos sindicatos. É uma estrutura muito original, que não encontramos em nenhum outro país. Esta organização abarca quatro milhões de operários dos sete milhões de membros dos sindicatos. A eles, não se pergunta quais são suas convicções políticas.⁷⁹

Foi justamente pela existência dessa organização, “que não encontramos em nenhum outro país”, que Lenin defendeu não lançar candidatos próprios para as eleições burguesas e sim lançar candidatos próprios no interior da massa operária em que se organizava no Partido Trabalhista: “repartamos os postos no parlamento proporcionalmente aos votos dados pelos operários ao Partido Trabalhista ou aos comunistas (não nas eleições, mas numa votação especial)”.

E a respeito da relação que propunha ter com os dirigentes reformistas desse “partido”, Lenin defendia algo que, na atualidade, nenhuma organização revolucionária defende quando faz uma frente eleitoral, sequer nós mesmos: “O Partido Comunista propõe aos Henderson e Snowden [dirigentes do Partido Trabalhista] um ‘compromisso’, um acordo eleitoral: marchemos juntos contra a coalizão de Lloyd George e os conservadores”⁸⁰. E, a partir daí, estabelecia as condições para tal acordo:

(...) conservemos a mais completa liberdade de agitação, propaganda e

77 ILP (Partido Trabalhista Independente), fundado em 1893, aportou muitos de seus militantes ao Partido Trabalhista.

78 LENIN, V. I. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*.

79 *Ibid.*

80 *Ibid.*

ação política. Sem esta última condição, é impossível, naturalmente, fazer a aliança, pois seria uma traição. Os comunistas ingleses devem reivindicar e alcançar a mais completa liberdade, que lhes permita desmascarar os Henderson e Snowden, de modo tão absoluto como o fizeram (durante 15 anos, de 1903 a 1917) os bolcheviques russos em relação aos Henderson e Snowden da Rússia, isto é, os mencheviques.⁸¹

E diante da eleição de deputados comunistas, dizia:

Se os Henderson e Snowden aceitarem a aliança nessas condições, sairemos ganhando, pois o que nos interessa não é, absolutamente, o número de cadeiras no parlamento. Não é esse o nosso objetivo; nesse ponto sere-mos transigentes (...). Teremos ganhado porque levaremos nossa agitação às massas.

Se os Henderson e Snowden repelirem a aliança conosco, nessas condi-ções, teremos ganhado ainda mais, pois teremos mostrado na hora às mas-sas... que os Henderson preferem sua intimidade com os capitalistas à união de todos os trabalhadores.⁸²

Por mais que busquemos, não encontramos nos textos de Marx, Engels, William Liebknecht, Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo ou Cannon nenhuma orientação favorável a realizar frentes eleitorais com outros partidos (burgueses, reformistas, oportunistas ou cen-tristas). Tampouco encontramos algum texto destes autores que di-gam que, frente às eleições, trata-se de analisar “caso a caso”, ou algu-ma coisa parecida. A única coisa que encontramos, reiteradamente, são as orientações contrárias a fazer frentes eleitorais e favoráveis às candidaturas do próprio partido, e o que também encontramos são situações excepcionais, como a da Inglaterra, onde não se propunha apresentar candidatos próprios. Mas são exceções muito raras cer-tamente.

Em resumo, a política frentista no terreno eleitoral, entendida esta como a tática das organizações revolucionárias de priorizar a busca

81 *Ibid.*

82 *Ibid.*

de acordos com organizações reformistas para aumentar o fluxo eleitoral para conseguir mais parlamentares ou para ganhar uma maior presença política, é algo que não faz parte da tradição marxista. Essa tática, que há vários anos se generalizou, no nível da esquerda, somente apareceu e se desenvolveu como subproduto da degeneração da II Internacional, primeiro, e da III Internacional depois. No caso da III, se dá a partir de 1935, quando se votou a tese de Dimitrov dos governos de Frente Popular.

Sobre a participação dos revolucionários nas eleições

Paulo Aguená

A derrota sofrida com a restauração capitalista nos ex-estados operários permitiu uma forte contraofensiva por parte do imperialismo. Parte dessa contraofensiva foi marcada por uma campanha ideológica sobre o “fracasso do socialismo”, não somente enquanto experiência prática, mas também enquanto doutrina. Com a ajuda dos partidos reformistas, a ideologia de que a democracia teria alcançado um valor universal tornou-se amplamente predominante. Essa nova realidade mundial, aberta no início dos anos 1990, fez com que as massas retrocedessem em seu nível de consciência e de organização.

No último período, os regimes democrático-burgueses vêm sofrendo um desgaste crescente. Mas a perda da perspectiva socialista faz com que, apesar das mobilizações e do questionamento ao capitalismo terem se intensificado em todo o mundo, particularmente após a crise econômica de 2007-2008, as massas ainda limitem seu horizonte político à democracia burguesa. Elas ainda depositam ilusões na possibilidade de alcançar uma “democracia real” nos marcos do sistema capitalista. Não por acaso os regimes democrático-burgueses – pelo menos no Ocidente – transformaram-se no principal mecanismo utilizado pelo imperialismo para derrotar os processos revolucionários.

Nesse sentido, acreditamos que as teses da III Internacional sobre a atuação dos revolucionários no parlamento – “O partido comunista e o parlamentarismo” –, aprovadas no II Congresso (1920), mantêm toda sua vigência nos dias atuais. Isso nos permite partir de importantes acordos no interior da LIT-QI frente a um tema que é divisor de águas na esquerda mundial.

Dentre os pontos de acordo, podemos citar a definição do caráter reacionário do parlamento e do regime democrático-burguês na época imperialista; que o partido revolucionário deve ter como centro de sua atividade estimular e impulsionar a ação direta das massas; que a atuação nas eleições e no parlamento é um “ponto de apoio secundário”, devendo estar subordinado à própria ação direta; que a

participação dos revolucionários nas eleições deve ter como objetivo divulgar o programa e fazer avançar a consciência de classe; que a eleição de parlamentares deve estar subordinada a estes fins; que o papel dos revolucionários no parlamento é fundamental para ajudar as massas a superar suas ilusões democráticas a partir da experiência prática.

Também temos acordo que os objetivos acima assinalados estão relacionados à tarefa estratégica dos revolucionários de destruir o Estado burguês – o que inclui o regime democrático-burguês e o parlamento – substituindo-os pela ditadura revolucionária do proletariado. Ou seja, por um novo tipo de Estado, regime e governo em que as massas exploradas e oprimidas possam exercer sua supremacia política sobre os exploradores, apoiando-se, para isso, em seus próprios organismos regidos pelo princípio da democracia operária.

Por fim, temos acordo que junto com esses objetivos deve existir outro tão importante quanto: o de derrotar as organizações reformistas. Isso implica em ganhar a confiança das massas retirando-as de sua esfera de influência. Sem isso, tal como dizia Lenin, não podemos sequer pensar seriamente em fazer uma revolução.

A partir desses e de outros acordos fundamentais que envolvem elementos estratégicos, programáticos e mesmo de princípio, consideramos que os debates evidenciaram diferenças que se concentram fundamentalmente em dois aspectos: a) como combater os reformistas e os centristas; b) qual o critério que os revolucionários utilizam para definir sua aparição nas eleições. Este artigo se refere, especificamente, ao segundo ponto, muito embora, como veremos, os dois pontos estejam intimamente relacionados.

Onde e quando surge a polêmica?

Essa discussão vem de algum tempo, mas assumiu sua forma mais acabada no curso dos debates em torno à atualização programática anunciada ao público na revista *Marxismo Vivo* nº 6.

Em meio às discussões, defrontamo-nos com uma nova elaboração teórica. A saber: que existiria no marxismo revolucionário uma regra geral que norteia a apresentação dos revolucionários nas eleições. Essa regra geral seria a das “candidaturas próprias”, que só poderia ser modificada em casos de “extrema necessidade”.

Assim, além de lançar candidatos independentes dos partidos burgueses, os revolucionários devem também ter como regra geral apresentar candidatos próprios, separados dos partidos reformis-

tas. Essa seria a melhor forma de os revolucionários atingirem seus objetivos. Uma frente ou um acordo eleitoral com os reformistas, pelo contrário, implicaria em se confundir com os mesmos e diluir o programa revolucionário no programa reformista. Isso dificultaria o desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores e prejudicaria a construção do partido revolucionário.

Não concordamos com isso. Consideramos que essa nova elaboração não encontra sustentação teórica na história da atuação dos marxistas nas eleições. Não por acaso, tal regra não está presente em nenhum documento programático do marxismo revolucionário sobre o tema, nem mesmo nas teses sobre o parlamentarismo aprovadas pela III Internacional. Isso é algo que deve nos chamar a atenção, já que as teses foram um enorme trabalho que buscou sistematizar a atuação dos comunistas no parlamento e nas eleições.

As citações a que se recorre para demonstrar a validade dessa nova elaboração são extraídas de textos relacionados a processos eleitorais específicos, de casos concretos e não a textos programáticos ou que tratam de orientações estratégicas de mais longo prazo. Somente citações extraídas de textos que tivessem essa natureza poderiam autorizar a conclusão teórica de conferir à orientação de lançar candidatos próprios um caráter de regra geral ou norma.

Ao mesmo tempo, pensamos que não é por acaso que essa nova elaboração vai contra a própria tradição da nossa corrente internacional. Como demonstraremos, os exemplos em contrário são muitos. Isso não é casual. Deve-se ao fato que Nahuel Moreno – principal dirigente de nossa corrente – nunca se orientou por qualquer regra geral em relação a como se devem apresentar as candidaturas. Pode-se dizer que Moreno estava equivocado e que neste terreno se afastou do leninismo. Não compartilhamos dessa conclusão.

Desde nosso ponto de vista o critério adotado por Moreno para a apresentação das candidaturas, em essência, seguia o mesmo critério de Lênin. Ele não se apoiava em nenhuma regra geral, mas na análise concreta da situação concreta. Isso porque para ambos a questão da apresentação das candidaturas era de ordem totalmente tática e não estratégica ou programática. Sobre esse tema, estamos com nossos mestres.

Tática, estratégia, programa e princípios

Antes de tudo, queremos assinalar que, ao elevar a “candidatura própria” à condição de regra geral, a nova elaboração incorre no erro

de transformar o que seria uma simples tática à condição de estratégia. Ou seja, uma orientação válida para todo um período. Não por acaso surge em meio à discussão da atualização programática.

Como se sabe, os conceitos de “tática” e “estratégia” nos ajudam a relacionar os meios e os fins que os revolucionários adotam em cada etapa e em cada terreno da luta de classes. Segundo Nahuel Moreno,

(...). a estratégia tem a ver com o objetivo final, de conjunto, em longo prazo, e as táticas são os diversos meios para chegar a esse objetivo. Ambos são termos relativos. Ou seja, sempre temos de definir em relação a que uma questão é estratégica e em relação a que uma questão é tática.

Esse caráter relativo dos dois conceitos faz com que o que é estratégico numa determinada etapa ou tarefa parcial seja, ao mesmo tempo, *tático em relação a um objetivo superior ou mais geral*. (MORENO, Nahuel; PETIT, Mercedes. *Conceitos políticos básicos*)

Por outro lado, toda questão tática, diferentemente das questões de ordem programática e de princípio, envolve uma discussão sobre uma determinada realidade concreta imediata. Isso é assim porque são categorias distintas, pertencentes a âmbitos políticos diferentes. Sobre isso, novamente, Moreno esclarece:

Toda tática deve ser principista, e todo princípio deve expressar-se através de meios. Mas cada uma dessas categorias tem seu âmbito. O âmbito da tática, assim como o da palavra de ordem, é o âmbito do imediato, não do histórico; é o âmbito das necessidades imediatas e da consciência imediata – por mais atrasada que seja – do movimento de massas. E se o meio não se adequar a essas condições, deixa de ser meio: é a repetição dos princípios. (*Atualização do Programa de Transição*, tese XXXVI)

Assim, se é verdade que para a definição de uma tática correta devemos partir dos princípios e considerações mais gerais, é um engano pensar que ela se esgota neles. Uma orientação política correta deve considerá-los tão somente como um ponto de partida e não de chegada.

Consideremos que os principais objetivos dos revolucionários nas eleições sejam divulgar seu programa, fazer avançar a consciência das massas e construir o partido, combatendo, para isso, tanto as alternativas burguesas, quanto as reformistas. Para chegar a uma definição sobre qual a melhor localização para atingir estes fins – se através de candidatura própria, da conformação de uma frente com os reformistas ou mesmo de um boicote etc. –, exige-nos um estudo, uma análise da realidade concreta e das circunstâncias dadas. Isso envolve levar em conta a relação de forças entre as classes, entre os partidos políticos, o nível de consciência, o prestígio das direções e a experiência das massas com as mesmas, nossas próprias condições subjetivas etc.

Adotar a candidatura própria como uma regra geral é definir, *a priori*, qual seria a melhor localização do partido revolucionário para disputar um processo eleitoral. Trata-se de um esquema que descon sidera completamente a realidade concreta.

É evidente que, em termos abstratos, a melhor forma de os revolucionários se apresentarem nas eleições é através da candidatura própria. Isso possibilitaria se diferenciar claramente de todas as demais alternativas, facilitando imensamente sua construção. Entretanto, para que a candidatura própria produza esse efeito, é necessário reunir determinadas condições. A primeira delas, sem dúvida, é que o partido revolucionário já tenha acumulado algum peso e influência junto a algum setor de massas e da vanguarda, ainda que minoritários. Essa localização é o que lhe permite fazer ecoar sua política e seu programa, ampliando sua audiência de forma a disputar tanto com as alternativas burguesas, quanto com as reformistas.

Em muitos casos, porém, devido a uma série de fatores, às vezes históricos, os reformistas conseguem ocupar o espaço à esquerda, ganhando certo peso em setores de massas e da vanguarda. Situações como essas, geralmente produzem o fenômeno em que os revolucionários não só não encontram muita base social de apoio, mas inclusive terminam perdendo parte do que acumularam anteriormente. Seus discursos não encontram eco. O pouco apoio que às vezes conseguem obter não é suficiente para impedir que setores da vanguarda e do ativismo se dirijam aos candidatos reformistas, considerados mais viáveis diante das alternativas burguesas.

Nessas condições, é muito difícil que os revolucionários consigam atingir seus fins através de candidaturas próprias. Se não queremos nos resignar diante dessa situação, somos, então, obrigados a encontrar outros meios para alcançar nossos fins. Esse exercício, gostemos ou não,

nos leva a abandonar os esquemas e entrar no terreno da tática.

Se observarmos com atenção as distintas situações, não será difícil perceber que os meios necessários para que os revolucionários consigam alcançar seus fins dependem, entre outros fatores, da relação de forças estabelecida entre os revolucionários e os reformistas. A depender disso, os meios, enfim, as táticas, podem variar.

A experiência demonstra que essas táticas podem ir desde a conformação de frentes, o chamado ao voto crítico, passando pela utilização da própria legenda dos reformistas. Tudo vai depender do estágio de desenvolvimento em que se encontra o partido revolucionário. Ao adotar a tática correta, os revolucionários poderão, então, romper seu isolamento, obter uma maior audiência e, dessa forma, também se construir ao aproximar uma parcela da vanguarda inicialmente atraída pelos reformistas. Em outras palavras, essa nova situação reabre a oportunidade para que os revolucionários possam alcançar seus fins.

Evidentemente, para obter esse resultado, é fundamental que junto com o(s) ponto(s) programático(s) estabelecido(s) em comum acordo com os reformistas para enfrentar as alternativas burguesas, se estabeleça também os pontos programáticos que se diferenciem deles. Isso permite um trabalho em pinça: por um lado, a partir da unidade com os reformistas, reforça-se a luta contra as alternativas burguesas; por outro, ficamos armados para demonstrar os limites e as incoerências do programa reformista. No calor deste duplo combate, os revolucionários podem se construir. Assim, a partir da definição de uma nova tática, foi possível encontrar um novo caminho, um novo meio, para que, então, os revolucionários pudessem atingir seus fins.

Assim, a forma como os revolucionários devem se apresentar nas eleições não pode estar regida por uma regra geral como se existisse um único caminho, um único meio ou meio privilegiado para atingir seus fins. Repetimos: trata-se, portanto, de uma questão tática e não estratégica ou programática.

Pode-se argumentar que muitas elaborações programáticas contêm definições táticas. Concordamos com isso. Podemos citar como exemplo a obrigação dos revolucionários de atuarem nos sindicatos, mesmo os dirigidos pelas burocracias. Esta orientação encontra-se entre as “21 condições” necessárias para a admissão de um partido comunista na III Internacional. Podemos citar, também, a orientação contida nas teses sobre o parlamentarismo da Internacional Comunista que define como regra geral a participação dos revolucionários

nas eleições e no parlamento.

Entretanto, como tática e estratégia são termos relativos, consideramos que essas orientações táticas, ao valerem para todo um período, são de fato estratégicas. Seguirão válidas pelo menos para o período em que os sindicatos e o parlamento ainda não tenham sido superados politicamente pela história. Podemos considerá-las táticas se considerarmos como estratégia a tomada do poder e a instalação da ditadura do proletariado.

De toda forma, esse não é o caso das candidaturas próprias. Ela é apenas uma das formas, um dos meios de os revolucionários se apresentarem nas eleições. É tática válida para um período muito mais circunstancial e passageiro. Mais bem se trata da tática da tática se considerarmos a participação das eleições uma tática. Nesse sentido, pensamos que não tem nenhum sentido tratá-la como uma orientação estratégica ou programática.

Lenin, os bolcheviques e a III Internacional

A transformação da candidatura própria numa regra geral busca se apoiar teoricamente na experiência eleitoral dos bolcheviques nas Dumas. Argumenta-se que Lenin já a adotava enquanto regra geral na primeira fase das eleições. Não compartilhamos dessas conclusões.

É um fato que na primeira fase do complexo sistema eleitoral czarista, a orientação dos bolcheviques estava centrada na tática da apresentação de candidaturas próprias. Entretanto, seria um erro concluir que isso estaria vinculado a uma concepção estratégica programática. Na verdade, essa orientação estava ditada pelas condições concretas a que as eleições estavam submetidas. Lenin explica:

Para chegarmos mais perto da solução do nosso problema [a definição da tática eleitoral], nós temos de examinar, em **primeiro lugar**, os principais **grupos de partidos** nas eleições para a II Duma e, em **segundo lugar**, examinar as características específicas do atual **sistema eleitoral** de hoje.

(...) A **análise do atual sistema eleitoral**, portanto, leva à conclusão de que, nas cidades, nas fases iniciais das eleições, **os blocos são particularmente desvantajosos e desnecessários**. (LENIN, VI. *Obras Completas*, tomo 14, pp. 75-100) [grifos nossos]

Como se vê, foi a análise da situação concreta (“desvantajoso” e “desnecessário”) que levou os bolcheviques a privilegiar as candidaturas próprias na primeira fase das eleições da Duma. Lenin não definia sua orientação somente a partir das considerações gerais, mas levava em consideração uma análise da realidade viva: a força dos partidos, o sistema eleitoral definido pela legislação vigente etc.

Mesmo assim, é preciso que se diga que a política eleitoral bolchevique, considerando as eleições das quatro Dumas, em suas diversas fases e colégios eleitorais (cúrias), além das candidaturas próprias, incorporou as mais distintas táticas, desde o boicote aos acordos eleitorais, quando então a situação concreta os tornava necessários ou vantajosos.

Assim, Lenin foi a favor de fazer blocos eleitorais não só nas fases finais, quando então foram mais comuns, mas também na primeira fase. Foi o que ocorreu na Conferência do POSDR⁸³, realizada em 1907, quando os bolcheviques “puristas” e “dissidentes” polemizaram sobre a conveniência ou não de fazer um acordo nas eleições da II Cúria Urbana de São Petersburgo.

Frente à forte pressão vinda dos mencheviques para selar um acordo com os Cadetes (burguesia liberal) com vistas a barrar o avanço das Centúrias Negras (reacionários monarquistas), Lenin propôs um “bloco das esquerdas” para barrar a influência dos liberais que pregavam o voto útil. Com o apoio de Lenin, o resultado deu a vitória aos “dissidentes”:

Depois de discutir a fundo, a conferência adota a resolução de propor acordos aos Socialistas Revolucionários e ao Comitê do Grupo do Trabalho [trudoviques]. (...) **Era a única decisão correta e possível em Petersburgo.** (LENIN, VI. A campanha eleitoral da socialdemocracia em Petersburgo in: *Obras Completas*, tomo 14, pp. 265-287) [grifo nosso]

A partir dessa orientação, os acordos eleitorais na primeira fase das eleições terminaram se estendendo a 22 cidades russas, incluindo São Petersburgo e Moscou, os mais importantes centros do trabalho dos bolcheviques.

Esses exemplos que dão um caráter extremamente tático – nem

83 Partido Operário Socialdemocrata Russo (Nota da edição brasileira)

por isso menos importante – aos distintos meios utilizados pelos bolcheviques para se apresentarem nas eleições é que, em nosso ver, explica por que as *Teses sobre o parlamentarismo*, adotadas pela III Internacional (1920), não incluíram a “a candidatura própria” como parte da orientação aos partidos comunistas.

Pode-se argumentar que, apesar disso, a tática dos comunistas nos anos 1920 – e mesmo na primeira metade dos anos 1930 –, de maneira geral, foi a de lançar candidatos próprios e não de fazer acordos eleitorais com a socialdemocracia e com o centrismo.

Deixando de lado a fase esquerdista que marcou a orientação política da III Internacional, conhecida como “Terceiro Período” (1928-1933), pensamos que tal fato se devia muito mais às circunstâncias, à situação concreta, do que a uma questão de ordem estratégica ou programática. Pensamos que isso se deve fundamentalmente a três fatores.

O primeiro é que a disputa central dos comunistas no movimento operário se dava com a socialdemocracia. Isso era assim não só devido à traição da II Internacional na Segunda Guerra Mundial, mas também porque os socialdemocratas, sendo uma força majoritária no movimento operário, naquela altura já era governo em vários países. Isso colocava os comunistas no terreno da oposição, descartando em muitos casos os acordos com a principal força reformista.

O segundo fator era a existência da proporcionalidade para a eleição dos deputados permitida pelo sistema eleitoral parlamentarista predominante na Europa. Isso garantia a presença dos comunistas no parlamento sem que, para isso, fossem obrigados a recorrer às alianças.

O terceiro é que isso só era possível devido ao peso e influência que os partidos comunistas, de uma forma geral, já haviam conquistado na classe operária, em especial na Europa. Em boa medida, isso se devia ao impacto provocado pela vitória da Revolução de Outubro que despertou grande simpatia entre a classe operária.

Entretanto, nos países em que os partidos comunistas ainda eram pequenos grupos, e os reformistas e centristas estavam na oposição, Lenin insistiu na necessidade de se fazer acordos. Esse foi o caso da Alemanha quando, em 1920, ele defendeu que os comunistas fizessem um acordo com o USPD (Partido socialdemocrata independente que havia rompido com o SPD). O objetivo era romper o isolamento dos comunistas e se aproximar da ala esquerda dos independentes, apesar de o USPD ser dirigido majoritariamente pelos oportunistas kautskistas. Foi também o caso da Inglaterra, o mais conhecido, em

que ele lutou para que os comunistas ingleses se unificassem num único partido e fizessem um acordo eleitoral com os trabalhistas (Henderson e Snowden) contra a aliança dos liberais (Lloyd George) com os conservadores (Churchill).

No livro *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, em que Lenin trata dos casos acima, ele insistia na necessidade de se fugir do dogmatismo, da aplicação mecânica dos princípios, procurando ter a máxima flexibilidade tática.

No capítulo “IX – Os comunistas de esquerda na Inglaterra”, ele critica o setor esquerdista (Silvia Pankhurst e Gallacher) que refutava o acordo com o laborismo:

“O Partido Comunista deve conservar pura a sua doutrina e imaculada a sua independência frente ao reformismo; sua missão é marchar na vanguarda, sem deter-se ou desviar-se de seu caminho, avançar em linha reta em direção à Revolução Comunista”. Princípios como este só fazem repetir o erro dos comunistas-blancuistas franceses que, em 1874 proclamavam a “negação” de todo compromisso e de toda etapa intermediária. Em segundo lugar, não há dúvida de que nesse ponto a tarefa consiste, como sempre, em saber aplicar os princípios gerais e fundamentais do comunismo às peculiaridades das relações entre as classes e os partidos, às peculiaridades do desenvolvimento objetivo rumo ao comunismo, próprias de cada país e que é necessário saber estudar, descobrir e prever.

No mesmo sentido, no capítulo “X – Algumas conclusões”, ele adverte: “É necessário unir a mais absoluta fidelidade às ideias comunistas à arte de admitir todos os compromissos práticos necessários, manobras, acordos, ziguezagues, retiradas etc.”. Mais à frente, ele generaliza essa orientação e conclui:

(...) Só falta uma coisa para que marchemos rumo à vitória com mais firmeza e segurança: que os comunistas de todos os países compreendamos em toda parte e até o fim que em **nossa tática é necessária a máxima flexibilidade**. (grifo nosso)

Evidentemente, essa flexibilidade tática não era para fortalecer os reformistas. Pelo contrário, tratava-se da utilização de um meio que tinha como objetivo debilitá-los e derrotá-los. Assim, no capítulo “VIII – Nenhum compromisso?”, Lenin faz uma longa exposição sobre como isso foi útil para que os bolcheviques pudessem ganhar a hegemonia no movimento operário russo:

É preciso assinalar, entre outras coisas, que a **vitória dos bolcheviques sobre os mencheviques** exigiu da Revolução de Outubro de 1917, não só antes como também depois dela, a **aplicação de uma tática de manobras, acordos, compromissos**, ainda que de tal natureza, é claro, que **facilitavam e apressavam** a vitória dos bolcheviques, além de consolidar e fortalecê-los à custa dos mencheviques. (grifo nosso)

Moreno e nossa corrente

A conclusão de que a candidatura própria é uma regra geral elaborada pelos bolcheviques, inevitavelmente, leva a outra: pelo menos neste terreno, Moreno não foi leninista, já que nossa corrente, ao longo de sua história, adotou as mais variadas táticas nas eleições sem nunca considerar a candidatura própria como uma regra geral. Assim, além das candidaturas próprias, defendeu a aplicação de inúmeras frentes e acordos eleitorais, ainda que, na maioria dos casos, não tenha conseguido realizá-las.

No Peru, em 1978, foi constituída a FOCEP. Uma greve geral foi erodindo a base social da ditadura, e o partido interveio nas eleições da Assembleia Constituinte a partir da Frente Operária Camponesa Estudantil e Popular. A frente elegeu 12 deputados, e Hugo Blanco, dirigente das lutas camponesas, foi o terceiro candidato mais votado das eleições.

Na Colômbia, também em 1978, Moreno propôs uma candidatura operária a partir de uma frente das centrais sindicais (um Grande Acordo Operário) que havia protagonizado uma greve geral. Ainda que isso não tenha se dado, essa tática audaciosa permitiu que nosso pequeno grupo ganhasse certa audiência no movimento operário.

Na Espanha, em 1977, ainda como LSR (Liga Socialista Revolucionária), que na ocasião fazia entrismo no PSOE, foi proposta a tática de “unidade dos socialistas”. Ao não se dar, no final chamou o voto crítico no partido socialista (PSOE). Ainda na Espanha, com o fim do entris-

mo, em 1979, foi obtida a legalidade do PST, o que lhe permitiu, pela primeira vez, lançar candidaturas próprias nas legislativas de 1980.

Na Argentina, com vistas nas eleições de 1973, orientou-se o chamado a uma frente socialista para formar um partido. Em dezembro de 1972, foi fundado o PST a partir de um acordo com Juan Carlos Coral, então dirigente de uma ala do partido socialista. A tática adotada foi seguir chamando à conformação de uma frente ou de um polo operário e socialista, ainda que subordinada à estratégia de incorporar a nova vanguarda operária a ele. Ao final, sem encontrar aliados, o PST terminou lançando candidaturas próprias, abrindo sua legenda aos ativistas e lutadores do movimento operário. Coral encabeçou a chapa presidencial, tendo como vice Nora Ciaponni.

Em 1982, foi chamada uma frente socialista para fundar e legalizar um partido socialista de massas. A partir da legalidade do MAS, levada a cabo a partir de um acordo com o socialista Rubén Visconti, nas eleições de 1983 tentou-se constituir uma frente socialista. Sem sucesso, o MAS terminou lançando candidaturas próprias, buscando incorporar, em sua legenda, o máximo de ativistas e lutadores que estava a seu alcance.

No México, por três vezes – nos anos de 1976, 1981 e 1982 –, constituiu-se uma frente com o partido comunista mexicano (PSUM), chegando a eleger dois deputados estaduais, um trotskista e outro comunista.

Na Bolívia, em 1985, nosso pequeno partido conseguiu que se aprovasse no Congresso da Central Operária Boliviana (COB) a proposta de unir a esquerda a partir de uma frente entre o PRIN de Lechín, principal dirigente dos mineiros, o PC e o PST, nossa pequena organização. Apesar disso, esses partidos se negaram a constituí-la, e uma forte campanha de denúncia foi realizada pelo nosso grupo.

Em 1985, o MAS argentino, defendendo a independência de classe, formou uma frente com os peronistas de esquerda e com o PC (Frente do Povo/FREPU) tentando incidir na crise deles. Moreno chegou a ter dúvidas se essa tática foi correta, na medida em que o Partido Obrero, que havia se retirado da frente, terminou obtendo um resultado eleitoral um pouco melhor que o esperado ao lançar candidatos próprios. De toda forma, o balanço foi que o MAS se fortaleceu e chegou a superar o PC.

Como vemos Moreno, nunca se apoiou, nem mesmo citou, qualquer “regra geral” para definir suas orientações táticas. Uma das explicações para que Moreno tenha procedido dessa maneira, inclusive incorrendo em erros de tipo oportunista, se sustenta no argumento de que ele provavelmente não tivesse um conhecimento mais profundo das Teses

da III Internacional sobre o parlamentarismo e, muito menos, dos escritos de Lenin sobre as eleições nas Dumas. Não pensamos que isso seja correto. Opinamos que Moreno não fez outra coisa senão aplicar as recomendações de Lenin, adequando-as à sua época.

Se ao longo de sua vida Moreno aplicou distintas táticas, deve-se à debilidade do partido revolucionário. Os trotskistas eram pequenos grupos se comparados aos partidos comunistas dos anos 1920. Isso o obrigava a aplicar com mais frequência táticas semelhantes às orientadas por Lenin frente ao USPD, na Alemanha, e ao laborismo, na Inglaterra.

Evidentemente, não queremos com essa discussão demonstrar que Moreno não tenha cometido erros. Pelo contrário, ele mesmo vivia se autocriticando pelos erros cometidos. A questão é saber se esses erros se deram no terreno da teoria, do programa e da estratégia ou, pelo contrário, se deram no terreno da tática, da apreciação da situação concreta. Em nossa opinião, eles se deram no terreno da tática.

Conclusão

Por tudo que foi exposto anteriormente, pensamos que a forma como os revolucionários devem se apresentar nas eleições é uma questão puramente tática. Não concordamos com a nova elaboração programática que busca transformar as candidaturas próprias numa regra geral definida *a priori*.

Por outro lado, não queremos com isso dizer que sempre e em todos os casos devemos defender as frentes ou acordos com os reformistas. O que defendemos é que as frentes, acordos e mesmo a própria tática da candidatura própria sejam todas definidas a partir da análise concreta da situação concreta. Do contrário, estaremos engessando a aplicação das táticas tão necessárias para enfrentar as alternativas burguesas e reformistas.

Como dissemos no início, os retrocessos impostos pela derrota que significou a restauração capitalista nos ex-estados operários afastaram o socialismo do horizonte político das massas e, com o apoio do reformismo, permitiu que a democracia burguesa se transformasse no principal instrumento contrarrevolucionário utilizado pelo imperialismo.

Consideramos que essa nova realidade exerce, sem dúvida alguma, uma enorme pressão oportunista sobre os revolucionários. É importante que se tenha consciência disso. A maioria da esquerda mundial tem sucumbido a ela.

Entretanto, pensamos que não podemos responder a essa situação lançando mão de uma orientação política sectária e esquerdista. Se, por um lado, temos mais do que nunca de nos prendermos aos princípios, por outro, temos de reafirmar a importância de se utilizar todo o arsenal de táticas, manobras e mediações que o marxismo revolucionário nos legou. Somente assim, tanto ontem quanto hoje, elas são mais necessárias do que nunca para que os revolucionários possam enfrentar as armadilhas da democracia burguesa e disputar com o reformismo a direção do movimento operário.

Participação eleitoral dos partidos da III Internacional após seu 2º congresso

Marcos Margarido

O segundo congresso da III Internacional, realizado em 1920, aprovou a tese “O Partido Comunista e o Parlamento”, que estabelecia as bases para a participação de seus partidos nos processos eleitorais e nos parlamentos dos países sob o regime democrático burguês. Em sua introdução, a tese estabelece um rompimento com a prática parlamentar dos partidos da II Internacional, que estava baseada na época pré-imperialista, de avanço das forças produtivas no capitalismo e na estabilidade relativa de suas instituições parlamentares. Era necessária uma mudança da tática parlamentar pelo proletariado com a passagem para uma “época de crise”. A tarefa, agora, era a destruição daquelas instituições e não a obtenção de reformas favoráveis à classe operária através do voto. As alianças com os “Turati e os Longuet” não tinham mais nenhum resultado prático. Em outras palavras, a era das reformas chegava ao fim e abria as portas para a era das revoluções.

Ao mesmo tempo, a tese ataca o “antiparlamentarismo como princípio” e enfatiza a necessidade de participação eleitoral (e parlamentar caso seus candidatos vençam) dos partidos comunistas como um “centro auxiliar” para o trabalho revolucionário, para “ajudar a esmagar a máquina do Estado burguês e o próprio parlamento”. Parte desse trabalho é a denúncia “não apenas da burguesia e de seus seguidores fieis, mas também dos socialpatriotas, dos reformistas, dos políticos indecisos do ‘centro’ e dos outros oponentes do comunismo”.

No entanto, a tese não aponta claramente para a forma de participação dos partidos comunistas nas eleições em relação aos agrupamentos e alianças. Por isso, muitas organizações (inclusive as que fazem parte da tradição morenista) definem, atualmente, que formar alianças eleitorais é uma questão tática e têm como limite as alianças com partidos burgueses. Essa tática seria oposta ao stalinismo, para quem tais partidos são indispensáveis para construir a Frente Popular.

Algumas organizações se apoiam na discussão sobre a Inglaterra, ocorrida neste mesmo congresso, quando Lenin defendeu a unifica-

ção dos grupos comunistas existentes naquele país e sua entrada no Partido Trabalhista que, apesar da traição de sua direção durante a Primeira Guerra Mundial ao participar do esforço de guerra, saía muito fortalecido e passava a reunir sob sua bandeira os sindicatos, influenciando eleitoralmente milhões de operários. Afirmam que, quando os partidos revolucionários são pequenos, o conselho de Lenin de fazer aliança como na Inglaterra deve ser seguido. Portanto, a tática eleitoral preferencial dos partidos revolucionários no terreno eleitoral seria fazer coligações com partidos reformistas para atingir as massas operárias.

Polemizamos, aqui, com essa visão, mostrando, primeiro, que essa não foi a prática dos partidos da III Internacional e, em seguida, que essa tática era estranha à tradição teórica dos revolucionários, a começar por Marx e Engels.

A prática eleitoral dos partidos da III Internacional

A tática de fazer alianças eleitorais está apoiada em duas premissas. A primeira, parte de uma negação: nada está escrito na tese da III Internacional. A segunda, de uma dedução sobre a tática de Lenin para a Inglaterra que, veremos depois, não encontra respaldo em seu raciocínio.

Esquemmatizando temos:

1) não há uma obrigação de lançar candidaturas próprias, pois nada estava escrito na tese da III Internacional;

2) por serem pequenos, os partidos revolucionários devem fazer alianças eleitorais para atingir setores da massa e não ficarem isolados.

Se tais hipóteses forem corretas, espera-se que, ao longo dos anos, os principais partidos da III Internacional tenham, após o segundo congresso, alternado suas participações em eleições entre candidaturas próprias e alianças, a depender da “análise concreta da situação concreta”. Espera-se, também, que os partidos pequenos tenham feito coligações na maioria de suas participações eleitorais.

Vamos comprovar ou não essas hipóteses no período entre 1920, ano de aprovação da tese no segundo congresso, e 1933, quando Trotsky declara que a III Internacional está irremediavelmente perdida devido à sua derrota sem luta para o nazismo⁸⁴.

Embora não seja possível aqui aprofundar a análise política de cada processo eleitoral, lembramos que, em 1923 (ano da derrota da revolução alemã), abre-se uma etapa contrarrevolucionária mun-

84 Dados dos partidos obtidos na Wikipedia.

dial que se estenderia até o fim da Segunda Guerra Mundial. Nessas condições de correlação de forças desfavorável para a classe operária, seria de se esperar que houvesse uma tendência dos partidos da III Internacional de utilizar a tática de coligações eleitorais supostamente para não ficarem isolados.

Os principais partidos da III Internacional

PC da Alemanha (KPD)

O maior partido da III Internacional na Europa ocidental era o KPD, fundado em 1918, no calor da primeira revolução alemã e que, naquele ano, perderia seus dois principais dirigentes, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Sua primeira participação eleitoral foi em 1920, quando lançou candidaturas próprias para o parlamento e obteve 2,1% dos votos.

Em seguida, participou de eleições em 1924, 1925, 1930, 1932 e 1933, sempre com candidaturas próprias, tanto em eleições parlamentares quanto em eleições presidenciais. Mesmo nos anos de crescimento do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, o partido nazista, que participou das eleições até Hitler ser eleito primeiro ministro e fechar o parlamento com um golpe em 1933, o KPD lançou seus próprios candidatos.

Abaixo, apresentamos uma tabela em que se vê o ano da eleição, o tipo, a porcentagem de votos e a posição do KPD.

Ano	Tipo de eleição	% Votos	Posição
1920	Parlamentar	2,1	-
1924	Parlamentar	12,6	4
1925	Presidencial	7	4
1930	Parlamentar	13,3	3
Ano	Tipo de eleição	% Votos	Posição
1932	Parlamentar	16,9	3
1932	Presidencial	13,2	3
1933	Parlamentar	12,32	3
-		-	-

PC da França

O PC da França foi fundado em 1920 a partir de uma ruptura do Partido Socialista Francês, que era seção da II Internacional. Sua primeira participação eleitoral foi em 1924 com candidaturas próprias, obtendo 9,8% dos votos e 26 postos para o parlamento. A partir daí, sempre participa com candidaturas próprias.

Esta tática eleitoral é modificada apenas em 1936, em plena situação pré-revolucionária na França, depois da aprovação da política de Frente Popular pelo sétimo (e último) congresso da III Internacional, em 1934, já burocratizada. Naquele ano, o PCF fez coligação com um partido burguês, o Partido Radical, com uma forte base na pequena-burguesia e nas classes médias francesas. E, é claro, desviou a revolução ao terreno eleitoral até derrotá-la.

Abaixo, apresentamos uma tabela com a participação eleitoral do PCF.

Ano	Tipo de eleição	% Votos	Posição
1924	Parlamentar	9,8	4
1928	Parlamentar	11	5
1932	Parlamentar	8	3

PC italiano (PCI)

O PCI seria oficialmente fundado em 1921, mas enviou delegados ao segundo congresso. Foi fruto de uma ruptura do Partido Socialista italiano, no calor das ocupações de fábrica de 1920 e da reação contrarrevolucionária comandada pelo Partido Nacional Fascista de Mussolini, que chegou ao poder em 1922 e instaurou sua ditadura. Em função disso, o PC italiano participou de poucas eleições (em uma delas, Gramsci foi eleito deputado), mas, mesmo nessa situação adversa, apresentou candidaturas próprias.

Na situação de clandestinidade sob o fascismo, banido em 1926, o PC italiano foi stalinizado sob o comando de Palmiro Togliatti e resurgiu no fim da Segunda Guerra Mundial como o principal partido italiano e dirigente da resistência ao fascismo. Utilizou sua autoridade para devolver o poder à burguesia, seguindo as ordens de Stalin, e participou do esforço de reconstrução do país sob o capitalismo.

Abaixo a tabela com a participação eleitoral do PCI.

Ano	% Votos	Postos parlamentares
1921	4,6	15
1924	3,7	19

PC da Checoslováquia

O partido comunista da Checoslováquia era o segundo maior partido da Internacional em 1928. Nas eleições realizadas no período que estamos estudando, apresentou candidaturas próprias em 1925 (13,2%, segundo lugar e 41 postos no parlamento) e 1929 (10,2%, quarto lugar e 30 postos).

Os partidos pequenos da III Internacional

Vários partidos pequenos recém fundados participaram do segundo congresso da III Internacional e discutiram a tese eleitoral e, com certeza, a posição de Lenin sobre a Inglaterra, pois essa discussão fazia parte da pauta do congresso.

Cabe ressaltar aqui que, na discussão sobre a Inglaterra, um delegado daquele país (Ramsay) pediu: “deixe que os próprios comunistas britânicos decidam a questão” sobre a participação eleitoral do PC da Grã-Bretanha (CPGB). Lenin respondeu a esse pedido da seguinte forma:

Que tipo de Internacional seríamos se um pequeno partido viesse a nós e dissesse “alguns de nós são a favor e outros contra, deixem que decidamos entre nós”? Qual seria a necessidade de uma Internacional? Para que, então, fazer um congresso e uma discussão?”⁸⁵

Portanto, uma orientação do congresso da Internacional deveria ser seguida por seus partidos de forma centralizada. No entanto,

85 Em: *Lenin and Britain, his message to the British workers*, artigos selecionados por A. Lepeshinsky.

nenhum partido considerado pequeno seguiu a mesma orientação votada para o CPGB, de fazer uma aliança com os reformistas, mas seguiram o espírito da tese: “a campanha eleitoral deve ser conduzida não no sentido da obtenção do máximo de mandatos parlamentares, mas no sentido da mobilização das massas a partir das palavras de ordem da revolução proletária”.

Em outras palavras, fazer a divulgação de seu programa e lançar palavras de ordem que levassem as massas à ação sob este programa. Isso só podia ser feito com uma campanha eleitoral independente, com materiais e candidatos próprios, visando à mobilização das massas e não a coleta de votos, que era apenas um objetivo secundário.

Dos dados disponíveis dos partidos comunistas da Europa (Inglaterra, Polônia, Bélgica, Dinamarca, Suécia, Holanda, Hungria, Suíça, Polônia) e do PC dos Estados Unidos, verifica-se que todos lançaram candidaturas próprias nas eleições nas quais participaram, à exceção do Partido Comunista da Finlândia.

Este foi banido desde sua fundação até 1944. Por isso, ele formou frentes – sob seu controle – para participar de eleições. De 1920 a 1923, concorreu pelo Partido Socialista dos Trabalhadores da Finlândia, e de 1924 a 1930, pela Organização Eleitoral Socialista de Trabalhadores e Pequenos Proprietários (a mudança do nome da frente indica também uma mudança de sua política). O Partido Comunista espanhol, por sua vez, viveu todo o período banido sob a ditadura de Primo de Rivera, de 1923 a 1931. No entanto, quando voltou à legalidade, participou de uma eleição com candidaturas próprias, elegendo um deputado provincial. Logo depois, adotou a política de Frente Popular que viria a ser responsável pela derrota republicana na guerra civil espanhola.

Abaixo as tabelas com os dados de alguns desses partidos.

Estados Unidos

Ano	Candidato	% Votos
1924	William Z. Foster	0,13
1928	William Z. Foster	0,13

Bélgica

Ano	% Votos	Postos
1925		
1929		
1932		

Dinamarca

Ano	% Votos	Postos
1924	0,5	0
1926	0,4	0
1929	0,2	0

Inglaterra

Ano	% Votos	Postos
1922	0,2	1
1923	0,2	0
1924	0,2	1
1929	0,2	0

Noruega

Ano	% Votos	Postos
1924	6,1	6
1927	4,0	3
1930	1,7	0

Suécia

Ano	% Votos	Postos
1924	3,6	4
1928	6,4	8
1932	3	2

A raiz teórica da tática eleitoral

Portanto, salvo raríssimas exceções, todos os partidos comunistas da Europa ocidental e o norte-americano – que enviaram delegados ao segundo congresso da III Internacional – participaram de eleições com candidaturas próprias. As exceções, como a relatada acima, não decorriam da orientação de Lenin para a Grã-Bretanha, que era entendida como algo excepcional devido às condições particulares do Partido Trabalhista (LP).⁸⁶

Esta “prática geral” tinha raízes profundas na teoria dos partidos marxistas, desde a Liga Comunista, o partido fundado por Marx e Engels. Após a derrota das revoluções burguesas de 1848 pelas mãos da própria burguesia, Marx escreveu sua famosa “Mensagem ao Comitê Central da Liga Comunista” (1850), em que se lê numa das instruções:

Que sejam lançados candidatos operários em todos os locais em oposi-

86 Este não tinha estrutura centralizada e funcionava como um guarda-chuva para vários partidos (como o Socialista e o ILP), mais o partido parlamentar (PLP, isto é, sua bancada no parlamento, que tomava suas próprias decisões) e os sindicatos, que se organizavam à parte. No LP, havia completa liberdade para cada organização defender sua própria política e criticar a direção. Não é por outro motivo que Lenin chamou o LP de “estranho”, “peculiar”, “único” em sua intervenção no debate ocorrido no segundo congresso. Hoje, diríamos que Lenin defendeu um “entrismo *sui generis*” no LP e não uma aliança eleitoral, pois caracterizava que o LP poderia ganhar as eleições gerais de 1922 e se transformar num governo “kerenskista”, abrindo uma situação revolucionária e a possibilidade de tomada do poder pela classe operária. De fato, o LP teve uma vitória eleitoral em 1924, e Ramsay MacDonald tornou-se primeiro ministro, mas o momento para a abertura de uma situação revolucionária havia passado devido à derrota da revolução alemã.

ção aos candidatos democráticos da burguesia. Se possível, devem ser membros da Liga, e todos os esforços devem ser feitos para sua eleição. Mesmo onde não houver chances eleitorais, os operários devem lançar seus próprios candidatos para preservar sua independência, para avaliar suas próprias forças e para levar as posições revolucionárias e o ponto de vista do partido à opinião pública.⁸⁷

E completava afirmando que as vantagens obtidas com tal participação independente eram infinitamente maiores que as desvantagens resultantes da presença de alguns reacionários no parlamento.

A orientação de Marx e Engels para a Liga Comunista seria seguida à risca pelo Partido Operário Social Democrata da Alemanha⁸⁸ (SDAP), que aprova a seguinte resolução proposta por Bebel e W. Liebknecht numa conferência nacional em 1870: “O SDAP participa das eleições e em debates [parlamentares] **apenas** por razões de agitação e para usar qualquer oportunidade para desmascarar o Parlamento pela comédia que ele representa”⁸⁹. O germe da tese aprovada pelo segundo congresso da III Internacional já estava presente nesta resolução.

Em 1889, W. Liebknecht escreveria uma pequena brochura com o título *Nenhum compromisso – Nenhum acordo eleitoral*, para combater a posição do jovem Bernstein de fazer alianças eleitorais com os partidos burgueses liberais e transformar o SPD num “partido do povo” (em oposição a um partido da classe operária). Nesse texto, W. Liebknecht afirma que o partido deveria enfrentar seus inimigos abertos (o governo e a reação feudal) com sentimentos de desprezo e piedade, mas “o inimigo que nos estende a mão para um acordo eleitoral e penetra sorrrateiramente em nossas fileiras como um amigo e irmão é o único inimigo que temos a temer”⁹⁰. E afirma que as rela-

87 www.marxists.org/archive/marx/works/1847/communist-league/1850-ad1.htm

88 O Partido Operário Social Democrata da Alemanha (SDAP) foi fundado em 1869 por Bebel e Wilhelm Liebknecht com o apoio de Marx e Engels. Em 1975, ocorreu a fusão com o partido dirigido por Lassalle, a Associação Geral de Operários Alemães, para formar o Partido Operário Socialista (SAPD), depois Partido Social Democrata da Alemanha (SPD).

89 Em: W. L. Guttsman, *The Social Democratic Party, 1875-1933*.

90 <https://www.marxists.org/archive/liebknecht-w/1899/nocomp/index.htm>

ções momentâneas que o SPD tem com outros partidos não podem nunca se transformar em alianças políticas, mesmo que momentâneas, como é o caso das alianças eleitorais.

Em 1906, Lenin escreveu o prefácio para a tradução ao russo do texto de W. Liebknecht, utilizando-o para combater a posição dos mencheviques (particularmente de Plekhanov), que defendiam a realização de uma aliança eleitoral com os Kadetes para a II Duma. Lenin alertava que “o importante para nós aqui é notar o método de raciocínio de Liebknecht”⁹¹, e, em nosso caso, também o de Lenin. Isso porque muitos alegam que Lenin combatia as alianças com os Kadetes por ser esse um partido burguês. Na verdade, tanto Liebknecht quanto Lenin não apontavam suas armas a tais partidos pelo seu caráter burguês, mas por estes serem inimigos das próprias revoluções democrático-burguesas, tanto da alemã, em 1848, quanto da ocorrida na Rússia em 1905.

Por isso, Lenin criticava o esquematismo dos mencheviques, que deduziam as “relações concretas entre os socialdemocratas russos e os Kadetes do ‘conceito geral’ de revolução burguesa, em vez de estudar as características específicas reais da revolução burguesa russa”, isto é, sua política eleitoral estava subordinada à dinâmica concreta da revolução na Rússia e não a esquemas abstratos ou à situação momentânea do país.

Seguindo o **método de raciocínio** de Liebknecht, Lenin dizia para a Rússia de 1906: “A Duma das Centúrias Negras seria um mal menor do que o obscurecimento dos antagonismos de classe e das fronteiras do partido por acordos eleitorais com os Kadetes”. Para nós, cem anos depois, basta substituir “Centúrias Negras” por “representantes da burguesia” e “Kadetes” por “reformistas” para chegarmos à mesma conclusão.

Por isso, o SPD de Liebknecht participou de todas as eleições em sua fase revolucionária com candidaturas próprias, inclusive quando foi posto na clandestinidade pelo governo de Bismarck entre 1878 e 1890. A legislação proibia a existência de qualquer organização socialista, a publicação de sua literatura e qualquer agitação (atos públicos, passeatas, comícios eleitorais etc.). Porém permitia a participação eleitoral individual. O SPD poderia buscar o guarda-chuva de partidos que aceitariam seus candidatos, como o Partido Progressista (um partido burguês que foi contra a lei de banimento do SPD), mas preferiu lançar candidatos individuais. Obteve 9,7% dos votos

91 <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1906/dec/00.htm>

em 1890. Após essa eleição, a legislação antissocialista foi revogada por ser inútil, e, em 1893, o partido obteve 23,2%.

Da mesma forma, os bolcheviques lançaram candidaturas próprias para três Dumas (a primeira foi boicotada), para as eleições municipais de abril de 1917, para a Conferência Democrática de setembro de 1917, para a Assembleia Constituinte e mesmo para as eleições distritais de Petrogrado em junho de 1917. Devido à aliança dos mencheviques com os Kadetes para a eleição à II Duma⁹², a campanha bolchevique incorporou a denúncia da política reformista dos mencheviques.

Uma questão de princípios

É comum para os revolucionários afirmar que a participação eleitoral é tática, pois nossa estratégia é a revolução social. De fato, a tese da III Internacional defendia essa posição ao combater a posição “antiparlamentar como princípio”. Isto é, participar ou não das eleições burguesas é considerado uma tática e não um princípio.

No entanto, foi feita uma extrapolação indevida desse conceito, ao se afirmar que as alianças eleitorais com os partidos reformistas também seriam uma questão tática⁹³. Na verdade, a tática é levada em conta apenas no momento de se definir a participação (ou não) numa eleição burguesa. Independentemente dessa decisão tática, a questão do programa revolucionário e das alianças eleitorais são uma questão de princípios. Era assim que Lenin encarava este problema no prefácio já mencionado:

Os acordos eleitorais não são prejudiciais ao que temos de mais caro: “a pureza dos princípios” da social-democracia? Ai de mim! Esta questão já foi respondida pela realidade da vida política russa em fatos que fazem os ope-

92 Na eleição à II Duma (março de 1907), os bolcheviques fizeram um acordo técnico com os socialistas revolucionários e os trudoviques devido à aliança dos mencheviques com os Kadetes. Este acordo não envolveu o programa e visava à votação comum dos representantes eleitos por partido nos estágios seguintes, sendo que os bolcheviques garantiriam seus representantes eleitos pela cúria operária.

93 Seria necessário um estudo aprofundado para determinar os motivos pelos quais os trotskistas, depois da morte de Trotsky, adotaram tal posição.

rários conscientes⁹⁴ corar de vergonha.

De que os operários corariam de vergonha? Lenin explica:

Os mencheviques nos asseguraram em suas resoluções, prometeram e juraram em reuniões, que não iriam mais longe do que os acordos técnicos, que continuariam a **luta ideológica** contra os Kadetes, que por nada nesse mundo eles iriam se desviar por um milímetro de seus princípios socialdemocratas, de seus slogans puramente proletários.

E qual foi o resultado? Nada menos que Plekhanov, em pessoa, foi bater à porta da imprensa Kadete para oferecer uma palavra de ordem pela “meta-de”, nem Kadete, nem socialdemocrata, mas agradável a todos e não ofensiva a ninguém: “Pela Duma com plenos poderes”.

Por fim, Lenin completa seu raciocínio:

Sim, bem que Liebknecht poderia dizer que também no partido alemão dificilmente houvesse alguém que quisesse desviar-se “dos princípios do partido”. Mas não é uma questão do que alguém quer, mas a que lugar a força das circunstâncias leva o partido por ter cometido um passo em falso. Plekhanov, também, tinha a melhor das intenções: paz e boa vontade com os Kadetes contra o perigo dos Centúrias Negras; mas o resultado foi uma infâmia e desgraça para os socialdemocratas.

Parafrazeando Lenin, podemos dizer: quão cruelmente essas palavras sinceras, simples, orgulhosas e francas sobre o mal que acordos eleitorais fazem aos **princípios** revelam-se justificadas quando se rebaixa o programa para consegui-los!⁹⁵

94 Os operários socialdemocratas.

95 A frase de Lenin era: “Quão cruelmente as palavras sinceras, simples, orgulhosas e francas de Liebknecht sobre o mal que acordos [eleitorais] fazem aos

Portanto, a participação eleitoral é tática, mas fazer alianças eleitorais com reformistas – e não meros acordos técnicos – que, pela força das circunstâncias, levam à descaracterização do programa e ao abandono, na prática, da luta de classes, aí passamos a uma questão de princípios.

É essa a lição que os bolcheviques e a III Internacional, através da tese “O Partido Comunista e o Parlamento”, aprovada em seu segundo congresso, deixaram às gerações futuras de partidos revolucionários. Que nós saibamos aproveitá-la para não sucumbir à tentação de fazer acordos eleitorais com partidos reformistas em busca de mais votos ou de eleger parlamentares.

princípios revelaram-se justificadas neste caso!”



LITERATURA E REVOLUÇÃO

O direito ao pão, o direito à poesia

No 400º aniversário da morte de William Shakespeare

Roberto Herrera Zúñiga

Neste artigo, estudaremos as relações entre a obra de William Shakespeare e o pensamento marxista. Este trabalho pretende fazer uma pequena contribuição e uma pequena homenagem a dois grandes homens: William Shakespeare, um poeta imortal, patrimônio comum da humanidade, e Karl Marx, chefe do proletariado revolucionário e grande admirador da obra do poeta inglês.

1. O poeta do perseguido.

Sweet are the uses of adversity, Which, like the toad, ugly and venomous,
Wears yet a precious jewel in his head; And this our life exempt from public
haunt Finds tongues in trees, books in the running brooks, Sermons in stones
and good in everything.

(As you like it. Duke Senior, Act II, Scene I)

Doce é o fruto da adversidade, que, como o sapo, feio e venenoso, leva sempre uma joia na cabeça; assim, nossa vida, isolada do tratamento social, encontra línguas nas árvores, livros nos córregos, sermões nas pedras e o bem em todas as coisas.

(Do jeito que você gosta. Duque Maior, Ato II, cena I)

Em 1865, as irmãs Laura e Jenny Marx, de 20 e 21 anos, respecti-

vamente, seguindo um jogo que estava na moda na época, aplicaram um questionário em seu pai Karl Marx. O questionário, hoje conhecido como Questionário de Proust, tinha uma vintena de perguntas que procuravam averiguar informações sobre o entrevistado, algo que se usava antes de existirem as redes sociais. A pergunta número 11 consistia em responder qual era o poeta favorito do entrevistado. Seu pai respondeu: “Shakespeare, Ésquilo, Goethe”.⁹⁶

Paul Lafargue, que três anos depois, em 1868, se casaria com Laura Marx, tornando-se genro de Karl Marx, escreveu, em 1891, um texto em que recorda da seguinte forma a vida da família Marx e a importância que Karl Marx dava a estes poetas. Disse Lafargue sobre Karl Marx: “Conhecia de cabeça Heine e Goethe e os citava com frequência nas suas conversas; era leitor assíduo dos poetas em todas as línguas europeias. Lia Ésquilo todos os anos no original grego. O considerava, junto com Shakespeare, como um dos maiores gênios dramáticos que a humanidade já havia produzido. Seu respeito por Shakespeare era ilimitado: fez um estudo detalhado de suas obras e conhecia até o menos importante de seus personagens. Toda sua

96 O Questionário de Proust que Jenny e Laura Marx aplicaram em seu pai diz o seguinte:

“Virtude favorita: a simplicidade

Virtude favorita no homem: a força

Virtude favorita na mulher: a fraqueza

Sua característica principal: a simplicidade de propósito

Ideia de felicidade: lutar

Ideia de desgraça: a submissão

O vício que mais desculpa: a credulidade

O vício que mais detesta: o servilismo

Aversão: Martin Tupper

Ocupação favorita: frequentar biblioteca

Poeta favorito: Shakespeare, Esquilo, Goethe

Escritor favorito: Diderot

Herói favorito: Espartaco, Kepler

Heroína favorita: Gretchen

Flor favorita: Dafne

Cor favorita: vermelho

Nome favorito: Laura, Jenny

Prato favorito: peixe

Máxima favorita: ‘Sou humano e nada do humano me é estranho.’ (Terêncio)

Lema favorito: ‘Há de duvidar de tudo.’ (KOHAN, 1998, p. 264)”

família fazia um verdadeiro culto ao dramaturgo inglês; suas três filhas sabiam muitas de suas obras de cabeça” (ENGELS. 1976, pp. 112-113).

O pai das jovens Marx estava no momento mais criativo e crítico de sua vida. Em 1864, tinha fundado a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a I Internacional, um esforço dos operários de vanguarda dos países capitalistas para garantir a independência política do proletariado e preparar as condições para a conquista do poder político por estes.⁹⁷

À frente do processo, encontravam-se Karl Marx e Friedrich Engels. Junto a este esforço, somou-se também Paul Lafargue e as filhas de Marx, Laura e Jenny. Eleonora, a menor, se incorporaria depois à Liga Socialista da Inglaterra.⁹⁸

97 Marx, depois da derrota das revoluções de 1848 e a conseqüente decomposição da Liga dos Comunistas, se recusou a participar de qualquer tentativa de reorganização operária e comunista. Pareciam-lhe esforços estéreis que o distraíam de seu trabalho científico, ainda que postergasse esses trabalhos com gosto “sempre que se tratava de um trabalho benéfico para a causa proletária” (MEHRING, 1967, p. 332). Este foi o caso do processo que terminou com a fundação da I Internacional. No dia 4 de novembro de 1864, Karl Marx escreveu a seu amigo Friedrich Engels, dizendo-lhe sua caracterização deste processo de organização operária: “Soube que desta vez estavam em jogo verdadeiros ‘poderes’, tanto do lado de Londres, quanto do de Paris, pelo qual decidi quebrar minha firme regra de recusar tais convites” (MARX e ENGELS, 1973, p. 139). Franz Mehring, biógrafo de Marx, apresenta a seguinte caracterização do significado histórico da I Internacional: “[a Associação Operária Internacional] não era o resultado do trabalho de um indivíduo nem um ‘corpo pequeno com uma grande cabeça’, nem uma banda de conspiradores errantes; não era nem uma sombra fingida, nem um monstro voraz, como afirmava, pitoresca e alternativamente, a fantasia dos arautos capitalistas, estimulados pelos escrúpulos de sua consciência. Era simplesmente uma forma transitória da luta pela emancipação do proletariado, cujo caráter histórico a fazia, ao mesmo tempo, necessária e precíval”. (1967, p. 325)

98 “Eleonor nasceu numa Grã-Bretanha que não era mais uma democracia eleitoral. Os homens da classe trabalhadora, as mulheres e os pobres não podiam votar. Porém a vida de Eleonor é um dos acontecimentos mais importantes e interessantes da história do socialismo britânico. Nenhum indivíduo, desde Mary Wollstonecraft, fez uma contribuição tão profunda e revolucionária ao pensamento político e à ação. (...) ‘Eleonor veio ao mundo para colocar em prática e verificar o que havia aprendido de Marx e Engels. Sua busca por seguir adiante para viver, rapidamente a levou a novos mundos: os reinos culturais do teatro moderno radical,

O programa da AIT continua sendo, em muitos sentidos, nosso objetivo: “a emancipação da classe operária deve ser obra dos próprios operários; que a luta pela emancipação da classe operária não seja uma luta por privilégios e monopólios de classe, mas sim pelo estabelecimento de direitos e deveres iguais e pela abolição de todo privilégio de classe”. (MARX e ENGELS, 1976 [1864], p. 14)

Ao pai das jovens Marx, no momento em que elas aplicaram para ele o Questionário de Proust, lhe faltavam ainda dois anos de trabalho árduo para concluir uma parte importante do trabalho de sua vida, o primeiro volume de *O Capital*, uma crítica da economia política.

Este texto, ao qual Karl Marx tinha dedicado a sua vida, buscava entregar ao proletariado mundial uma arma esplêndida, um míssil para ser usado contra a burguesia (MARX, citado em KOHAN, 2003, p. 15), a primeira crítica científica ao capitalismo, uma anatomia de corpo inteiro do sistema capitalista contemporâneo, um guia com o qual o exército moderno do proletariado poderia conhecer as debilidades e os pontos fortes de seu inimigo capitalista, um mapa para o combate que estava por vir pela emancipação do proletariado.

O educado gosto literário das jovens Marx logo foi uma peça chave na difusão de *O Capital*. Laura contribuiu com seu pai e com Engels na tradução francesa de *O Capital*. Quando Jenny morreu, aos 38 anos, a menor das irmãs Marx, Eleonora, trabalhou arduamente na tradução inglesa de *O Capital*.

O impacto do primeiro tomo da obra de Karl Marx no proletariado mundial foi gigantesco. Em 1903, vinte anos depois da morte de Karl Marx, Rosa Luxemburgo dizia como “os operários, participantes ativos na luta de classes”, encontraram, no primeiro tomo de *O Capital*, (...) “a explicação científica da exploração, (...) a elucidação da tendência até a socialização do processo de produção, ou seja, a explicação científica das bases objetivas da revolução socialista”. (1976, p. 141).

Com o primeiro tomo de *O Capital*, “que deduz que a ‘expropriação dos expropriadores’ é o resultado inevitável e definitivo da produção de mais valia e de concentração progressiva do capital”, estava satisfeita “a necessidade essencial do movimento operário” (*op. cit.*,

a novela contemporânea e os círculos artísticos do começo do Bloomsbury boêmio. Foi uma pioneira do ibsenismo na Grã-Bretanha. Traduziu Madame Bovary, de [Gustave] Flaubert, para o inglês pela primeira vez. Inclusive subiu ao palco – às vezes com resultados hilários mal dirigidos. Também foi a primeira biógrafa de seu pai.” (HOLMES, 2014).

p. 141)⁹⁹.

No primeiro tomo de *O Capital*, Marx responde a uma velha pergunta, uma pergunta que ele mesmo, em sua juventude, havia encontrado em seus poetas adorados. Sófocles, o poeta autor de *Antígona*, havia dito pela voz de Creonte:

De todas as instituições humanas, nenhuma como a do dinheiro trouxe aos homens consequência mais nefasta. É o dinheiro que devasta as cidades, que tira os homens das casas, que seduz as almas virtuosas e as incita a ações vergonhosas; é o dinheiro que, em todas as épocas, fez os homens cometerem todas as perfídias e que ensinou a prática de todas as impiedades. (SÓFOCLES, 2001, p. 9)¹⁰⁰

A pergunta é clara. Sófocles apresenta um dilema que tirou o sono

99 Os fragmentos que reproduzimos fazem parte do artigo “Estagnação e progresso do marxismo”. Nesse, artigo Rosa Luxemburgo polemiza com autores, como Bernard Shaw e Henry Hyndman, que defendiam que o marxismo estava estagnado (o primeiro) ou que a visão global do marxismo estava contida inteiramente no primeiro tomo de *O Capital* (o segundo). Luxemburgo repulsa tais posições. Sua opinião é completamente oposta. Ela sustentava que “Marx, em sua criação científica, nos ultrapassou enquanto partido de lutadores. Não é certeza que Marx já não satisfaz nossas necessidades. Pelo contrário, nossas necessidades é que ainda não se adequam à utilização das ideias de Marx”. Por isso, é importante ressaltar que este fragmento de Rosa Luxemburgo, não é um chamado a “adaptar-se à realidade”, mas o contrário. Luxemburgo vê que o impacto extraordinário que teve o primeiro tomo de *O Capital* tem a ver com certa inércia prática das necessidades urgentíssimas do movimento operário e de uma espécie de preguiça e adaptação intelectual dos círculos dirigentes da socialdemocracia internacional.

100 Este fragmento da *Antígona* de Sófocles é reproduzido por Marx na nota 92 do primeiro tomo de *O Capital*. A citação está abaixo da seção Livro I, Seção I, capítulo III. “O dinheiro”, a) Entesouramento. A obra que estamos usando é a tradução por Pedro Scaron, editada pela Siglo XXI Editores. Segundo Scaron a tradução utilizada das tragédias de Sófocles é a versão castelhana das Obras Completas de Esquilo e Sófocles traduzida por José Alemany Boiufer em 1957. Nós, para citarmos Sófocles, temos usado uma versão do ano de 2001, da Pehuan Editores. O texto da Pehuan coincide, palavra por palavra, com a versão que Scaron usa, ainda que não saibamos se é a tradução de Alemany, porque a edição digital não diz.

de poetas e filósofos por séculos sem que nenhum deles pudesse encontrar uma resposta científica: por que o dinheiro é mais importante que os seres humanos? Como é possível que o dinheiro corrompa os homens e suas instituições? Como é possível que o dinheiro vire o mundo de cabeça para baixo?

Em 1844, Marx escreveu, como parte de seus estudos preliminares, uma série de cadernos e fragmentos. Esses textos se mantiveram inéditos até 1932 e, hoje, são conhecidos como os *Manuscritos Econômico Filosóficos*, de 1844. É um trabalho muito preliminar dos estudos de Marx. Num fragmento em que escreve sobre o dinheiro, diz:

O que o dinheiro é para mim, o que posso pagar, ou seja, o que o dinheiro pode comprar, isso sou eu, o possuidor do dinheiro. Minha força é tão grande quanto é a força do dinheiro. As qualidades do dinheiro são minhas – de seu possuidor – qualidades e forças essenciais. O que eu sou e o que posso não está determinado, de modo algum, por minha individualidade. Sou feio, porém posso comprar para mim a mulher mais bela. Logo não sou feio, pois o efeito da feiúra, sua força afugentadora, é aniquilada pelo dinheiro. Segundo minha individualidade, sou tolhido. Porém o dinheiro me consegue 24 pés. Logo, não sou tolhido; sou um homem mal e sem honra, sem consciência e sem inteligência, porém se honra o dinheiro, logo também ao seu possuidor. O dinheiro é o bem supremo. Logo, seu possuidor é bom; o dinheiro me evita, além disso, a moléstia de ser desonesto. Logo, presume-se que sou honesto; sou estúpido, porém o dinheiro é o verdadeiro espírito de todas as coisas, como poderia não ter inteligência seu possuidor? Ele pode, afinal de contas, comprar para si gente inteligente. E não é quem tem poder sobre as pessoas inteligentes mais talentoso que o talentoso? Eu, que pelo dinheiro posso tudo o que o coração humano quer, não possuo todos os poderes humanos? Por acaso o meu dinheiro não transforma todas as minhas carências no contrário? (MARX, 1974, p. 178)

A evolução do pensamento econômico de Marx e sua compreensão do conjunto do sistema capitalista avançaram e se aperfeiçoaram muito. Para o ano de 1867, no primeiro tomo de *O Capital*, faz a seguinte reflexão sobre o dinheiro:

(...) o dinheiro não deixa transparecer que é o que virou hoje, tudo, mercadoria ou não mercadoria, se converte em dinheiro. Tudo vira comercial e adquirível. A circulação se transforma na grande retorta social, na qual tudo é lançado para que saia dali convertido em cristal de dinheiro. Não resistem a essa alquimia sequer os ossos dos santos [coisas sacrossantas, excluídas do comércio humano] e, menos ainda, as coisas toscas. Como no dinheiro se extinguiu toda diferença qualitativa entre as mercadorias, ele por sua vez, em sua condição de nivelador radical, extingue todas as diferenças. Porém o próprio dinheiro é mercadoria, uma coisa exterior, passível de se converter em propriedade privada de qualquer um. O poder social se converte, assim, em poder privado pertencente a uma pessoa. (1982, p. 161)

A evolução do pensamento de Marx, dos rascunhos de 1844 até *O Capital*, é muito significativa, acima de tudo os descobrimentos de uma série de conceitos chave para entender a moderna economia capitalista: o conceito de trabalho abstrato, a crítica ao fetichismo da mercadoria etc.

Contudo, entre o momento inaugural de seu pensamento e sua culminação, o exemplo que Marx usa para exemplificar o caráter do dinheiro é o mesmo, um fragmento de *Timão de Atenas*, de William Shakespeare (maior nos *Manuscritos*, de 1844, mais reduzido em *O Capital*):

Ouro! Ouro maravilhoso, brilhante, precioso! Não, oh deuses, não sou homem que faça orações inconsequentes! (Simples raízes, oh céus puríssimos!) Um pouco dele pode fazer do branco, negro; do feio, bonito; do falso, verdadeiro; do plebeu, nobre; do velho, jovem; do covarde, valente, oh deuses! Por quê? Este vai arrancar de vosso lado vossos sacerdotes e vossos capachos; vai retirar a almofada debaixo da cabeça do homem mais robusto; este escravo amarelo vai atar e desatar laços sagrados, bem dizer os malditos, fazer adorável a lepra repugnante, dar lugar aos ladrões e fazê-los sentar-se entre os senadores, com títulos, genuflexões e louvores; é ele que faz a viúva inconsolável voltar a se casar e que perfuma e embalsama, como um dia de abril, aquela que entregariam o estômago, o hospital e as próprias úlceras. Vamos, poeira maldita, prostituta comum de todo o gênero humano que semeia a discórdia entre as nações, vou fazer-te executar o que é próprio de sua natureza. (MARX, 1974, pp. 177-178) (MARX, 1982, p. 161)

E depois:

Ó tu, doce regicida, amável agente do divórcio entre o filho e o pai! Brilhante corruptor do mais puro leite de himeneu! Valente Marte! Galanteador sempre jovem, fresco, amado e delicado, cujo esplendor funde a neve sagrada que descansa sobre o seio de Diana! Deus visível que soldas as coisas absolutamente contrárias da Natureza e as obriga a se abraçarem; tu, que sabes falar todas as línguas (XLII) para todos os designios. Ó, tu, pedra de toque dos corações, pensa que o homem, teu escravo, se rebela, e pela virtude que em ti reside, faz que nasçam entre eles querelas que os destruam, a fim de que as bestas possam ter o império do mundo...! (MARX, 1974, p. 177).

No saber e na sensibilidade dos poetas clássicos como Sófocles e, acima de tudo, em Shakespeare, Marx encontrou uma denúncia estética de um fenômeno social que no capitalismo voltou a ser central: tudo se transforma em mercadorias. A acumulação capitalista predomina sobre a vida humana, e suas possibilidades de reprodução, o valor de troca, predomina sobre o valor de uso, o trabalho abstrato predomina sobre os trabalhos concretos. Os seres humanos reais concretos e vivos são sacrificados como nos velhos mitos religiosos a uma abstração divinizada ao Deus mercado.¹⁰¹

Quando milhares de trabalhadores e jovens se levantam em todas as partes do mundo ao grito de “não somos mercadoria”, fazem uma

101 Enrique Dussel ressalta no seu texto “As metáforas teológicas de Marx”: “A lógica do movimento dialético do conceito de capital é ‘sacrificia’: o trabalho vivo incluído no capital é ‘oferecido’ como o cordeiro para o sacrifício, objetiva a sua vida no valor do produto (e do seu ‘sangue’ na criação de mais valia que se acumula no capital como negação do ser, como morte do operário). A acumulação é o momento em que o sacrifício se consuma, em que a vida objetivada passa a ser, irreversivelmente, vida do capital (vida morta do operário). Para repetir o que foi dito num texto dos *Grundrisse*: ‘O dinheiro é como o açougueiro de todas as coisas, como Moloch para o qual tudo é sacrificado (geopfert) [...] O dinheiro figura efetivamente como o Moloch, cujo altar é onde é sacrificada (geopfert) a riqueza real’. Para Marx, esta religião ‘mundana’, secular (que não é a ‘teologia da secularização’ norte-americana, mas o contrário, porque é a afirmação religiosa da aparente secularidade do capital, é a conversão em ‘campo religioso’ do anteriormente decretado como não religioso, secular), tem seus adoradores, seu culto e holocaustos, circulação vivificante do fetiche, graças ao sangue humano” (1993, pp. 217-218).

grande homenagem à Marx e a Shakespeare.¹⁰²

O fantasma e a toupeira velha

Not marble, nor the gilded monuments
Of Princes shall outlive this powerful rhyme,
Of Princes shall outlive this powerful rhyme,
But you shall shine more bright in these contents
Than unswept stone, besmear'd with sluttish time.
(Sonnets LV)

Nem mármore, nem áureos monumentos
De príncipes poderão sobreviver ao poder destas rimas
De príncipes poderão sobreviver ao poder destas rimas
Mas você há de brilhar mais luminosa que no aqui contido,
Que uma pedra descuidada, cheia das marcas do tempo.
(Soneto LV)

As palavras belas não podem mudar o mundo. Quantas vezes as palavras dos profetas foram ineficazes para mudar uma injustiça? Quantas vezes as poesias não puderam evitar tragédias?

O jovem Marx sabia disso desde cedo, sabia que para mudar o mundo era necessário a “crítica das armas”. Porém, para chegar nesse ponto, eram necessárias as “armas da crítica”. Dentro da crítica ao sistema capitalista, podemos encontrar várias metáforas shakespearianas que serviram para melhorar a compreensão da crítica marxista à sociedade capitalista e sua proposta sobre como superar esta sociedade.

Sobre o estilo literário de Marx, diz Ludovico Silva:

102 “Nós os desempregados, os mal remunerados, os subcontratados, os precários, os jovens, queremos uma mudança e um futuro digno”. Assim começa a apresentação da plataforma com a qual, no próximo domingo, sairão às ruas para protestar contra as medidas que estão sendo tomadas pela crise. O lema é “Democracia Real já, não somos mercadoria nas mãos de políticos e banqueiros”. À iniciativa, somaram-se organizações sociais, associações de vizinhos e associações cidadãs. (Periodismohumano, 2011).

Ao longo da obra de Marx, nota-se a aparição periódica constante de algumas grandes metáforas, uma espécie de metáforas-matrizes que abarcam todas as outras figuras literárias e servem na sua totalidade. São as metáforas com a qual ilustra sua concepção da história e, ao mesmo tempo, as que servem, frequentemente, para formular suas implacáveis críticas contra ideólogos e economistas burgueses.

Seria necessário um volume completo para estudar detalhadamente essas vastas metáforas. Elas não cumprem um papel puramente literário ou ornamental. Separado de seu valor estético, alcançam em Marx um valor cognitivo como apoio expressivo da ciência. Equivoca-se quem acredita que as metáforas não são uma fonte de conhecimento; podem não representar um conhecimento exato, mas têm valor cognitivo. (1980, pp. 52-53).

Uma das primeiras metáforas marxistas vindas de imagens shakespearianas que encontramos é a imagem de “o sólido que se desmancha no ar”. Há uma conhecida passagem do *Manifesto Comunista* que analisa a forma em que a modernidade capitalista produziu “dramáticas instabilidades vinculadas ao processo de industrialização e mercantilização e ao declínio das estruturas comunitárias seculares” (RENDUELES, 2007). Dizem Marx e Engels:

A burguesia não pode existir a não ser com a condição de revolucionar, incessantemente, os instrumentos de produção e, conseqüentemente, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais precedentes. Uma revolução continua na produção, uma incessante comoção de todas as condições sociais, uma inquietude e um movimento constante distinguem a época burguesa de todas as anteriores. Todas as relações estancadas e mofadas com seu cortejo de crenças e ideias veneradas durante séculos, tornam-se podres; as novas tornam-se velhas antes de ser possível se solidificarem. Tudo que é estamental e estancado se desvanece; tudo que é sagrado é profanado, e os homens, ao final, se veem forçados a considerar serenamente suas condições de existência e suas relações recíprocas.¹⁰³ (1976, p. 114)

103 Não há uma edição crítica deste texto canônico de Marx e Engels. Enquanto

A ideia, ainda que simples, é difícil de captar, na sua profundidade. O capitalismo e a lógica da produção de mercadorias organizaram de maneira capitalista o conjunto da existência social, e não pode mais que continuar e aprofundar este processo. É assim que destrói todas as formas de existência social não capitalistas: a dependência moral, as obrigações comunitárias, os serviços públicos, o acesso e o controle natural do meio ambiente, os laços e obrigações de cuidado familiar etc. e as substitui por relações puramente mercantis.

Cesar Rendueles representa da seguinte maneira, a forma em que se viveu o cataclisma social que produziu a introdução do capitalismo nas sociedades tradicionais:

De Caxemira a Xanxim, de Mato Grosso à Etiópia, o mundo se converteu num pesadelo. Os missionários, uma das fontes habituais para conhecer o que acontecia em lugares remotos nessa época, falavam de cenas aterrozzantes. As pessoas utilizavam qualquer coisa como alimento – folhas de árvores, cachorros, ratos, os tetos de suas casas, bolas de terra... – antes de começar a devorar cadáveres humanos e, finalmente, matar seus próprios vizinhos para comê-los.

Na verdade, a antropofagia foi um passo a mais, e não necessariamente o último, de um processo generalizado de demolição da arquitetura social. Ao longo de um território imenso, a autoridade legal se desvaneceu como se se tratasse de uma fantasia já insustentável, os templos foram usados como lenha, as pessoas vendiam como escravos seus próprios familiares, a bandidagem se generalizava... No transcurso de poucos anos, estruturas comunitárias milenares se desvaneceram quase sem deixar rastro. (...) Entre 1885 e 1908, o chamado Estado Livre do Congo – a futura República Democrática do Congo – foi, literalmente, propriedade privada de Leopoldo II, rei da Bélgica, que instaurou uma impiedosa hibridação do turboempresariado, escravismo e ultraviolência. (2013, p. 10).

elaborávamos este artigo, com uma revisão não-exaustiva, encontramos pelo menos cinco traduções castelhanas diferentes do *Manifesto Comunista*, em que as traduções são diferentes. Em todas as edições que revisamos, o sentido social e político do fragmento é claro, justamente pela construção estilística de Marx. Os distintos tradutores fazem construções poéticas bastante diferentes entre si ao querer traduzir o texto para o espanhol. Decidimos usar a tradução da Editorial Progreso por uma razão puramente técnica e não estilística para citar somente uma versão do *Manifesto Comunista*.

Marx é cheio de exemplos desse tipo em seu capítulo dedicado à acumulação originária do capital.

A forma com quem o capitalismo destrói e corrompe brutalmente, para rapidamente reorganizar de maneira capitalista todas as relações sociais encontrou em Samuel Moore, o amigo pessoal da família Marx e tradutor do *Manifesto Comunista* em inglês, uma expressiva forma de explicar esta análise social. A forma era uma homenagem de Moore a Shakespeare e ao gosto devoto de Marx por esse poeta. O tradutor inglês escreveu: “tudo que é sólido derrete no ar, e tudo que é sagrado é profanado, e os homens, no final das contas, são forçados a enfrentar as reais condições das suas vidas e relações com outros homens”.

A tradução para o português¹⁰⁴ seria: “Tudo que é sólido desvanece no ar; tudo que é sagrado é profanado, e os homens, no final das contas, se veem forçados a considerar serenamente suas condições de existência e suas relações recíprocas”.

Segundo José Sazbon, em seu texto “O fantasma, o ouro, a toupeira: Marx e Shakespeare”, a referência é clara. É uma referência ao discurso de Hamlet, ato I, cena V: “O! That this too too solid flesh would melt / Thaw and resolve itself into a dew”. A tradução seria: “se esta carne, sólida em excesso, pudesse se dissolver, fundir-se e se resolver em orvalho!”.¹⁰⁵

Dessa forma, o drama de Hamlet ilustra o drama social do surgimento do mundo que permitiu o surgimento do drama shakespeariano.

A segunda grande metáfora é a metáfora da velha toupeira, uma metáfora que tem um longo desenvolvimento na história do pensamento.

As ficções (fábulas, lendas, mitos) fazem, de maneira permanente, metáforas entre a práxis e os valores humanos e as atitudes animais, a tartaruga e a lebre, metáfora da tenacidade e a desistência, a cigarrinha e a formiga, metáforas do trabalho e do ócio, a coruja símbolo da sabedoria.¹⁰⁶

104 Traduzido do espanhol. (Nota do tradutor)

105 Temos respeitado a tradição de Shakespeare por José Sazbon. O autor indica que para elaborar seu artigo ele mesmo traduziu diretamente do inglês.

106 “Devemos acrescentar que, nas sociedades em que o mito ainda está vivo, os indígenas distinguem cuidadosamente os mitos —‘histórias verdadeiras’— das fábulas ou contos, que chamam ‘histórias falsas’. Os Pawnee fazem uma distinção entre as ‘histórias verdadeiras’ e as ‘histórias falsas’, e colocam entre as ‘histórias

Um texto que funda a ciência política moderna fala da política como uma prática que precisa “da força do leão e da astúcia da raposa”.

A imagem da velha toupeira inspira-se num fragmento de *Hamlet*, de Shakespeare. Neste drama, o príncipe Hamlet se dirige da seguinte forma ao fantasma de seu pai: “Assim se fala, velha toupeira! Poderás trabalhar rápido embaixo da terra? Um pioneiro digno!”. Nesta imagem poética, a velha toupeira é a imagem que representa o peso do passado atuando no presente.

Hegel usa, de maneira similar, a metáfora da velha toupeira, como metáfora da ação do passado no presente, como uma ilustração explicativa do conceito de tradição, a tradição “obra no ‘subsolo’ da História e sua capacidade de sacudir a ‘crosta superficial’ do nosso presente” (blogdelviejotopo, 2013).

Na obra de Marx, a metáfora da velha toupeira aparece em duas ocasiões. Primeiro, em 1856, no discurso que pronuncia no ato de celebração do quarto aniversário de *The People’s Paper* (O Jornal do Povo), um seminário do movimento cartista britânico. Depois, em 1852, num fragmento de *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, um texto de análise política sobre o sucesso revolucionário de 1848 e o golpe de Estado de 1851.

No discurso de 1856, disse Marx:

Sabemos que para trabalhar bem as novas forças da sociedade é necessário unicamente que estas passem às mãos de novos homens, e que tais novos homens sejam os operários. Estes são igualmente uma invenção da

verdadeiras’, em primeiro lugar, todas aquelas que tratam das origens do mundo; seus protagonistas são seres divinos, sobrenaturais, celestes ou astrais. Na continuação, vêm os contos que narram as aventuras maravilhosas do herói nacional, um jovem de berço humilde que chegou a ser o salvador de seu povo, ao livrar-lhes de monstros, ao livrar-lhes da fome ou de outras calamidades, ou ao levar a cabo outras façanhas nobres e proveitosas. Vêm, por último, as histórias que se relacionam com os curandeiros e explicam como o mago adquiriu seus poderes sobre-humanos ou como nasceu tal associação de xamãs. As ‘histórias falsas’ são aquelas que contam as aventuras e façanhas nada edificantes do coioote, o lobo das pradarias. Em uma palavra: nas ‘histórias verdadeiras’, enfrentamo-nos com o sagrado e o sobrenatural; nas ‘falsas’, pelo contrário, com um conteúdo profano, pois o coioote é extremamente popular nesta mitologia como em outras mitologias norte-americanas, onde aparece com traços de trapaceiro, astuto, desonesto e tratante.” (Eliade, 1991, p. 7).

época moderna, como as próprias máquinas. Em todas as manifestações que provocam o desconcerto da burguesia, da aristocracia e dos pobres profetas da regressão, reconhecemos a nosso bom amigo Robin Goodfellow, a velha toupeira que sabe cavar a terra com tanta rapidez, a esse digno sapador que se chama Revolução. (MARX, 1976, p. 514).

Assim, a velha toupeira seria a metáfora dos revolucionários modernos, dos operários e sua atividade revolucionária, uma possível interpretação é que a velha toupeira é uma metáfora da atividade revolucionária, da militância revolucionária.

A velha toupeira representa

(...) o **revolucionário paciente**, que trabalha com inteligência para transformar a sociedade, apoiando-se na **sabedoria adquirida** ao longo dos anos através da sua dilatada **experiência vital**. Nesse sentido e no contexto dessa tradição política, o revolucionário deve ser como uma velha toupeira: deve saber atuar combinando esta sabedoria e experiência, acumulada pelos velhos, com a estratégia das toupeiras que **minam com paciência e pouco a pouco o subsolo até se apoderarem do mesmo**. Porém a velha toupeira também é um **símbolo de um tipo de resistência que às vezes não é de todo visível, porém vai tendo eficácia** imperceptivelmente até aflorar e ficar visível em dado momento do processo histórico; representa a **estratégia ao longo prazo, a construção pouco a pouco de um poder revolucionário**, a constância daquele que trabalha para que algum dia possa ser derrubada a ordem capitalista. (blogdelviejotopo, 2013)

A velha toupeira seria a metáfora do trabalho paciente, militante, nas estruturas do movimento operário e popular, um trabalho de preparação e organização que mostra todo seu poder, que vem à tona, quando, finalmente, existem oportunidades revolucionárias. Um trabalho clandestino, que não se vê na luz superficial da luta parlamentar, nem nos espetáculos aos que chamam “luta política” os meios de comunicação.¹⁰⁷

107 Outro grande poeta, Bertolt Brech, em seu poema *Elogio ao Trabalho Clan-*

O trabalho da velha toupeira tampouco se vê nas discussões políticas televisionadas em horário nobre, porém seu trabalho é mais eficaz e paciente justamente porque mina as estruturas sociais que fazem possível essa ordem espetacular e corrupta onde os shows parlamentares são possíveis.

A outra interpretação possível é que a velha toupeira seria a metáfora explicativa da revolução e da luta de classes em si mesmas. A luta de classes atua de maneira imperceptível às vezes, porém está em todos os lados, encontra-se na estrutura profunda da totalidade social.

Em 1852, disse Marx:

Mas a revolução é radical. Porém está passando ainda pelo purgatório.
Cumpre sua tarefa com método. Até 2 de dezembro de 1851, havia terminado

destino, expressa-se no mesmo sentido sobre o valor do trabalho militante, paciente, que “não se vê” ou que não busca ver os que olham superficialmente. Aqui o poema:

ELOGIO AO TRABALHO CLANDESTINO

É bonito usar da palavra na luta de classes.

Clamar alto e em bom som pela luta das massas

Para esmagar os opressores, libertar os oprimidos.

Árdua e útil é a pequena tarefa de cada dia

que secreta e tenaz tece

a rede do Partido sob

os fuzis apontados dos capitalistas.

Falar, mas

escondendo o orador.

Vencer, mas

escondendo o vencedor.

Morrer, mas

dissimulando a morte.

Pela glória quem não faria grandes coisas?

Mas quem as faz pelo olvido?

E a glória busca em vão

os autores do grande feito.

Sai da sombra por um momento

rostos anônimos, dissimulados,

e aceitai:

o nosso agradecimento! (VVAA, 2012, p. 30).

a metade de seu trabalho preparatório; agora, termina a outra metade. Leva primeiro à perfeição do poder parlamentar para poder derrubá-lo. Agora, já conseguido isso, leva à perfeição o poder executivo, o reduz à sua mais pura expressão, o isola, enfrenta-se com ele, como único objetivo contra o qual deve-se concentrar todas suas forças de destruição. E quando a revolução tiver levado a cabo esta segunda parte de seu trabalho preliminar, a Europa se levantará, e gritará jubilosa: bem cavoucado, velha toupeira! (MARX, 1976, p. 488)

Se em Shakespeare e em Hegel a metáfora da velha toupeira era uma representação da eficácia do passado no presente, em Marx faz mais referência à abertura ao futuro, faz referência à luta presente que mina a velha ordem social e sobre a derrubada dessa velha ordem social, se abrem as portas da nova sociedade. A tenacidade da velha toupeira é a tenacidade do enfrentamento entre a nova ordem e a velha ordem.

É justamente nesse sentido que Rosa Luxemburgo usa a metáfora. Num momento dramático da história, se é que existe, maio de 1917, já iniciada a revolução de fevereiro, apenas iniciado o giro leninista das *Teses de Abril*, Trotsky, recém chegado à estação Finlândia, disse Luxemburgo:

Para todo socialista pensante (a revolução), é novamente o resultado lógico da duração interminável e sem esperanças do genocídio. Tem sido negativamente o resultado tangível do lamentável fiasco das tentativas de negociação diplomática e do pacifismo burguês. Hoje em dia, apresenta-se para nós positivamente, tomou corpo na abertura, nos destinos e no futuro da revolução russa. Apesar da traição, apesar da divisão das massas operárias, apesar da falência da internacional socialista, a grande lei histórica está traçando um caminho, como uma torrente que preenche o curso habitual e que, sepultado nas profundidades, ressurgiu brilhando de clareza. História, velha toupeira, tu tens feito um bom trabalho! Nesse instante ressoa sobre o proletariado alemão a convocatória, o chamado que se pode soar a hora de uma mudança mundial: imperialismo ou socialismo! Guerra ou revolução, não há alternativa! (A Verdade Operária, 2007)

Nesse caso, as duas possibilidades metafóricas coincidem: a atividade da luta de classes e da revolução que continuou sua atividade

implacável; a revolução é filha das contradições insuperáveis e dos sofrimentos espantosos que o capitalismo e a guerra produzem nas massas trabalhadoras.

É também, contudo, uma metáfora da atividade paciente que durante anos efetuaram revolucionários como Lenin e Trotsky, que com a paciência da velha toupeira criaram o partido bolchevique, alavanca que criava as condições para a tomada do poder. Finalmente, quando as condições objetivas estiveram maduras, quando a velha toupeira da luta de classes fez seu trabalho, a sabedoria da velha toupeira teve eficácia. Sua atividade subterrânea saiu à luz e tomou o controle do solo, da situação, conquistou o poder político e mudou a história da humanidade.

O direito ao pão, o direito à poesia.

DUKE SENIOR: Thou seest we are not all alone unhappy:
This wide and universal theatre
Presents more woeful pageants than the scene
Wherein we play in.

JAQUES: All the world's a stage,
And all the men and women merely players:
(As you like it. Act II, scene VII)

DUQUE SENIOR: Veja só, não estamos sozinhos na nossa infelicidade.

Esse grande teatro universal
oferece espetáculos mais tristes
que a obra em que atuamos.

JAQUES: O mundo é um grande teatro,
e os homens e mulheres são meros atores.
(Do jeito que você gosta. Ato II, cena VII. Moscou, 1924)

Sete anos antes, havia começado, na Rússia, um dos grandes dramas da história humana, um drama que fascinaria Shakespeare e, seguramente, inspirou uma nova obra, ainda que a revolução russa tivesse seus próprios cantores, cineastas e poetas.

A situação da jovem e triunfante revolução proletária era dramática. Havia sido feita a maior mudança social e política da história da humanidade. A dinastia tirânica dos Romanov caiu e desapareceu

em sua série veloz de revoluções sociais e políticas em que, há pouco tempo, os bolcheviques tinham dirigido as massas trabalhadores e plebeias à conquista do poder; No caminho, ficaram os liberais e os social-reformistas que marchavam ao exílio para organizar a conspiração militar junto com o imperialismo e com os restos do czarismo.

Depois de uma sangrenta guerra civil, os bolcheviques se fixaram no poder apenas para iniciar um novo ato desse intenso drama histórico que foi a Revolução Russa, drama do qual foram parte milhões de pessoas ao longo e ao redor do mundo. Este será, provavelmente, o drama do século 20: o início e a futura consolidação da burocracia stalinista no novo Estado operário russo e no movimento operário mundial.

Para o ano de 1922, a situação era desesperadora. Lenin, em seu último discurso público, sentenciou: “Estamos sozinhos: isso é o que nós dizemos para nós mesmos. Estais sozinhos: quase todos os estados capitalistas não só têm repetido sem importar qual assunto se discute com eles. É aí que reside a dificuldade essencial, é preciso se dar conta dela” (Lewin, 1970,20).

A situação, como dizíamos, era desesperadora. Recém se começava a vencer a fome e a desolação herdadas da guerra, e o novo governo soviético tinha de enfrentar mil e um problemas e pressões: a desmobilização de 5 milhões de efetivos do exército que regressavam a suas casas, a pesada herança de uma população majoritariamente camponesa e analfabeta, o surgimento dos *nepman*, os novos ricos nascidos da Nova Política Econômica (que em nada invejavam Shylock do Mercador de Veneza), a persistência da velha burocracia czarista no aparato do nascente Estado que começava a mesclar-se com uma nova burocracia bolchevique, os modos e maneiras rudes e incultos dos “homens do aparato” do PCUS, dos quais Stalin era seu mais vivo representante.

Apesar desse impressionante drama, em julho de 1924 Leon Trotsky, ator principal e depois vítima desse imenso drama, diria:

Se no curso dos próximos anos a ditadura do proletariado se mostrar incapaz de organizar a economia e de assegurar à população pelo menos um mínimo vital de bens materiais, o regime proletário estaria, então, realmente sendo chamado a desaparecer. Por isso, a economia é, no momento presente, o problema dos problemas.

De todo modo, ainda que os problemas elementares de alimentação, roupa, abrigo e também de educação primária estivessem resolvidos, não significaria, de modo algum, a vitória total do novo início histórico, ou seja, a vitória do socialismo. Somente um progresso do pensamento científico em escala nacional e o desenvolvimento de uma nova arte supõem que a semente histórica não só cresceu para virar uma planta, mas que também floresceu. A partir dessa abordagem, o desenvolvimento da arte é a maior prova da vitalidade e do significado de qualquer época. (2002)

Em 1926, Trotsky, num texto de homenagem ao poeta Sergio Yesenin, formulou o que se considera a fórmula política dos marxistas com relação à cultura, a essência da política cultural marxista:

Sua força lírica [de Sergei Yesenin] não poderia se desenvolver até o final mais que numa sociedade harmoniosa, feliz, plena de cantos, numa época em que não reine como amo e senhor o duro combate, mas sim a amizade, o amor, a ternura. Esse tempo chegará. Por enquanto, no nosso tempo, gestam-se muitos combates implacáveis e salutares de homens contra homens, preparando a chegada de outros tempos. A personalidade do homem se expandirá, então, como uma autêntica flor, como se expandirá a poesia. A revolução arrancará para cada indivíduo o direito não somente ao pão, mas também à poesia. (2002)

Qual é o estado atual do direito ao pão e à poesia para as massas trabalhadoras latino-americanas e europeias? É desastroso, no limite da barbárie. A “Enquete latino-americana de hábitos e práticas culturais 2013” (ELHPC) mostra, nitidamente, que a imensa maioria das massas trabalhadoras latino-americanas, e inclusive europeias, não têm acesso ao consumo cultural.

Segundo a ELHPC,

67% dos latino-americanos entrevistados nunca foram ao teatro, o que representa uma cifra um pouco maior do que aqueles que disseram que não foram ao cinema nos últimos 12 meses (65%). Porém, levando em conside-

ração os dados reportados pelo Eurobarômetro (2013), essa porcentagem é ligeiramente inferior à dos europeus em que a taxa de não assistência foi de 70% para o mesmo ano. (2014, p. 24)

A mesma enquête assinala, com absoluta clareza, que o consumo de teatro é “uma prática cultural fundamentalmente associada às rendas mais altas”.

O capitalismo em sua etapa de decadência submete o povo à mais absoluta espoliação cultural. O jornal *La Jornada*, do México, informa que “43% dos mexicanos nunca foram a uma biblioteca, e 57% nunca estiveram numa livraria ou numa loja em que só se venda livros; 66% jamais assistiu a uma apresentação de dança”. (MATEOS-VEGA, 2010)

Para o povo trabalhador, inclusive para uma pessoa trabalhadora que tenha contornado o embrutecimento sistemático dos meios de comunicação de massas, os preços de uma única obra de teatro são absolutamente proibitivos.

O jornal mexicano *Excelsior* indica: “*Wicked*, um dos musicais mais bem sucedidos e com maior duração na Broadway, tem assentos com o preço de 102 a 222 dólares” (Méndez, 2014). Nos Estados Unidos, o “salário mínimo é de 7,25 dólares por hora, o que equivale a 58 dólares por oito horas”. Ou seja, um operário estadunidense não qualificado precisa trabalhar entre 14 e 30 horas só para poder pagar um ingresso de teatro (supondo que exista algum teatro perto de onde vive).

O mesmo jornal assinala que, no México, a mesma obra, interpretada por atores mexicanos, custa “1.600 pesos”. Nesse país, o salário mínimo é de **73,04 pesos diários**¹⁰⁸, ou seja, ainda que um ingresso de teatro no México seja 46% mais barato que em Nova Iorque, um operário não qualificado mexicano teria de trabalhar quase 22 dias para poder assistir a *Wicked*.

Na Costa Rica, no marco das celebrações pelo 400º aniversário da morte de Shakespeare, foi apresentada *Sonho de uma noite de verão*. Os preços oscilavam entre 12 mil e 7 mil colones. Sitrasep, um sindicato recém fundado que agrupa trabalhadores das plantações de abacaxi, fez múltiplas denúncias de que, nas plantações, são pagos 2.500 colones por dez ou 12 horas de trabalho, ou seja, um operário

108 Os dados de salários mínimos no México foram retirados do seguinte website: <http://salariominimo.com.mx/salario-minimo-2016>

agrícola na Costa Rica precisaria entre três e cinco dias de trabalho extenuante só para poder pagar o ingresso do teatro.

Os dados não poderiam ser mais contundentes. A absoluta espoliação, um verdadeiro *apartheid* cultural cai sobre o povo trabalhador sob o capitalismo.

No extraordinário filme de Alfonso Cuarón, *Children of Men* (*Os Filhos do Homem*), aparece um personagem, Nigel, o primo rico de Theo (personagem central), no meio de um mundo distópico onde os seres humanos ficaram estéreis e ninguém pode ter filhos. Esse personagem, Nigel, que representa a elite soberba e enriquecida de um mundo em ruínas, tem em seu elegante apartamento privado amuralhado várias obras de arte universais: a Guernica, de Picasso, e David, de Michelangelo. Não será diferente para o teatro shakespeariano se a classe operária não se põe de pé e executa o programa que levantaram os bolcheviques há quase 100 anos: conquistar o direito ao pão, conquistar o direito à poesia.

Nessa luta, estamos empenhados nós que hoje militamos na Liga Internacional dos Trabalhadores.

Referências

DUSSEL, E. D. Las metáforas teológicas de Marx in: *Nuevos desafíos*. Navarra, España: Verbo Divino, 1993.

ELIADE, M. Mito y realidad In: *Colección labor*. Nueva serie, Barcelona: Labor, 1991.

ENGELS, F. *Karl Marx como hombre, pensador y revolucionario*. Barcelona: Crítica, 1976.

ENGELS, F.; MARX, K. *Obras Escogidas*. Tomo VIII, Correspondencia, Buenos Aires: Ciencias del Hombre, 1973.

ENGELS, F.; MARX, K. *Obras Escogidas*. Estatutos generales de la Asociación Internacional de los Trabajadores. Tomo II, Moscou: Editorial Progreso, 1976.

ENGELS, F.; MARX, K. *Obras Escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1976.

KOHAN, N. *Marx en su (tercer) mundo – Hacia un socialismo no colonizado*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1998.

KOHAN, N. *El Capital. Historia y método*. Buenos Aires: Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo, 2003.

LEWIN, M. *El último combate de Lenin*. Barcelona: Editorial Lumen, 1970.

LUXEMBURG, R. *Obras escogidas*. Estancamiento y progreso del marxismo. Tomo I, Bogotá: Pluma, 1976.

MARX, K.; *Manuscritos de economía y filosofía*: Karl Marx. Traducción, introducción y notas de Francisco Rubio Llorente. Madrid: Alianza, 1974.

MARX, K.; SCARON, P. *El capital: crítica de la economía política*. 11^o ed., Biblioteca del pensamiento socialista, Serie los clásicos, México: Siglo Veintiuno Editores, 1982.

MEHRING, F. *Carlos Marx: historia de su vida*. 2^a ed., Barcelona: Grijalbo, 1967.

RENDUELES, C. *Sociofobia. El cambio político en la era de la utopía digital*. Madrid: Capitán Swing, 2013.

SHAKESPEARE, W. [1632] Como gustéis (*As You Like It*). Traductor e preparador Ángel Luis Pujante. In: <http://llevatetodo.com/libros/0619.pdf>

SHAKESPEARE, W. [1609] Sonetos (*Sonnets*). Edição de Ramón García González. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. In: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/sonetos--15/html>

SILVA, L. *El estilo literario de Marx*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1980.

SÓFOCLES. *Antígona*. In: <https://es.scribd.com/doc/295596556/Sofocles-Antigona>, 2001.

TROTSKY, L. *Literatura y Revolución. Archivo Marxista en Internet*. In: <https://www.marxists.org/espanol/Trotsky/1920s/literatura/8c.htm>, 2002.

VVAA. *Poesía social y revolucionaria del Siglo XX*. Selección, compilación y notas de Jorge Brega, Buenos Aires: Editorial Ágora, 2012

Artigos de revistas e periódicos

blogdelviejotopo (terça-feira, 4 de junho de 2013) El término “viejo topo” en la tradición política como tópico metafórico de la Izquierda. 1ª parte: origen del término. [Postagem em um blog]. Recuperado de <http://blogdelviejotopo.blogspot.com/2013/06/el-termino-viejotopo-en-la-tradicion.html>

Encuesta latinoamericana de hábitos y prácticas culturales 2013. (2014). Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI). Madrid, España. Recuperado de www.oei.es/publicaciones/LatinobarometroWeb.pdf

Holmes, R. y Winterson, J. (2014) La vida de Eleonor Marx, madre del feminismo socialista. Publicado 15/06/2014. Em <http://old.sinpermiso.info/articulos/ficheros/emarx.pdf>.

La Verdad Obrera (2007). Rosa Luxemburgo, la vieja topo, mayo de 1917. Publicado 23/08/2007. Em <http://www.pts.org.ar/Rosa-Luxemburgo-la-vieja-topo-mayo-de-1917>

Mateos-Vega, M. (2010) CNCA: 48% de mexicanos no muestran interés por la cultura. Publicada 16/08/ 2010. Em <http://www.jornada.unam.mx/2010/12/16/cultura/a03n1cul>

Méndez, N. (2014) Baja afluencia al teatro: Problema cultural, no económico. Publicada 10/08/2014. Em <http://m.excelsior.com.mx/funcion/2014/08/10/975398>

Periodismohumano (2011) No somos mercancía en manos de políticos y banqueros. Publicado 13/05/2011. Em <http://periodismohumano.com/sociedad/libertad-y-justicia/no-somos-mercancia-en-manos-de-politicos-y-banqueros.html>

Rendueles, Cesar (2007) Sobrevivir a la socioporosis. Prólogo a La fragilización de las relaciones sociales (Madrid, Círculo de Bellas Artes, 2007). Publicado 09/06/2007. Em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=51992>

Sazbon, J. (1981): "El fantasma, el oro, el topo: Marx y Shakespeare". Em *Cuadernos Políticos*, No 28, México, D. F., ERA, abril-junio de 1981. Em <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.28/CP28.8.%20JoseSazbon.pdf>

R
es
e
nha

Gênero e Classe, de Cecília Toledo

Alicia Sagra

O livro póstumo de Cecília Toledo é uma continuidade que supera a obra anterior: *Mulheres, o gênero nos une, a classe nos divide*, escrito em 1996. Tal como Cecília expôs muitas vezes, essa superação é produto dos seminários, debates e polêmicas que foram realizados no interior da LIT-QI.

Este novo livro mantém e desenvolve a tese central do primeiro: a opressão da mulher é uma questão de classe e gênero e, como propõe a autora na apresentação, foram incluídas algumas questões importantes que não constavam nas edições anteriores, assim como foram corrigidas definições que discussões anteriores mostraram que estavam pouco explícitas ou equivocadas.

A religião como reforço da opressão

Este é um tema pouco desenvolvido em seu trabalho anterior, agora aprofundado neste novo livro, em que afirma:

(...) a religião é uma das questões centrais na análise do problema da opressão da mulher. A inferioridade feminina é um mito que as distintas religiões consagram há séculos. A visão de Maria como uma mulher totalmente submissa, que não exige nada para si mesma e se doa integralmente aos demais, incapaz de fazer o mal a outrem e que nem mesmo para conceber seu filho Jesus se submeteu a relações carnavais e pecaminosas, mantendo-se, assim, pura para todo o sempre, é um instrumento perfeito para servir de modelo da figura feminina exigida pela Igreja. Uma mulher rebelde, que se insurge contra os mandamentos, que luta contra as injustiças, é um ser que foge ao padrão Maria, a quem todas as mulheres devem almejar se parecer. Mesmo que sejam mulheres modernas, seu modernismo deve ser saudável e impregnado de bondade com o próximo.

As igrejas e religiões são muitas. A cada dia surgem novas, mas todas têm um preceito comum: aceitar as desgraças de cabeça baixa como castigos a

serem suportados nesta vida em troca de uma vida melhor no paraíso. Essa ideia, que de uma forma ou de outra está embutida em todas as religiões, é o melhor antídoto contra a luta de classes.

Não obstante, o materialismo histórico mostra que tudo tem um limite. Os seres humanos suportam as desgraças somente até o ponto em que sua sobrevivência estiver ameaçada. E, apesar de as religiões ainda arrastarem milhões de fiéis, a luta de classes vem crescendo justamente naqueles países em que a religião é assunto de Estado. Um bom exemplo disso são as mulheres muçulmanas que, mesmo com os véus islâmicos na cabeça, a crença de que são inferiores e outras ideologias religiosas encravadas na mente, estão nas ruas lutando contra as monarquias árabes e mostrando que querem uma vida melhor aqui mesmo sobre a terra.

Para sublinhar a importância de combater essas ideologias reacionárias, a autora recorre a uma linda e objetiva frase de Marx:

(...) a crítica arrancou as flores imaginárias que enfeitam nossas correntes não para que o homem use as correntes de forma banal, sem consolo, mas para que se liberte das cadeias e apanhe a flor viva. A crítica à religião desengana o homem para que este pense, aja e organize sua realidade como um homem desenganado que recobrou a razão a fim de girar em torno de si mesmo e, portanto, de seu verdadeiro sol. A religião é apenas um sol fictício que se desloca em torno do homem enquanto este não se move em torno de si mesmo. (MARX, K. *A ideologia alemã*)

Continuando o estudo sobre o papel das três religiões mais difundidas – cristianismo, judaísmo e islamismo – Cecília Toledo expõe que se, do ponto de vista ocidental, a opressão da mulher nos países islâmicos é vista como muito mais violenta que no Ocidente, a diferença reside centralmente na forma e não no conteúdo. E afirma que os fundamentalismos não são mais as crenças religiosas levadas ao extremo e que

(...) os diversos movimentos fundamentalistas vêm crescendo no mundo inteiro. Em todos os países, seitas e grupos extremistas com raízes nas três

grandes religiões monoteístas – cristianismo, islamismo e judaísmo – se proliferaram e praticam atos violentos cujas maiores vítimas têm sido os povos oprimidos e explorados, a classe trabalhadora e, sobretudo, as mulheres.

Este capítulo encerra com a definição de que não se trata de declarar guerra às religiões, mas de fazer uma interpretação marxista das mesmas e combater, tal como propõe Lenin, as bases sociais que as sustentam

(...) a opressão social das massas trabalhadoras, sua aparente impotência total frente às forças cegas do capitalismo, que a cada dia, a cada hora, causa aos trabalhadores sofrimentos e martírios mil vezes mais dolorosos e selvagens que qualquer acontecimento extraordinário, como as guerras, os terremotos etc. “O medo criou os deuses”. O medo da força cega do capital – cega porque não pode ser prevista pelas massas do povo –, que, a cada passo, ameaça infligir, e inflige, ao proletário uma “súbita”, “inesperada”, “acidental” ruína, a perdição, a sua transformação num pobre, num miserável, lançando-o à prostituição, à morte por fome: aí está a raiz da religião contemporânea. (LENIN, V. I. *Atitude do partido operário frente à religião*)

A questão da família

Este é outro tema abordado em *Gênero e Classe*. Neste capítulo, a autora assume três posições muito polêmicas. A primeira é sobre o conceito de patriarcado, utilizado por todo o feminismo, inclusive pelo que se reivindica marxista. Cecília Toledo, partindo das definições de Marx, chega à conclusão de que

O capitalismo, como modo de produção mundial dominante, trouxe mudanças substanciais na configuração familiar. O primeiro que fez foi abalar seriamente a ideia do patriarcado, já que, aos poucos, foi transferindo para o próprio mercado e para a indústria os poderes do pai. Agora, quem comandava a vida de toda a família não era mais o senhor que havia em casa, mas o dono do capital e das fábricas. Assim, aos poucos, o patriarcado foi sendo substituído pelo mercado capitalista, ao qual deviam obediência o próprio

pai, a mulher e os filhos. Do ponto de vista histórico e econômico, como diz Marx, o princípio de autoridade foi introduzido na sociedade pela fábrica e pela máquina (*Miséria da Filosofia*). A mulher e as crianças foram confiscadas para trabalhar na fábrica ao lado dos homens graças à introdução das primeiras máquinas, que data de finais do século 18.

A segunda polêmica está relacionada com a visão da família como pilar da sociedade. Segundo Cecília Toledo,

(...) a concepção da família como pilar básico da sociedade é uma ideia criada, sobretudo, pela ideologia liberal. Numa de suas obras mais importantes, *Teoria da Justiça e Liberalismo Político*, John Rawls considera “a família monogâmica como o sujeito fundamental da justiça”. (...) Não se pode falar da família em geral. A burguesia imprime historicamente à família o caráter de família burguesa, de uma moralidade criada pela burguesia que tem como nexo de união o dinheiro, a propriedade privada e a opressão de uns pelos outros.

Continuando esse caminho, a autora conclui que não é possível comparar a família burguesa com a família operária. Para justificar, segue se apoiando em Marx:

Em que se baseia a família atual, a família burguesa? No capital, no lucro privado. A família plenamente desenvolvida só existe para a burguesia, mas encontra seu complemento na supressão forçada de todo vínculo familiar para o proletariado e na prostituição pública. (...) As declarações burguesas sobre a família e a educação, sobre os doces laços que unem pais e filhos, ficam ainda mais repugnantes na medida em que a grande indústria destrói todo vínculo de família para o proletariado e faz dos filhos simples artigos de comércio, simples instrumentos de trabalho. (MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. “Proletários e comunistas”, Cap. II).

Partindo daí, Cecília Toledo defende:

Marx e Engels atacavam a hipocrisia e a falsidade da campanha da burguesia a favor da família como pilar básico da sociedade e fonte de prazer e felicidade humanos. A família plenamente desenvolvida só existe para a burguesia. A família proletária praticamente não existe, é uma família já decomposta. A destruição da família proletária e a prostituição pública das mulheres são a contrapartida da preservação da família e da moral burguesas. (...) Quando a mulher e as crianças foram confiscadas em massa para trabalhar nas fábricas, o valor da força de trabalho deixou de ser determinado pelo tempo de trabalho necessário para o sustento do operário adulto individual e passou a ser medido pelo tempo de trabalho indispensável para a manutenção de toda a família operária. Isso significa que o capitalismo já nasceu dando à “família operária” um papel diferente da família burguesa. Era uma família para ser explorada e destruída, cuja função era fornecer mão de obra barata para a indústria, já que, ao lançar no mercado de trabalho todos os seus membros, distribuiu entre eles o valor da força de trabalho de seu chefe, depreciando a força de trabalho do indivíduo.

O advento do capitalismo, portanto, significa a destruição irreversível da antiga família. Esse processo significou uma tragédia para a classe trabalhadora, já que a família não foi substituída por nada superior ou sequer igual a ela. Por mais que tenha sido progressiva a incorporação da mulher na indústria, a superexploração da classe trabalhadora foi mais violenta e conseguiu reverter esse passo histórico. O capitalismo conseguiu transformar em seu contrário o que havia anunciado como salvação da humanidade, emancipação de homens e mulheres em relação à servidão e à miséria. Ao contrário, o capitalismo chegou destruindo tudo o que havia pela frente e que pudesse, de uma forma ou outra, prejudicar seus lucros.

A partir dessas considerações, *Gênero e Classe* chega ao terceiro debate polêmico em relação à família ao assumir a posição de Nahuel Moreno de defesa das condições de vida da família operária:

No livro *Mulheres Trabalhadoras e Marxismo*, escrito sob a direção de Nahuel Moreno, alerta-se para o fato de que, do ponto de vista de sua produção econômica, o capitalismo não se preocupa com a destruição de velhos sistemas, relações, costumes; só os mantém e utiliza quando lhe convém. Essas contradições produzem divergências e atritos entre os diversos setores burgueses e servem, em alguns momentos, de válvula de escape para a so-

brevivência de todo o sistema.

O capitalismo surgiu condenando à morte o sistema familiar de artesãos e camponeses medievais e incorporando a mulher à produção nas fábricas. Quando o capitalismo se impôs como modo de produção, o desenvolvimento pleno da família em sua forma patriarcal e como unidade produtiva já havia ocorrido durante o feudalismo. (...)

Isso não ocorre de forma generalizada porque, entre outros motivos, o capitalismo precisa manter um exército industrial de reserva, do qual as mulheres são parte fundamental. Nos períodos de desemprego, os capitalistas aproveitam para demitir primeiro as mulheres como forma de dissimular o problema. Elas são enviadas novamente para casa e, aproveitando-as nas tarefas domésticas, podem reduzir gastos sociais. Assim, no seu vai e vem em busca do lucro e da mais valia, o capitalismo destrói a família, mas, às vezes, tem de fortalecê-la. Introduz a mulher na produção, mas às vezes tem de tirá-la. (...)

A exploração produz uma miséria dolorosa, desemprego crônico e estrutural, analfabetismo, ausência de perspectiva de futuro para os jovens, níveis alarmantes de prostituição e violência contra as mulheres. Sem contar as guerras, que trouxeram sofrimentos incríveis para os trabalhadores e novos golpes contra suas famílias. Esse processo tem como consequência a destruição violenta das famílias operárias e camponesas, sobretudo nos países dominados pelo imperialismo.

Vemos então que, no sistema capitalista-imperialista, a família e a localização das mulheres na produção mudam conforme as necessidades e as possibilidades dos capitalistas, mas sempre aproveitando o fato de que elas são oprimidas.

A necessidade da defesa das condições de vida da família proletária (moradia, saúde, educação), portanto, se dá nos marcos do capitalismo. Trata-se de defender jovens, mulheres e homens que vivem em família contra os ataques que sofrem diariamente por parte da exploração capitalista-imperialista. Não se trata de defender o modelo de família imposto pela ideologia burguesa e, muito menos, a família enquanto instituição.

Sob o Estado operário, a nova sociedade soviética estava em processo de construção dessas novas relações e de implantação dos serviços públicos destinados a substituir as tarefas domésticas e liberar a mulher dessas cargas.

Esse processo não pode avançar não apenas por causa da guerra civil, que afundou o país na fome, nem apenas pelo advento da política stalinista. Em *A Revolução Traída*, Trotsky explica que “não foi possível tomar de assalto a antiga família, e não por falta de boa vontade; tampouco porque a família estivesse firmemente assentada nos corações. [...] Por desgraça, a sociedade foi demasiada pobre e pouco civilizada. Os recursos reais do Estado não correspondiam aos planos a às intenções do partido comunista. A família não pode ser abolida: é preciso substituí-la. A emancipação verdadeira da mulher é impossível no terreno da miséria socializada”.

Feminismo e Marxismo

Esse é outro tema desenvolvido no livro póstumo de Cecília Toledo. Ela é categórica em afirmar que esses dois termos partem de definições de mundo opostas:

Era comum, nos anos 1960 e 1970, principalmente dentro das universidades, as mulheres se autodenominarem feministas, e quem não se localizava nesse campo era considerado machista. Esse termo também passava a ideia de um verniz de esquerda, dando a ideia de que as feministas eram também socialistas. Surgiram vários adjetivos para a palavra feminista: feminista marxista, feminista socialista, feminista classista, feminista revolucionária. Enfim, diversos qualificativos, mas sempre com um toque de esquerda. As mulheres burguesas nunca se autodenominaram feministas de direita, mas simplesmente feministas. Esse termo se arraigou tanto na linguagem das correntes de esquerda que até hoje é usado para demarcar um terreno: o terreno das mulheres.

No entanto, o feminismo não tem qualquer parentesco com o marxismo e com o socialismo. Para sermos rigorosos, devemos saber que **feminismo** e **marxismo** são, na verdade, duas concepções de mundo diferentes. Mais do que isso, são opostas. Podemos, inclusive, afirmar que quem é feminista não

é marxista, porque é impossível ser as duas coisas ao mesmo tempo.

E defende que a base do feminismo é o liberalismo:

“Laissez faire, laissez passe” (“deixar fazer, deixar passar”), a conhecida bandeira do liberalismo, procura passar a ideia de que o indivíduo é livre para fazer o que quiser. Foi a grande bandeira da burguesia para se consagrar como classe em confronto com a monarquia e o poder divino do rei.

O igualitarismo que hoje caracteriza a palavra de ordem do feminismo representa, de certa forma, uma retomada do laissez-faire. Apesar de se intitularem com termos distintos – feministas radicais, feministas marxistas, feministas liberais – as femininas têm todas a mesma raiz: o liberalismo. (...)

O feminismo aparece diante do proletariado como uma rebeldia, e as feministas como mulheres lutadoras de esquerda. Nada mais longe da verdade. O feminismo é parte do regime burguês, e sua função é aprimorá-lo e torná-lo mais palatável, atenuando os atritos – entre eles, a verdadeira luta contra a opressão das mulheres –, criando uma cortina de fumaça para que as mulheres trabalhadoras aceitem a democracia burguesa.

Em contraposição ao feminismo, reafirmando sua visão da classe, nossa autora insiste:

Se a opressão das mulheres tem seu fundamento último no modo de produção dominante e não se reduz à “consciência em si”, ela é parte da luta de classes: por um lado, a burguesia sustentando o mito da inferioridade feminina e usando esse mito como instrumento para aumentar seus lucros; por outro, o proletariado lutando por melhores condições de vida e contra a exploração do trabalho. Nessa luta, o grande aliado da mulher trabalhadora é o homem trabalhador. Por mais oprimida que seja, por mais inferiori-

zada e marginalizada, a mulher trabalhadora é parte da única classe que tem em suas mãos a condição concreta de derrubar este modo de produção que sustenta a opressão: o proletariado. E não existem dois proletariados – um masculino e outro feminino – como deixa entender o feminismo. Só existe um único proletariado, contaminado pelos mitos e padrões criados pela burguesia e pela religião.

A consciência desse fato imprime à luta contra o machismo outra dimensão. Não é apenas uma luta contra o mito da inferioridade feminina. É uma luta de classes, porque enfrenta a classe que criou e sustentou, durante séculos, esse mito. As ideologias são derivadas (ou reflexos) de determinadas condições materiais de vida. A burguesia criou a ideologia de que a propriedade privada é sagrada porque precisava defender seu patrimônio. A Igreja construiu a ideologia de que devemos suportar com paciência as penúrias na terra para que os servos e escravos não se rebelassem contra seus amos e os trabalhadores não se revoltassem contra a exploração por parte dos patrões. O proletariado destruirá esses mitos em nome da verdade histórica.

Uma importante contribuição marxista

Cecília Toledo se foi muito cedo, mas nos deixou uma obra importante para seguir aprofundando o estudo desde o ponto de vista marxista sobre a opressão da mulher. Consideramos que a leitura deste livro será muito interessante para todos os interessados no tema, em especial para a nova geração de lutadoras, suas destinatárias especiais, tal como nos diz a autora em sua apresentação:

O propósito deste livro não é, de forma alguma, esgotar o tema. Pelo contrário. Queremos abrir ainda mais as nossas mentes para debater suas causas reais e buscar uma resposta ao feminismo atual, uma resposta que ajude a mulher trabalhadora a se conscientizar de sua situação como mulher e encontrar o caminho de sua emancipação.

Esperamos que este livro colabore nesse sentido, de tentar resgatar a visão marxista, o materialismo histórico e dialético, no entendimento da

opressão da mulher. Sobretudo, esperamos que ele traga alguma luz para as mulheres mais jovens que hoje despertam sua consciência para esse problema tão grave e do qual não podemos fugir, já que tem uma abrangência muito além de nossa percepção cotidiana. Afinal, ao lutar pela liberação das mulheres estamos, na verdade, lutando pela emancipação de toda a humanidade!

Próximos lançamentos da Editora Sundermann:

Gênero e classe

Cecília Toledo, Alicia Sagra (org.)

Libertação negra e socialismo

Ahmed Shawki

A limpeza étnica da Palestina

Illan Pappé

O manifesto do partido comunista

Marx e Engels

O mito da democracia racial

Um debate marxista sobre raça, classe e identidade

Wilson Honório da Silva

Neodesenvolvimento ou neocolonismo

Sobe o mito do Brasil imperialista

Nazareno Godeiro e João Ricardo Soares.

Vendas@editorasundermann.com.br

“

Os democratas pequeno-burgueses do Ocidente, que ainda ontem aceitavam os processos de Moscou tal como eram vendidos, hoje repetem com insistência, que “na URSS não existe nem Trotskismo, nem trotskistas”. Entretanto, não explicam por que todo o expurgo se realizou sob o signo da luta contra esse perigo. Se tomamos “o Trotskismo” como um programa acabado e sobretudo como uma organização, sem dúvida ele é extremamente fraco na URSS. Entretanto, sua força invencível advém do fato de exprimir não apenas a tradição revolucionária, mas também a atual oposição da própria classe operária russa. O ódio social dos operários pela burocracia – eis precisamente o que, aos olhos do Kremlin – constitui o “Trotskismo”. Ela teme mortalmente, e com razão, a junção da indignação profunda, mas inarticulada, dos operários com a organização da IV Internacional.

Leon Trotski, A União Soviética e os problemas da época de transição, 1928.

EDITORA LORCA
ISSN 1806-1591

Novembro 2016 **MARXISMO VIVO**

